

**OS BOLCHEVIQUES
E O CONTROLE OPERÁRIO**

**MAURICE BRINTON / AFRONTAMENTO
O SACO DE LACRAUS CINCO**

TITULO ORIGINAL — *The Bolchevics and Worker's Control*
edição do Grupo Solidarity, de Londres

Tradução: Carlos Miranda

Capa: João B.

EDIÇÕES AFRONTAMENTO

Apertado 532 — Porto

**o que nós somos,
o que nós queremos**

(manifesto do grupo •Solidarity•)

1. Em toda a parte do mundo, os homens, na sua grande maioria, estão privados de qualquer controle sobre as decisões que afectam a sua vida do modo mais profundo e mais directo. Vendem a sua força de trabalho, enquanto que outros, que possuem ou controlam os meios de produção, acumulam riquezas, fazem as leis e utilizam o aparelho de Estado para perpetuar e reforçar os seus privilégios.

2. Durante um século, o nível de vida dos trabalhadores subiu. Mas nem esse aumento do nível de vida, nem a racionalização dos meios de produção, nem a chegada ao poder de partidos que afirmam representar a classe operária, modificaram fundamentalmente a situação do trabalhador enquanto trabalhador. E, no exterior da produção, não deram à grande maioria dos homens senão uma margem de liberdade muito relativa. A Leste como a Oeste, o capitalismo não deixou de ser um tipo de sociedade desumana, na qual a grande maioria é oprimida no seu trabalho, manipulada no seu consumo e nos seus ócios. A propaganda e a polícia, as prisões e as escolas, os valores e a moral tradicionais, contribuem para reforçar o poder de uma minoria e para convencer ou obrigar a maioria a aceitar um sistema brutal, degradante e irracional. O mundo «Comunista» não é comunista, e o mundo «Livre» não é livre.

3. Os sindicatos e os partidos «operários» foram originariamente criados para modificar essa situação. Mas todos acabaram por se adaptar de uma ou outra

maneira às formas de exploração existentes. Na prática, transformaram-se hoje em engrenagem essencial ao funcionamento «normal» da sociedade de exploração: os sindicatos servem de intermediários no mercado de trabalho, os partidos políticos utilizam as lutas e as aspirações da classe operária para fins que lhes são próprios. A degenerescência das organizações da classe operária, ela própria um resultado da degenerescência do movimento revolucionário, contribuiu de modo decisivo para mergulhar na apatia a classe operária, e essa apatia levou por sua vez a uma maior degenerescência dos partidos e sindicatos.

4. É uma ilusão julgar que os sindicatos e os partidos políticos podem ser reformados, «conquistados», ou convertidos em instrumentos da emancipação dos trabalhadores. Não queremos, no entanto, criar novos sindicatos — que, nas condições actuais, teriam um destino semelhante ao dos que os precederam. Também não pedimos aos militantes que rasguem os seus cartões sindicais. O que queremos é simplesmente que os próprios operários decidam acerca dos objectivos das suas lutas, e que a direcção e a organização dessas lutas lhes não escapem. As formas que pode tomar essa actividade autónoma dos trabalhadores podem variar consideravelmente de país para país e de indústria para indústria, mas não o seu conteúdo essencial.

5. O socialismo não é apenas a apropriação e a direcção colectivas dos meios de produção e de distribuição. O socialismo implica além disso a igualdade, a liberdade real, o reconhecimento recíproco e a transformação radical de todas as relações humanas. Ele é «a consciência de si positiva do homem», a compreensão pelo homem daquilo que é o seu envolvimento e do que ele próprio é, o seu domínio sobre o seu trabalho e sobre as instituições sociais que deverá criar. Não são, esses, aspectos secundários, que se seguirão automaticamente à expropriação da antiga classe dominante. Trata-se, pelo contrário, de

elementos essenciais do processo de transformação social no seu conjunto, e sem os quais não poderá haver verdadeira transformação da sociedade.

6. Uma sociedade socialista não pode pois ser construída a não ser partindo da base — «a partir de baixo». As decisões relativas à produção e ao trabalho devem ser tomadas por Conselhos de trabalhadores compostos por delegados eleitos e revogáveis. As decisões noutros sectores devem ser tomadas partindo da discussão e da consulta o mais ampla possível do conjunto da população. Aquilo que entendemos por «poder dos trabalhadores» é precisamente essa democratização da sociedade no seu próprio fundamento.

7. Para os revolucionários, as únicas acções **providas de sentido** são as que permitem aumentar a confiança, a iniciativa, a participação, a solidariedade, as tendências igualitárias e a autonomia das massas e que contribuem para **desmistificá-las**. Deve ser considerado como **estéril e nocivo** tudo o que reforça a passividade das massas, a sua apatia, o seu cinismo, a sua diferenciação hierárquica, a sua alienação, o seu abandono a outros de tarefas que elas próprias deviam executar, e portanto o grau em que podem ser manipuladas por outros — mesmo por aqueles que pretendem «servi-las».

8. Nenhuma classe dirigente na história abandonou o poder sem luta, e não parece que aqueles que actualmente nos governam possam ser uma excepção. O poder só lhes será arrancado através da acção autónoma da grande maioria. A construção do socialismo implica a consciência e a participação das massas. Mas a estrutura hierárquica rígida, as ideias e a prática, **tanto** de tipo social-democrata **como** de tipo bolchevique, de organização, impedem o desenvolvimento dessa consciência e impedem essa participação. A ideia de que o socialismo possa ser, de um modo ou de outro, obra de um partido de «elite», por mais «revo-

lucionário» que seja, agindo «em nome» da classe operária, é ao mesmo tempo absurda e reaccionária.

9. Rejeitamos a ideia segundo a qual a classe operária, com as suas únicas forças, não poderia atingir mais do que uma consciência «trade-unionista». Julgamos pelo contrário que as suas condições de vida e a sua experiência na produção levam constantemente a classe operária a adoptar normas e valores, e a criar formas de organização, que põem em causa a ordem social estabelecida e o tipo de pensamento que corresponde a essa ordem. É que essas respostas à sua situação têm portanto um conteúdo socialista implícito. Por outro lado, é verdade que a classe operária não é homogénea, que não dispõe dos meios de comunicação, e que, neste ou naquele momento, os seus diversos sectores atingem graus diferentes de lucidez e de consciência. A função da organização revolucionária é contribuir para que a consciência proletária tenha um conteúdo explicitamente socialista, fornecer uma ajuda prática aos operários em luta e facilitar a troca de experiências e de ligações entre grupos de trabalhadores separados geograficamente.

10. Não queremos ser uma «direcção». Queremos ser um instrumento da acção dos trabalhadores. A função de **Solidarity** é ajudar todos aqueles que, na indústria e na sociedade no seu conjunto, entram em conflito com a estrutura social autoritária actual; ajudá-los a generalizar a sua experiência, a fazer uma crítica global da sua condição e das suas causas, e a desenvolver a consciência revolucionária de massa indispensável para a transformação total da sociedade.

**os bolcheviques
e o controle operário**

introdução

Esta brochura tem dois objectivos: proporcionar um certo número de novos elementos para a discussão actual acerca do controle operário, e tentar apresentar uma nova análise do destino da revolução russa. Veremos que esses dois objectivos são indissociáveis.

O controle operário

Volta a falar-se, hoje em dia, de controle operário. As nacionalizações (tanto a Leste como a Oeste) e o governo do «Partido da classe operária» (também neste caso, tanto a Leste como no Ocidente), goraram-se visivelmente. Esses processos não deram satisfação às esperanças nem à expectativa das massas — e não lhes deram poder algum sobre as condições em que vivem. Devido a isso, verificou-se um acréscimo de interesse pelo «controle operário», e por ideias que, noutro contexto, estavam largamente espalhadas no início do século. Hoje, pessoas tão diferentes como os Jovens Liberais e os trabalhistas de «esquerda», como os sindicalistas fatigados e os «trotsquistas» desta ou daquela variante, sem esquecer, é claro, os anarco-sindicalistas e os «marxistas-libertários», todas elas falam de controle operário. Das duas uma: ou toda essa gente tem objectivos comuns, o que parece pouco provável, ou então o que as palavras ocultam importa tanto como aquilo que elas revelam. Quereríamos contribuir para dissipar essa confusão lembrando de que modo,

num momento crítico da história, se enfrentaram os partidários de diferentes concepções do controle operário, mostrando quem saiu vencedor, por que razão, e quais as consequências desse facto.

Esse regresso aos fundamentos históricos do debate não se deve a uma tendência peculiar para o arquivismo ou para as discussões esotéricas. O movimento revolucionário na Grã-Bretanha, ao contrário do que se passa em outros países europeus, nunca se preocupou muito com a teoria, preferindo em geral uma abordagem pronunciadamente empírica dos problemas. Pode ter assim evitado por vezes deixar-se prender nos pântanos da especulação metafísica, mas os efeitos nocivos dessa atitude, no que respeita à clareza e à coerência, foram apreciáveis. Sem uma compreensão clara dos objectivos e das forças (incluindo as forças ideológicas) que resistem à luta revolucionária, esta tem efectivamente tendência para tornar-se uma luta na qual «o movimento é tudo, o objectivo nada é». Sem perspectiva clara, os revolucionários caem frequentemente em armadilhas, ou perdem-se em becos sem saída, que, com um mínimo de conhecimento do próprio passado, poderiam facilmente evitar.

A confusão que reina em volta do problema do controle operário (pelo menos na Inglaterra) é em parte uma questão de palavras. No movimento revolucionário inglês (e em certa medida, na língua inglesa), é raro distinguir com clareza «controle» e «gestão», funções que eventualmente podem sobrepor-se, mas que de modo geral são completamente distintas. Na literatura política francesa, espanhola ou russa, dois termos diferentes (*contrôle* e *gestion*, *control* e *gestión*, *kontrolia* e *upravleniye*) designam respectivamente uma dominação parcial ou total dos produtores no processo de produção. Não é difícil saber onde reside a importância dessa distinção.

É que podem surgir duas situações. Numa, a classe operária (o conjunto dos produtores) toma todas as decisões fundamentais. Fáz-lo directamente, através de organismos de sua escolha com os quais se identifica completamente, e que sabe estar em seu alcance dominar totalmente (comités de fábrica, conselhos operários, etc.). Esses órgãos, compostos por delegados eleitos e revogáveis, federam-se provavelmente em base regional ou nacional. Decidem (concedendo o máximo de autonomia possível às colectividades locais) o que se deve produzir, de que modo, a que preço e à custa de quem. A outra situação possível é aquela em que essas decisões fundamentais são tomadas «em instância diferente», «do exterior», ou seja, pelo Estado, pelo Partido, ou qualquer organismo sem verdadeiros laços com o próprio processo de produção. A «separação entre os produtores e os meios de produção» (base de qualquer sociedade de classe) é mantida. Esse tipo de solução em breve mostra o que é de facto: uma nova forma de opressão, independentemente das boas intenções revolucionárias do organismo em causa, e sejam quais forem as disposições que tome (ou deixe de tomar) para que as decisões políticas sejam de tempos em tempos submetidas à ratificação ou à correcção.

A essas duas situações correspondem palavras diferentes. **Gerir** significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou colectividade soberana, e com pleno conhecimento das informações necessárias. **Controlar** significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrém. O «controle» implica uma limitação de soberania ou, pelo menos, um estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objectivos ao passo que as restantes se esforçam por que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar. Historicamente, as controvérsias a respeito do controle operário surgiram precisamente nessas condições de duplo poder económico.

Como todas as formas de duplo poder, o duplo poder económico é essencialmente instável. Acabará por evoluir, ou para uma consolidação do poder burocrático (exercendo a classe operária cada vez menor controle), ou para a **gestão operária**, tomando a classe operária a gestão inteiramente a seu cargo. Desde 1961, quando **Solidarity** começou a defender na Inglaterra a ideia da gestão operária da produção, outros começaram a defender o «controle operário directo», o «controle operário total», etc., o que não passava do reconhecimento tácito da impropriedade (ou pelo menos da ambiguidade) das formulações precedentes.

Daria mostras de bem pouca clarividência quem visse apenas em tudo isso uma questão de purismo linguístico, uma chicana terminológica ou doutrinária. Devemos ao mesmo tempo enfrentar os obstáculos presentes e os obstáculos herdados do passado. Não surgimos do nada na cena política. Fazemos parte de uma tradição revolucionária libertária para a qual essas noções tinham uma significação profunda. E não vivemos num vazio político. Vivemos num contexto histórico específico, no qual se desenrola um combate permanente. Nesse combate, os interesses antagónicos das diferentes camadas sociais (burguesia, burocracia e proletariado) exprimem-se através de reivindicações diferentes, formuladas com maior ou menor clareza. E nessas controvérsias, existem essencialmente ideias divergentes acerca do controle e da gestão. Contrariamente a Humpty Dumpty, não podemos atribuir às palavras o significado de nossa escolha. Aliás, o movimento revolucionário é uma das forças em presença nesse combate social. E, queiramos ou não, estejamos ou não conscientes disso, a maior parte do movimento revolucionário está impregnada do «ethos», da tradição, e das concepções organizativas do bolchevismo. Ora, na história da revolução russa, especialmente entre 1917 e 1921, o problema do «controle operário» em oposição à «gestão operária» tornou-se de imediato es-

caliente. «De 1917 a 1921, o problema da gestão da indústria tornou-se o barómetro mais sensível do enfrentamento das concepções acerca da criação de uma nova ordem social... Foi, dos assuntos de conflito real entre as facções comunistas, o mais constante e o mais explosivo»¹; e, poderíamos acrescentar, entre os bolcheviques e as outras tendências do movimento revolucionário. Milhares de revolucionários foram mortos e centenas de milhares foram presos antes que o assunto tivesse sido encerrado.

A maioria daqueles que entram agora no movimento revolucionário estão pouco familiarizados com estas controvérsias. Não devemos atribuir a essa ignorância qualidade de virtude. A clarificação é essencial, mas vamos encontrar assim novos problemas. A pobreza metodológica, o a-historicismo (e por vezes mesmo o anti-intelectualismo) de numerosos revolucionários que **deveriam** saber o que realmente se passou, é um primeiro obstáculo, trágico. E, suprema ironia, os herdeiros do bolchevismo, que são os que mais alto falam hoje da «necessidade da teoria» e da «necessidade de estudar a história», são precisamente aqueles que mais coisas têm a esconder (se se investigasse qual o verdadeiro papel histórico desempenhado pelos seus antepassados), e que mais têm a perder (se se apresentasse uma alternativa coerente que pusesse em causa as suas crenças petrificadas).

A confusão que ainda subsiste a propósito do controle operário não é apenas terminológica, ou devida ao desconhecimento do passado. Em grande parte, ela é deliberadamente incentivada. Hoje, por exemplo, existem leninistas e trotsquistas empedernidos (na **Socialist Labor League**, no **International Marxist**

¹ R. V. Daniels, *The conscience of the revolution* [A consciência da revolução]. Harvard University Press, 1960, p. 81.

Group, ou entre os «dirigentes» de **International Socialism**²⁾ que preconizam o controle operário sem o menor embaraço. Procurando aproveitar da confusão que reina actualmente no movimento, falam de controle operário como se:

a) entendessem por isso aquilo que pessoas politicamente «pouco prevenidas» podem pensar que isso significa (ou seja, que os trabalhadores deveriam ser eles próprios a tomar as decisões fundamentais relativas à produção);

b) como se, eles e a doutrina leninista de que se reclamam, tivessem sempre lutado por esse objectivo — e como se o leninismo tivesse sempre reconhecido no controle operário o fundamento universal de uma nova ordem social, e não uma simples palavra de ordem utilizada por razões de ordem tática em contextos históricos específicos e muito limitados³.

² [A Socialist Labour League é o equivalente inglês da tendência trotsquista em França chamada «lambertistas»; o I.M.G. corresponde à tendência que representa a Liga Comunista; International Socialism é um grupo de extrema-esquerda cujos fundadores se separaram do trotsquismo ao definirem a U.R.S.S. como uma sociedade capitalista de Estado].

³ Nem em todas as tendências trotsquistas se encontra essa duplicidade: algumas existem que são francamente reacionárias. Por exemplo, K. Coates e A. Topham escrevem: «parece-nos que se deve falar de «controle operário» quando os sindicatos (sic!) limitam pelas suas lutas o poder da direcção num âmbito capitalista, e de «autogestão operária» quando se trata de uma tentativa de gestão democrática de uma economia socializada». (Industrial Democracy in Great Britain, Macgibbon and Kee, 1968, p. 363). Trotsky, por seu lado, faleva com muita clareza. Se bem que não atribuisse a função do controle operário aos sindicatos, distinguia claramente entre «controle» e «gestão». «Assim, para nós, a palavra de ordem de controle está ligada ao período de dualidade de poder na produção que corresponde à passagem do regime burguês para o regime proletário [...] Na língua universal, chama-se controle ao trabalho de vigilância e de verificação, por uma instituição, do trabalho de outra instituição. O controle pode ser muito

O problema da autogestão não é um problema esotérico. E a mais ampla discussão sobre esse problema nada tem de abstracto ou de sectário. A autogestão é muito simplesmente o conteúdo da revolução da nossa época. Isso, em si, justificaria um livro como este. Mas as implicações de um estudo desse período (a Rússia de 1917 a 1921) não se detém aí. Pois esse estudo poderia também fornecer a base de uma nova análise do destino da revolução russa — e abordaremos agora brevemente esse aspecto do problema.

A Revolução Russa

Propor um ponto de vista novo sobre aquilo que se passou na Rússia, em 1917 e depois, significa quase sempre correr o risco de ser muito mal compreendido. Se, além disso, as questões levantadas e a metodologia sugerida diferem das que actualmente circulam, já não estamos então perante um risco a correr, mas perante uma certeza. Não é a primeira vez que tivemos ocasião de assinalar que a apresentação sistematicamente deformada dos factos é uma espécie de modo de vida para a esquerda tradicional, e que nada é mais penoso para esta do que uma ideia nova.

Durante os últimos cinquenta anos, todas as organizações existentes da esquerda elaboraram uma verdadeira mitologia (e uma anti-mitologia igualmente suspeita) a respeito da revolução russa. Os sociais-

activo, autoritário e geral. Mas é sempre controle. A própria ideia dessa palavra de ordem nasceu do regime transitório nas empresas nas quais o capitalista e o seu administrador já não podem dar um passo sem consentimento dos operários; mas onde, por outro lado, os operários (...) ainda não adquiriram a técnica de direcção e ainda não criaram órgãos necessários para isso». [L. Trótsky, «E agora?» [1932], in *Écrits*, t. III, pp. 214-215, Paris, 1959].

-democratas, feticistas do parlamentarismo, consideram que «o fracasso do bolchevismo» reside na sua «prática anti-democrática». O pecado original, para eles, foi a dissolução da Assembleia Constituinte. O pretensu movimento «comunista» (estalinistas, trotsquistas, maoistas, etc.) fala com orgulho filial da «Gloriosa Revolução Socialista de Outubro». Procuram todos elogiar e popularizar as suas primeiras conquistas, apesar de terem opiniões divergentes sobre o que depois aconteceu — quando, porquê e a quem. Para numerosos anarquistas, o facto de que o Estado, ou o «poder político», não tivesse sido imediatamente «abolido» prova, de modo suficiente e irrefutável, que nada aconteceu de realmente importante⁴. O SPGB⁵ extrai mais ou menos a mesma conclusão, mas atribui-a ao facto de não ter sido abolido o salariato, não tendo a maioria da população russa tido o privilégio de conhecer o ponto de vista do SPGB (tal como era expresso por porta-vozes devidamente mandatados pelo seu Comité Executivo), e não tendo por isso procurado conquistar uma maioria parlamentar no seio das instituições russas então existentes.

De todos os lados, todos procuram utilizar a Revolução Russa em função da sua própria propaganda, retendo dela apenas os aspectos que parecem conciliar-se com determinada análise particular da histó-

⁴ Pode encontrar-se um exemplo desse género de análise ultra-simplificada do destino da revolução russa no livro de Voline, *La Révolution inconnue* [A Revolução desconhecida], Paris, 1947, reed. P. Belfond, Paris, 1970). «O partido bolchevique, uma vez no poder, transformou-se em senhor absoluto. A corrupção atingiu-o rapidamente. Organizou-se a si mesmo como casta privilegiada. E mais tarde, esmagou e submeteu a classe operária para a explorar, sob novas formas, e de acordo com os seus interesses particulares».

⁵ [Partido Socialista da Grã-Bretanha. Trata-se de facto, apesar desse nome, de uma pequena organização derivada de uma das primeiras organizações socialistas inglesas do fim do séc. XIX, que tem pouco de comum com as grandes organizações sociais-democráticas do continente].

ria, ou com uma perspectiva particular para o presente. Tudo o que era novo, tudo o que parecia contradizer as teorias do momento ou destruir categorias bem estabelecidas, foi sistematicamente «esquecido», minimizado, deformado, negado.

Qualquer tentativa de reavaliação da experiência crucial de 1917-1921 está condenada a suscitar oposições. Os primeiros a reagir serão os «apparatchiks» que, durante anos, se esforçaram por proteger as organizações «revolucionárias» (e a ideologia «revolucionária») contra a dupla ameaça da subversão e da renovação. No entanto, surgirão resistências também no espírito de muitos militantes honestos, que buscam a via da verdadeira política revolucionária. Não se trata aqui de uma simples resistência psicológica, mas de fenômenos muito mais profundos, e não basta evocar a função reaccionária e a influência das «instâncias dirigentes» para os explicar de modo satisfatório. Se é difícil para o militante médio perceber plenamente o que estava em jogo em alguns dos problemas que surgiram nos primeiros momentos da Revolução Russa, é porque esses problemas contam-se entre os mais difíceis e os mais importantes (senão mesmo os mais difíceis e os mais importantes) a que a classe operária jamais se viu confrontada. A classe operária fez uma revolução que foi além de uma simples mudança de pessoal político na cúpula. Ela foi capaz de expropriar os antigos proprietários dos meios de produção (modificando dessa forma profundamente as relações de propriedade). Mas até que ponto foi ela capaz de — ou estava ela disposta a — transformar de modo revolucionário as relações de produção? Procurou ela destruir a estrutura de autoridade que as relações de produção mantêm e perpetuam em todas as sociedades de classes? Até que ponto estava disposta a gerir ela própria a produção (e portanto a sociedade no seu conjunto) ou até que ponto tendia ela antes a delegar a outros essa tarefa? E até que ponto a ideologia dominante triunfou, pressionando

a classe operária a substituir os seus inimigos confessos por um Partido que declarava falar «em seu nome»?

Responder a essas interrogações é uma tarefa importante, mas difícil. Um dos perigos que ameaça quem procure analisar sem preconceito o «período heróico da Revolução russa» é o da «identificação retrospectiva» com esta ou aquela tendência ou indivíduo que actuava na cena política (Osinsky, Kollontai, Maximov, Makhno ou Miasnikov, por exemplo). Isso é um passatempo político sem interesse, no qual depressa os revolucionários se surpreendem a formular este género de interrogações: «Que deveria fazer-se neste ou naquele momento?»; «esta ou aquela acção seria prematura?»; «quem tinha razão neste ou naquele Congresso?»; em vez de procurar compreender o curso dos acontecimentos nas suas grandes linhas (pesquisa essa, sim, provida de sentido). Temos esperança de ter conseguido evitar esse percalço. Quando, por exemplo, estudamos a luta da Oposição Operária contra os dirigentes do Partido (em 1920 e em 1921), para nós não se trata de «tomar partido». Trata-se de compreender o que representavam realmente as forças em conflito e quais eram, por exemplo, as motivações (e os limites ideológicos e outros) daqueles que pareciam opor-se à tendência para a burocratização de todos os aspectos da vida social. Outro perigo (ou o mesmo, sob outro aspecto) ameaça aqueles que se aventuram pela primeira vez nesse terreno, e que não conseguem escapar à mitologia oficial: permanecer prisioneiros da lenda mesma que procuram destruir. Aqueles, por exemplo, que procuram «demolir» Stalin (ou Trotski, ou Lenine) podem realizar com êxito o seu objectivo imediato. Mas pode acontecer que eles «tenham êxito» com a condição de não discernir, nem mencionar, os traços mais fundamentalmente novos deste período: a acção autónoma da classe operária em busca de transformar totalmente as condições da sua existência. Espera-

mos também ter evitado essa armadilha. Se citámos demoradamente as declarações de certas personalidades foi apenas na medida em que resumem bastante bem as ideologias que, num dado momento da história, orientavam as acções e os pensamentos dos homens. Ao longo desta narrativa, sentimos que a única maneira de tratar seriamente aquilo que diziam ou faziam os bolcheviques era explicar a função que socialmente desempenharam as suas declarações e os seus actos.

Tentemos agora expor as nossas próprias premissas metodológicas. Acreditamos que as «relações de produção» — as relações que se estabelecem entre as pessoas ou os grupos no processo da produção dos bens — são os fundamentos essenciais de qualquer sociedade. Um determinado tipo de relações de produção é o denominador comum de todas as sociedades de classes. É aquele no qual o produtor não domina os meios de produção mas é, pelo contrário, simultaneamente «separado deles» e dos produtos do seu trabalho. Em todas as sociedades de classes, os produtores estão subordinados aos que dirigem o processo de produção. A gestão operária da produção — que implica o total domínio dos produtores sobre o processo de produção — não é para nós uma questão secundária. É o próprio núcleo da nossa política. É o único meio que permite superar as relações autoritárias (dirigentes-executantes) na produção e criar uma sociedade livre, comunista ou anarquista.

Acreditamos também que os meios de produção podem passar para outras mãos (por exemplo para as de uma burocracia que se apropria deles colectivamente) **sem por isso transformar de modo revolucionário as relações de produção.** Nessas condições — e seja qual for a forma de propriedade — a sociedade permanece uma sociedade de classes, pois a produção é sempre dirigida por uma instância outra que não os próprios produtores. As relações

de propriedade, por outras palavras, não reflectem necessariamente as relações de produção. Podem servir para mascará-las e, de facto, desempenham frequentemente esse papel⁶.

Muitos são os que perfilham estas concepções. Mas o que até agora nunca se tentou, no entanto, foi aplicar esse quadro conceptual global à história da Revolução Russa. Aqui, temos que nos limitar a enunciar as grandes linhas dessa abordagem⁷. Vista deste ângulo, a Revolução russa representa uma tentativa, infrutífera, da classe operária russa, para destruir relações de produção que se tornavam cada vez mais opressivas. O enorme levante de 1917 pôde destruir a supremacia política da burguesia (destruindo a base económica na qual ela assentava: a apropriação privada dos meios de produção). Modificou o sistema existente das relações de propriedade. Mas não conseguiu (a despeito de esforços heróicos nesse sentido) transformar as relações de

⁶ Para uma discussão mais completa desse conceito — e de todas as suas implicações, ver: «As relações de produção na Rússia» de P. Chaulieu [C. Castoriadis] no n.º 2 da revista *Socialisme ou Barbarie* (Maio-Junho de 1949) [republicado em C. Castoriadis, *La Société Bureaucratique*, I, *Les rapports de production en Russie*, Paris, U.E.G., «10/18», 1973, p. 205-281]. Se bem que a ideia possa surpreender muitos «marxistas», ela tinha sido já expressa por Engels: Numa carta a Schmidt de 27 de Outubro de 1890, escrevia ele: «Num Estado moderno, é preciso não apenas que o direito corresponda à situação económica geral e seja sua expressão, mas ainda que ele possua a sua coerência interna e não traga em si mesmo a sua condenação devido às suas contradições internas. E o preço dessa criação é que a fidelidade do reflexo das relações económicas se desvaneca cada vez mais (...). O reflexo das relações económicas sob forma de princípios jurídicos tem necessariamente também por resultado colocar as coisas de cabeça para baixo (...)». (Marx-Engels, *Lettres sur «Le Capital»*, Editions Sociales, p. 369-370).

⁷ Que essa análise é possível é o que parece mostrar-nos uma curta mas excelente brochura de J. Barrot, «Notas para uma análise da revolução Russa», tradução portuguesa de José Pais, Lisboa 1972.

produção autoritárias que caracterizam todas as sociedades de classes. Certas fracções da classe operária (as mais activas no movimento de Comitês de fábrica) tentaram decerto inflectir a Revolução nessa direcção. Mas a sua tentativa gorou-se. É importante analisar as causas desse falhanço, e ver de que modo novos senhores substituíram os antigos.

Quais eram as forças que se ergueram contra aqueles que buscavam uma transformação total das condições de vida na produção? Houve primeiramente, é claro, a burguesia. A burguesia tinha **tudo** a perder nessa subversão social total. Se a gestão operária levava a melhor, ela perderia, não apenas a **propriedade** dos meios de produção, mas também a possibilidade de conservar **posições privilegiadas**, quer na qualidade de «especialistas», quer em **postos de direcção**. Não é de espantar que a burguesia se tenha sentido aliviada quando se apercebeu de que os dirigentes da Revolução «não iriam mais longe do que a nacionalização» e que faziam questão de manter intactas as relações dirigentes-executantes na indústria e alhures. É verdade que uma parte importante da burguesia lutou desesperadamente para reconquistar a sua propriedade perdida. A Guerra Civil foi sangrenta, e demorada. Mas milhares de pessoas que, pela sua cultura e tradições, estavam mais ou menos ligadas à burguesia expropriada, encontraram a oportunidade de penetrar na «fortaleza revolucionária» — pela porta estreita — e de retomar a sua função de dirigentes do processo do trabalho do «Estado Operário». Agarraram avidamente essa oportunidade inesperada. Em peso, aderiram ao Partido, ou decidiram cooperar com ele, aplaudindo cinicamente cada frase de Lenine ou Trotski sobre a «disciplina do trabalho» ou sobre a «direcção por um único homem». Em breve, foram nomeados em grande número (pela cúpula) para os postos dirigentes da economia. Fundindo-se muito rapidamente com a nova «elite» político-administrativa, de que o próprio Partido formava o núcleo, os sec-

tores mais «esclarecidos» e mais competentes tecnicamente da classe expropriada retomaram rapidamente posições dominantes nas relações de produção.

Em segundo lugar, o Movimento dos Comitês de Fábricas tinha que defrontar as tendências abertamente hostis da «esquerda», como os mencheviques. Os mencheviques repetiam incansavelmente que a Revolução tinha que ser democrático-burguesa, e que portanto as tentativas de gestão da produção pelos trabalhadores não poderiam ter futuro. Todos esses esforços foram denunciados como «anarquistas» e «utópicos». Em certos lugares, os mencheviques foram efectivamente um sério obstáculo para o Movimento dos Comitês de Fábricas: mas a oposição deles era antecipada, e foi uma oposição de princípio e permanente. Em terceiro lugar, a atitude dos bolcheviques — a qual foi muito mais ambígua e desconcertante: entre Março e Outubro, os bolcheviques apoiaram o desenvolvimento dos Comitês de Fábricas, mas foi para se voltarem violentamente contra eles nas últimas semanas de 1917, tentando integrá-los em novas estruturas sindicais, o que era o melhor meio de castrá-los. Esse processo, minuciosamente descrito neste livro, devia desempenhar um papel importante, impedindo a luta crescente contra as relações de produção capitalistas de alcançar o seu objectivo. De facto, os bolcheviques canalizaram as energias libertadas entre Março e Outubro para um ataque bem sucedido contra o poder político da burguesia (e contra as relações de propriedade nas quais estava baseado). A esse nível, a revolução foi «vitoriosa». Mas os bolcheviques foram também «vitoriosos» ao restaurar «a lei e a ordem» na indústria — lei e ordem que reconsolidavam as relações autoritárias de produção, que durante um breve período tinham sido seriamente abaladas.

Por que razão agiu o Partido desse modo? Para responder a essa pergunta, ser-nos-ia necessário fazer

uma análise muito mais completa do Partido bolchevique e das suas relações com a classe operária do que a que nos é possível fazer aqui. Uma vez mais, seria necessário que nos afastássemos simultaneamente da mitologia («O grande Partido bolchevique»; «a arma forjada por Lenine»; «o ferro de lança da Revolução») e da anti-mitologia (o Partido como incarnação do «totalitarismo», do «militarismo», da «burocracia», etc.), e procurar constantemente compreender em vez de delirar ou de fulminar. A um nível superficial, a ideologia e a prática do Partido estavam estreitamente ligadas às circunstâncias históricas específicas da Rússia czarista, na primeira década deste século. A clandestinidade e a perseguição explicam parcialmente (se bem que a não justifiquem) a estrutura organizativa do Partido e a sua concepção das relações com a classe⁸. O que é mais difícil de compreender é a ingenuidade dos dirigentes bolcheviques, que pareciam não se aperceberem das consequências que devia ter fatalmente esse tipo de organização e esse tipo de relações com a classe na história ulterior do Partido.

Um porta-voz da ortodoxia bolchevique tão importante como Trotski podia escrever a respeito dos primeiros momentos da história do Partido: «já se tinham formado rotinas de aparelho na ilegalidade. Desenhava-se um tipo de jovem burocrata. As condições da conspiração limitavam estreitamente, é verdade, as formas da democracia (eleições, controle, mandatos), mas não se pode negar que os membros dos comités tinham feito recuar, mais do que o necessário, os limites da democracia interior e se tinham mostrado mais rigorosos para com os operários revolucionários do que para com eles próprios, preferindo dar ordens mesmo quando teria sido acon-

⁸ Que surgem de modo explícito na teoria (*Que fazer?* e *Um passo em frente dois passos atrás*, de Lenine), e na prática do bolchevismo, de 1901 a 1917.

selhável escutar as massas. Kroupskaia observa que nos comités bolcheviques, tal como nos congressos, quase não havia operários. Os intelectuais predominavam. «O membro do comité, escreve Kroupskaia, era habitualmente um homem cheio de certezas... Regra geral, o «comitard» não admitia nenhuma democracia no interior do Partido... além disso, o «comitard» não admitia as inovações... ele não sabia, e não queria adaptar-se a circunstâncias rapidamente mutáveis»⁹.

Começaram-se a sentir as consequências disso quando dos acontecimentos de 1905. Em numerosos sítios constituíram-se soviets. «O comité bolchevique de Petersbourg começou por se espantar com a inovação da representação das massas em luta independentemente dos Partidos e a melhor coisa que lhe ocorreu foi dirigir um ultimato ao soviet: adoptar imediatamente o programa social-democrata ou dissolver-se. O soviet de Petersbourg e com ele os operários bolcheviques que incluía, passaram adiante sem pestanejar»¹⁰. Broué, um dos mais hábeis defensores do bolchevismo, vê-se obrigado a escrever que «aqueles que no Partido bolchevique eram mais favoráveis aos soviets viam unicamente neles, e no melhor dos casos, auxiliares do Partido (...) Só tardiamente compreenderam a função que poderiam desempenhar, o interesse que representavam para aumentar neles a sua influência e neles lutar pela direcção das massas»¹¹. O problema resume-se com

⁹ L. Trotsky, *Staline*, Grasset, Paris, 1948, pp. 82-88. Trata-se do Terceiro Congresso do Partido (25 de Abril — 10 de Maio de 1905). [Ver a esse respeito a análise de Claude Lefort «A contradição de Trotsky e o problema revolucionário», *Les temps Modernes*, 39, Dez. 1948-Jan. 1949, republicado em *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Genebra, Droz, 1971, pp. 11-29].

¹⁰ L. Trotski, *ibid.*, p. 95.

¹¹ P. Broué, *Le parti bolchévique*, Editions de Minuit, Paris, 1963, p. 35.

perfeição neste incidente. Os quadros bolcheviques consideravam-se como dirigentes da Revolução: qualquer movimento não lançado por eles ou exterior ao seu controle parecia-lhes sistematicamente suspeito¹². Disse-se frequentemente que os bolcheviques se «surprenderam» com a criação de sovietes: esse eufemismo não deve enganar-nos. A reacção dos bolcheviques foi muito mais do que uma simples «surpresa». Reflectia toda uma concepção da luta revolucionária, toda uma concepção das relações entre trabalhadores e revolucionários; e a acção das massas russas, desde 1905, tinha mostrado que essas concepções estavam já ultrapassadas.

A separação entre os bolcheviques e as massas viria a surgir em várias ocasiões em 1917. Isso foi antes de mais evidente durante a revolução de fevereiro, depois na época das «Teses de Abril», e uma vez mais na época dos Dias de Julho¹³. Em várias ocasiões se admitiu que o Partido cometeu «erros» em 1905 e em 1917. Mas essa «explicação» nada explica. O que deveria perguntar-se era: como foram possíveis esses «erros»? E só é possível responder a essa interrogação se se compreende o **tipo de trabalho** realizado pelos quadros do Partido, desde a sua criação até à época da Revolução. Resultado das condições particulares da luta contra o czarismo, e das suas próprias concepções organizativas, os dirigentes do Partido (do Comité Central aos responsáveis dos grupos locais) encontravam-se numa situação que apenas

¹² A mesma atitude encontrar-se-ia no próprio interior do Partido. Como aconteceu a Trotsky escrever, desta vez aprovando: «os estatutos deviam exprimir a «desconfiança organizada da direcção», uma desconfiança que se manifestava por um controle vigilante da cúpula sobre o partido» (I. Deutscher, *Le Prophète Armé*, [1954], tr. fr. Julliard, Paris 1962, p. 115.

¹³ Não, não dizemos que o derrube militar do governo provisório era possível em Julho. Observamos apenas que o Partido estava longe de compreender o que queriam realmente as massas.

lhes permitia laços muito pouco estreitos com o movimento operário real. «Um verdadeiro agitador, escrevia Lenine, que demonstre algum talento, ou que pelo menos promete vir a tê-lo, não deve trabalhar na fábrica, consideramos que ele deve viver sustentado pelo Partido... e passar para a clandestinidade»¹⁴. Não espanta nessas condições que os poucos quadros bolcheviques de origem operária tenham perdido rapidamente qualquer contacto real com a sua classe.

O partido bolchevique estava dilacerado por uma contradição que permite compreender melhor a sua atitude antes e depois de 1917¹⁵. A sua verdadeira força residia nos trabalhadores avançados que o apoiavam. É inegável que esse apoio foi por vezes numericamente importante, e sincero. Mas esses trabalhadores não controlavam o Partido: os revolucionários profissionais detinham firmemente a direcção nas mãos. Em certo sentido, era inevitável. A fabricação de uma imprensa clandestina e a difusão da propaganda só podiam ser asseguradas com regularidade por militantes constantemente em movimento, e por vezes obrigados a refugiar-se no estrangeiro. Um trabalhador só podia tornar-se dirigente bolchevique com a condição de deixar de trabalhar e de se colocar à disposição do Partido, que podia então enviá-lo em missão especial para qualquer cidade. O aparelho do partido estava nas mãos de especialistas da revolução. A contradição era esta: as forças vivas, reais, das quais provinha a força do Partido, não podiam controlá-lo. Na qualidade de instituição, o Partido escapava totalmente ao controle da classe operária russa. Os problemas que teve de defrontar a Revolução russa após 1917 não resolveram essa contradição, mas exacerbaram-na ainda mais. A atitude do Partido em 1917,

¹⁴ Lenine, *Sochineniya*, IV, 441.

¹⁵ [ver novamente C. Lefort, *ibid.*].

e depois, é produto da sua história. Foi isso que tornou vãs as tentativas, no interior do Partido, das diversas oposições de 1918-1921. Elas não compreenderam que uma premissa ideológica determinada (o postulado da hegemonia do Partido) implicava necessariamente determinadas conclusões na prática. Mas é provável que este género de análise não vá suficientemente longe. A um nível mais profundo, a própria concepção desse tipo de organização e esse tipo de relação com o movimento de massas reflecte a influência não reconhecida da ideologia burguesa, naqueles mesmos que procuravam tenazmente destruir a sociedade burguesa. A concepção que garante que a sociedade tem obrigatoriamente que estar dividida em «dirigentes» e «executantes», a ideia segundo a qual certas pessoas nasceram para dominar e outras não podem realmente desenvolver-se para além de um certo limite, foi, desde tempos imemoriais, o postulado tácito de qualquer classe dominante. Que os próprios bolcheviques a tenham ao fim e ao cabo aceite mostra mais uma vez a que ponto Marx tinha razão ao declarar que «as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante». Face a uma organização tão «eficaz», tão sólida, assente em ideias desse género, não surpreende que os Comitês de Fábrica nascidos em 1917 não tenham sido capazes de levar a Revolução até ao fim.

O último obstáculo que tiveram que defrontar os Comitês era inerente ao próprio movimento dos Comitês. Se bem que determinados indivíduos tenham dado provas de uma extraordinária lucidez, e se bem que o movimento tenha representado a mais alta manifestação da luta de classes em 1917, o movimento no seu conjunto não conseguiu compreender o que lhe acontecia, nem oferecer uma resistência séria. Não conseguiu generalizar a sua experiência, e o testemunho que dela deixou é infelizmente muito fragmentário. Incapaz de formular publicamente os seus próprios objectivos (a autogestão) em termos claros e positivos, era inevitável que outros tirassem partido

desse vazio. Com uma burguesia em plena desintegração e uma classe operária insuficientemente forte e consciente para impor as suas **próprias** soluções aos problemas que dividiam a sociedade, o triunfo, tanto do bolchevismo como da burocracia, estava garantido.

A análise da Revolução russa mostra bem que, se a classe operária permite a um grupo específico, separado dos próprios trabalhadores, tomar em mãos a gestão da produção, ela perde também todas as possibilidades de controlar ela própria os meios de produção. O resultado da separação do trabalho produtivo e dos meios de produção é uma sociedade de exploração. E quando os simples trabalhadores já não têm influência em instituições como os Soviets, de nada serve chamar a esse regime «soviético». Esforço algum de imaginação pode fazê-lo considerar reflexo dos interesses da classe operária. A questão fundamental: **quem gere a produção após o derrube da burguesia? deveria pois tomar-se de agora em diante o centro de qualquer discussão séria sobre o socialismo.** Hoje, a velha equação (liquidação da burguesia = Estado operário) popularizada por inúmeros leninistas, estalinistas e trotsquistas, é totalmente insuficiente.

Em 1917, os trabalhadores criaram órgãos (Comitês de Fábrica e Soviets) que deviam garantir a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Mas os Soviets passaram para as mãos dos funcionários bolcheviques. Um aparelho de Estado, separado das massas, reconstituiu-se rapidamente. Os trabalhadores russos não conseguiram criar novas instituições que lhes permitissem gerir tanto a produção como a vida social. Essa tarefa foi por conseguinte assumida por outros, por um grupo para quem essa gestão se tornou função específica. A burocracia organizava o processo do trabalho num país no qual ela era igualmente senhora das instituições políticas.

Tudo isto exige uma séria re-avaliação de várias noções fundamentais. O «poder dos trabalhadores» não pode ser identificado ou assimilado ao poder do Partido, coisa que constantemente fizeram os bolcheviques. Como dizia Rosa Luxemburgo, o poder operário será obra da classe operária e não de uma minoria que actue em nome da classe. Deve ser a emanação do empenhamento activo dos trabalhadores, permanecer sob sua influência directa, estar submetido ao controle do conjunto da população, ser consequência da consciência política crescente do povo. Igualmente, a noção de «tomada do poder» não pode designar — como acontece claramente com todos aqueles que pensam ainda viver no Petrograd de 1917 — um **putsch** semi-militar, fomentado por uma minoria. Também não pode representar unicamente a defesa — mesmo sendo esta evidentemente necessária — das posições ganhas pela classe operária contra as tentativas da burguesia para as reconquistar. O que a «tomada do poder» implica realmente é que a grande maioria da classe operária compreenda finalmente com clareza a sua capacidade de gestão da produção e da sociedade — e se organize com essa finalidade.

Este texto não é, de modo algum, um estudo económico da Rússia de 1917 a 1921. É, no melhor dos casos, uma cronologia selectiva da vida do mundo do trabalho. Na maioria dos casos, os factos falam por si mesmos. Em determinados momentos, considerámos oportuno apresentar o nosso próprio ponto de vista, sobretudo quando sentíamos que todos os protagonistas de certos grandes debates históricos estavam errados, ou permaneciam prisioneiros deste ou daquele sistema de ideias que os impedia de compreender o verdadeiro sentido daquilo que acontecia. Não fizemos referência aos acontecimentos e às etapas da Guerra Civil senão para proporcionar o contexto de determinadas controvérsias, — e para acabar de uma vez para sempre com o argumento clássico segundo o qual muitas das medidas descritas foram tomadas «por causa da Guerra Civil».

Haverá quem nos censure, provavelmente, por termos, de uma ponta a outra desta narrativa, insistido nas diferentes lutas internas do Partido e não nas acções de milhões de homens que, por uma ou outra razão, nunca aderiram ao Partido ou que, desde o início, compreenderam onde levava a sua política. A «acusação» tem um certo fundamento, mas esse defeito é quase inevitável. As aspirações de milhares de indivíduos, as suas dúvidas, as suas esperanças, os seus sacrifícios, o seu desejo de transformar as condições de sua vida quotidiana e a sua luta para consegui-lo, sem dúvida que contribuiram tanto para «fazer» a história como as resoluções dos Congressos do Partido e os discursos dos dirigentes. Mas uma actividade que não tem regras nem estatutos nem tribunas nem panegiristas pertence quase por definição àquilo que a história escrita apaga. Uma consciência do problema — por mais aguda que seja — não substituirá o material perdido. É uma tentativa como esta é em grande parte uma questão de documentos. As massas fazem a história — mas não a escrevem. Aqueles que a escrevem têm na maioria dos casos outras preocupações — seja o culto dos antepassados ou a justificação retrospectiva — que não a apresentação equilibrada dos factos.

Haverá também outro género de críticas. Não se porá em causa a exactidão das citações de Trotsqui e de Lenine, mas afirmar-se-á que elas são «selectivas», e que «outras coisas também» foram ditas. Uma vez mais nos confessamos culpados. Mas é necessário observar que há já suficientes hagiografias no comércio (como a de Deutscher por exemplo) cuja «objectividade» não passa da máscara de um trabalho apologético extremamente hábil. Existe aliás outra razão para exumar este material. Cinquenta anos após a revolução — e quando há muito tempo deixou de haver «isolamento» — é evidente que o sistema burocrático russo não tem muito a ver com o modelo da Comuna de Paris (delegados eleitos e revogáveis, que recebiam apenas o equivalente de um salário de ope-

rário, etc.) ao qual alude Lenine em **O Estado e a Revolução**. De facto, é difícil encontrar na teoria marxista uma antecipação do que é a estrutura social russa. Parece-nos pois mais pertinente citar as declarações dos dirigentes bolcheviques de 1917 que desempenharam uma função na evolução da sociedade russa do que aquelas que, como os discursos dos dirigentes trabalhistas no primeiro de Maio, permanecem para sempre no campo da retórica.

Nota sobre as datas

A 14 de Fevereiro de 1918, a Rússia abandonava o velho calendário Juliano e adoptava o calendário Gregoriano utilizado na Europa Ocidental. O primeiro de Fevereiro tornou-se 14. Conservámos o antigo sistema até essa data e utilizámos o novo depois dela.

1917

FEVEREIRO

Greves e motins provocados pela fome em Petrogrado. Violentas manifestações de rua contra o Governo. Tropas enviadas para restabelecer a ordem confraternizam com os manifestantes. Pela primeira vez desde 1905, os Sovietes reaparecem em várias cidades.

27 DE FEVEREIRO

Nicolau II abdica. Formação do Governo Provisório (o Primeiro Ministro é o Príncipe Lvov).

MARÇO

Formam-se Comitês de Fábrica e de Oficina¹, Conselhos Operários e Conselhos de Veteranos em todos os grandes centros industriais da Rússia Europeia. Desde o início que as suas reivindicações não se limitam ao salário ou ao horário mas põem em causa muitas prerrogativas dos patrões.

Nalguns casos os Comitês de Fábrica constituíram-se porque os seus anteriores proprietários ou gerentes tinham desaparecido durante a revolução de Fevereiro.

¹ Fabzavkomy: abreviação de fabrično-zavodnye komitety.

Destes, os que regressaram mais tarde foram autorizados a reassumir as suas posições — mas tinham que aceitar os Comitês de Fábrica. «O proletariado» escreve Pankratova (a) «sem esperar pela sanção da lei, começou a criar simultaneamente todas as suas organizações: sovietes de deputados operários, sindicatos e Comitês de Fábrica»². Desenvolvia-se em toda a Rússia um enorme avanço operário.

10 DE MARÇO

Deu-se a primeira capitulação formal por parte de um número considerável de patrões. Foi assinado um acordo entre o Comité Executivo do Soviete de Petrogrado e a Associação dos Empresários de Petrogrado,

a Anna Mikhailovna Pankratova aderiu ao Partido bolchevique em 1919. Era na altura estudante na Universidade de Odessa. Escreveu uma série de livros sobre a história do movimento operário russo e mais tarde tornou-se professora da Universidade de Moscovo e da Academia das Ciências Sociais. Foi eleita em 1952 para o Comité Central do Partido e tornou-se no ano seguinte editora-chefe do jornal do Partido *Voprosii Istorii* (Questões de História). Morreu em 1957.

O seu panfleto sobre os Comitês de Fábrica, publicado antes da era das distorções históricas sistemáticas, contém material interessante. A sua perspicácia e visão são contudo seriamente limitadas devido à aceitação de duas premissas bolcheviques fundamentais: 1.º «que o papel dos Comitês de Fábrica termina ou com o refluxo da maré revolucionária, ou com a vitória da Revolução» e 2.º que «as reivindicações e aspirações profundas da classe operária, quando emergem, são formuladas, providas com conteúdo ideológico e solidificadas organizativamente por intermédio do Partido... A luta pelo controle operário realizou-se sob chefia do Partido, que permitiu (sic!) que o proletariado se apossasse do poder político e económico».

² A. M. Pankratova, *Fabzavbomy Rossii v borbe za sotsialisticheskuyu fabriku* (os Comitês de Fábrica Russos na luta pela fábrica socialista), Moscovo, 1923, p. 9. Partes deste importante documento foram publicadas no número de Dezembro de 1967 (N.º 34) da revista francesa *Autogestion* (os números de página referem-se à versão francesa).

concedendo as 8 horas por dia nalgumas empresas e «reconhecendo» alguns dos Comitês. A maior parte dos patrões restantes recusa-se a seguir esse exemplo. Em 14 de Março, por exemplo, o Comité para o Comércio e Indústria declarou que «a questão das 8 horas diárias não pode ser resolvida por acordos mútuos entre trabalhadores e patrões, visto ser um assunto da competência do Estado». Foi a propósito dessa questão que se travou a primeira grande luta dos Comitês de Fábrica.

O horário das 8 horas por dia foi rapidamente imposto pelos operários em Petrogrado, ora com o consentimento relutante dos patrões ora unilateralmente. O «reconhecimento» dos Comitês de Fábrica foi muito mais difícil de impor, pois tanto os patrões como o Estado reconheciam a ameaça inerente a essa forma de organização.

2 DE ABRIL

Conferência Preparatória dos Comitês de Fábrica das Indústrias de Petrogrado, convocada por iniciativa dos operários do Departamento de Artilharia. Esta Conferência fez uma proclamação, que foi na altura, para todos os Comitês de Fábrica, o «termo de referência» mais radical. Os parágrafos 5 e 7 da proclamação estipulam que:

«Todas as instruções referentes à organização interna da fábrica (isto é, instruções referentes a assuntos tais como: horas de trabalho, salários, admissões e despedimentos, férias, etc.) devem emanar dos Comitês de Fábrica, sendo o gerente da fábrica informado delas...»

«O conjunto do pessoal administrativo (chefia a todos os níveis, e técnicos) é admitido com o consentimento do Comité de Fábrica que tem por obrigação comunicar aos trabalhadores as suas decisões em

assembleias de toda a fábrica ou através dos comités de oficina...»

«O Comité de Fábrica controla a actividade da gerência nos campos administrativo, económico e técnico... Devem ser facultados aos representantes do Comité de Fábrica, para sua informação, todos os documentos oficiais da administração, orçamento da produção, e descrição pormenorizada de todos os artigos que entram ou saem da fábrica...»³

7 DE ABRIL

Publicação das **Teses de Abril**, pouco depois de Lenine ter regressado a Petrogrado vindo do exílio. A única referência ao controle operário encontra-se na Tese n.º 8: «A nossa tarefa imediata não será a 'introdução do socialismo' mas colocar a produção social e a distribuição dos produtos... sob o controle do Soviete dos Deputados Operários.»

23 DE ABRIL

O novo governo viu-se obrigado a algumas concessões verbais. Promulgou uma lei que «reconhecia» parcialmente os Comités mas restringindo cuidadosamente a sua influência. Todos os assuntos importantes foram deixados ao «mútuo acordo das partes interessadas» — por outras palavras, não havia nenhuma obrigação **estatutária** por parte dos patrões de tratarem directamente com os Comités.

Os operários mostraram-se contudo pouco preocupados com o que a lei estipulava. «Comentaram, à maneira, a lei de 23 de Abril... Determinaram eles

³ Ibid., pp. 12-13.

próprios os seus termos de referência, em cada fábrica, alargando constantemente as suas prerrogativas e decidindo o que os seus representantes deviam fazer, de acordo com a relação de forças em cada caso particular.»⁴

23 DE ABRIL

Lenine escreve: «Devem-se exigir constantemente e, sempre que possível, realizar por meios revolucionários, medidas como a nacionalização da terra, dos bancos e corporações capitalistas, ou pelo menos a instituição imediata do controle dos Sovietes dos Deputados Operários sobre eles (medidas que de modo algum implicam a 'introdução do socialismo'). Sem essas medidas, «inteiramente realizáveis do ponto de vista económico», será «impossível sarar as feridas da guerra e evitar o colapso iminente».⁵

As ideias básicas de Lenine sobre o controle operário como «travão imposto aos capitalistas» e «como meio de evitar o colapso», em breve se juntou uma terceira, muito frequente nos escritos de Lenine dessa época. É o conceito do controle operário como «prelúdio à nacionalização». Por exemplo: «Devemos preparar imediatamente os Sovietes dos Deputados Operários, o Soviete dos Deputados dos Empregados Bancários, etc... de modo a que estes adoptem medidas possíveis e práticas para a fusão de todos os bancos num único banco nacional, seguindo-se o estabelecimento do controle dos Sovietes dos Deputados Operários sobre os bancos e corporações, e posterior nacionalização».⁶

⁴ Ibid., p. 12.

⁵ V. I. Lenin, *As Tarefas do Proletariado na nossa Revolução, Obras Escolhidas*, vol. VI, p. 62 (paginação da edição inglesa).

⁶ V. L. Lenin, *Os Partidos Políticos e as Tarefas do Proletariado*, *ibid.*, pp. 85-86. (*ibid.*).

MAIO

Um número cada vez maior de patrões «eram obrigados a cooperar» com os Comitês de Fábrica. A imprensa burguesa lançou uma campanha maciça contra o horário das 8 horas e contra os Comitês, tentando apresentar os trabalhadores aos olhos dos soldados como preguiçosos, gananciosos, inúteis, levando o país à ruína devido às suas exigências «exorbitantes». A imprensa dos trabalhadores explica pacientemente as verdadeiras causas da estagnação industrial e as condições de vida reais da classe trabalhadora. A convite de vários Comitês de Fábrica, o Exército envia delegados à «retaguarda» para «verificar» essas condições. Testemunham então publicamente que tudo o que os operários diziam era verdade...

17 DE MAIO

No *Pravda*, Lenine apoia explicitamente a palavra de ordem «controle operário», declarando que «os operários devem exigir a realização imediata e efectiva do controle por eles próprios.»⁷

20 DE MAIO

Lenine esboça um novo programa do Partido: «O Partido luta por uma república dos trabalhadores e camponeses mais democrática, na qual a polícia e o exército permanente serão completamente abolidos e substituídos pelo povo em armas, por uma milícia universal. Os oficiais, não só serão eleitos mas estarão sujeitos a serem revogados em qualquer altura a pedido da maioria dos eleitores. Todos os oficiais,

⁷ V. I. Lenin, *Contribuições para a Revisão do Programa do Partido*, *ibid.*, pp. 116-117. (*ibid.*).

sem excepção, serão pagos a uma tarifa não superior ao salário médio de um operário competente».

Ao mesmo tempo Lenine reivindica a «participação (ênfase do autor) incondicional dos operários no controle dos negócios dos trusts» — o que poderia ser realizado «por um decreto dum dia para o outro».⁸

O conceito de que a «participação dos trabalhadores» devia ser introduzida por meios legislativos (i. e. a partir de cima) tem obviamente antepassados ilustres.

29 DE MAIO

Conferência em Kharkov dos Comitês de Fábrica.

Sob certos aspectos, a província estava mais avançada que Petrogrado e Moscovo. A Conferência de Kharkov exigia que os Comitês de Fábrica se tornassem «órgãos da Revolução... tendo como fim a consolidação das suas vitórias». «Os Comitês de Fábrica devem tomar conta da produção, protegê-la, desenvolvê-la». «Devem fixar salários, velar pela higiene, controlar a qualidade técnica dos produtos, decretar todos os regulamentos internos da fábrica e resolver todos os conflitos».⁹ Alguns delegados não-bolcheviques chegaram mesmo a propor que os Comitês tomassem directamente posse das fábricas e exercessem todas as funções de gerência.

⁸ V. I. Lenin, *O Descalabro está Iminente*, *ibid.*, p. 142. (*ibid.*).

⁹ I. Kraizel, *Iz istorii profdvizheniya g. Kharkova v 1917 godu* (Sobre a história do Movimento Sindical em Kharkov 1921). Referido por Pankratova (*ob. cit.*, p. 15).

30 DE MAIO A 5 DE JUNHO

Primeira Conferência plenária dos Comitês de Fábrica de Petrogrado.

A Conferência reuniu-se no Palácio Tauride, o mesmo recinto que três meses atrás tinha acolhido a Duma do Estado (Parlamento). Pelo menos metade dos Comitês representados provinham da indústria mecânica. «Os discursos empolados e longos dos parlamentares burgueses tinham sido substituídos pelas contribuições sinceras, simples e normalmente coisas dos 'deputados', que acabavam de arrumar as suas ferramentas ou máquinas para virem exprimir pela primeira vez em público as suas humilhações, exigências de classe e necessidades como seres humanos». ¹⁰

Os delegados bolcheviques eram maioritários. Embora a maior parte das suas intervenções se centrassem na necessidade de introduzir o controle operário como meio de «restaurar a ordem» e «manter a produção», também se fizeram ouvir outras opiniões. Nemtsov, operário metalúrgico bolchevique, afirmou que o «trabalho nas fábricas está actualmente nas mãos dos altos quadros dirigentes. Devemos introduzir o princípio colectivo. Para realizar trabalho... não precisamos das decisões individuais dos capatazes. Introduzindo o princípio electivo, podemos controlar a produção». Naumov, outro delegado, reivindicava que «pelo facto de nós mesmos controlarmos a produção, aprenderemos os seus aspectos práticos e elevá-la-emos ao nível da futura produção socialista». ¹¹ Nesta altura, ainda estamos muito longe da defesa bolchevique da «eficiência» da direcção de um só e da prática das nomeações a partir de cima.

¹⁰ A. Pankratova, ob. cit., p. 19.

¹¹ Ibid., p. 19.

A Conferência teve numerosos participantes. Até mesmo M. I. Skobelev, menchevique, Ministro do Trabalho do Governo Provisório, lá estava. A sua intervenção teve interesse na medida em que foi uma antecipação do que os bolcheviques viriam a dizer antes mesmo que o ano acabasse. Skobelev dizia que «a planificação e controle da indústria eram uma tarefa do Estado. A responsabilidade de ajudar o Estado no seu trabalho organizativo recai sobre uma classe específica, essencialmente a classe trabalhadora». Também afirmou que «a transferência das empresas para as mãos do povo, nesta altura, não ajudaria a Revolução». A regulamentação da indústria era função do Governo e não dos Comitês de Fábrica autônomos. «Os Comitês serviriam melhor a causa dos trabalhadores tornando-se unidades duma rede de sindicatos subordinados ao Estado». ¹²

Rosanov, um dos fundadores da União dos Trabalhadores Profissionais, defendia um ponto de vista semelhante. As suas afirmações de que «as funções dos Comitês de Fábrica eram efêmeras» e que «os Comitês de Fábrica deviam constituir os elementos básicos dos sindicatos» foram asperamente criticadas. Contudo é este o papel a que os Comitês de Fábrica serão relegados, dentro de alguns meses, pela prática bolchevique. No entanto, nessa altura, os bolcheviques criticavam muito essa ideia (os sindicatos estavam em grande medida sob a influência menchevique).

O discurso de Lenine à Conferência já permitia supor o que iria acontecer. Explicou que o controle operário significava «que a maioria dos trabalhadores devia pertencer a todas as instituições responsáveis e que a administração devia prestar contas das suas acções

¹² *Pervaya rabochaya konferentsiya fabrichno-zavodskikh komitetov*, (Primeira Conferência Operária dos Comitês de Fábrica), Petrogrado, 1917.

às organizações operárias mais importantes». ¹³ Nítidamente, Lenine entendia por «controle operário» uma «administração» por outras pessoas que não os trabalhadores.

A resolução final, apoiada por 336 dos 421 delegados, proclamou que os Comitês de Fábrica eram «organizações de luta, eleitas com base no princípio da democracia mais completa e com uma direcção colectiva». Os seus objectivos eram «a criação de novas condições de trabalho». A resolução apelava para «a organização de um controle completo pelos trabalhadores sobre a distribuição» e para «uma maioria proletária em todas as instituições com poder executivo». ¹⁴

Nas semanas seguintes assistiu-se a um fortalecimento considerável dos Comitês de Fábrica. Sempre que conseguiram força suficiente (antes, e mais particularmente depois da Revolução de Outubro, quando foram reconhecidos pelos Sovietes locais), os Comitês «assumiram ousadamente a chefia das suas fábricas e o seu controle directo». ¹⁵

16 DE JUNHO

Primeiro Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

20 A 28 DE JUNHO

Uma conferência sindical, que se realizou em Petrogrado, aprovou uma resolução que estipulava que «os sindicatos que defendem os direitos e interesses do

¹³ V. I. Lenin, *Sochineniya*, XX, p. 459.

¹⁴ S. O. Zagorsky, *State Control of Industry in Russia during the war* (O Controle estatal da Indústria na Rússia durante a Guerra), New Haven, 1928, pp. 174-175.

¹⁵ R. V. Daniels, *The Conscience of the Revolution* (A Consciência da Revolução), Harvard University Press, p. 83.

trabalho assalariado... não podem assumir funções administrativo-económicas na produção». ¹⁶ Os Comitês de Fábrica deviam fazer propaganda para a entrada no sindicato de todos os trabalhadores da empresa. Deviam «trabalhar para o fortalecimento e expansão dos sindicatos, contribuir para a unificação das suas acções de luta» e «aumentar a autoridade dos sindicatos junto dos trabalhadores não organizados». ¹⁷

Essa Conferência, dominada pelos mencheviques e socialistas-revolucionários, restringiu consideravelmente a acção dos Comitês de Fábrica. Esta restrição exprimia-se no facto dos Comitês deverem ser eleitos com base em listas designadas pelos sindicatos.

As teses bolcheviques, apresentadas na Conferência por Glebov-Avilov, sugeriam que, para a boa condução do «controle» operário, deviam ser agregadas «comissões de controle económico» à administração central dos sindicatos. Essas comissões deviam ser constituídas por membros dos Comitês de Fábrica e deviam cooperar com estes últimos em cada empresa individual. Os Comitês de Fábrica, não só deviam ter «funções de controle» sob as ordens do sindicato, mas estavam também financeiramente dependentes deste. ¹⁸

A Conferência criou um Conselho Central Pan-Russo dos sindicatos cujos representantes eram eleitos em proporção da força numérica das várias tendências políticas presentes na Conferência.

¹⁶ Tretya vserossiiskaya konferentsiya professionalnykh soyuzov: Rezolyutsii prin'yaciya na zasedaniyakh konferentsii 20-28 iyunya /3-11 iyulya 1917 g. [Terceira Conferência Pan-Russa dos Sindicatos: Resoluções adoptadas nas sessões da Conferência de 20-28 de Junho a 3-11 de Julho de 1917]. Petrogrado, não datada, p. 18.

¹⁷ Ibid., parágrafo 6.

¹⁸ Ibid., p. 323.

Nesta fase, os bolcheviques estavam a jogar com um pau de dois bicos, tentando ganhar influência nos sindicatos e nos Comitês. Tendo em vista esse objectivo, não se coíbiam de todo o tipo de conversas dúbias. Nos sindicatos sob forte influência menchevique, os bolcheviques faziam força por uma autonomia considerável dos Comitês de Fábrica. Nos sindicatos sob sua influência, o seu entusiasmo, no que se refere a este assunto, era muito menor.

É necessário nesta altura dizer algumas palavras sobre o papel dos sindicatos antes e imediatamente após a Revolução de Fevereiro.

Anteriormente a 1919, os sindicatos tinham tido uma importância muito relativa na história do operariado russo. A indústria russa ainda era muito recente. Sob o czarismo (pelo menos até ao princípio do século), as organizações sindicais eram ilegais e perseguidas. «Ao suprimir o sindicalismo, o czarismo sobrevalorizou, o que não foi muito inteligente da sua parte, as organizações políticas revolucionárias... Nestas condições só os trabalhadores muito politizados, os que estavam preparados para sofrer pelas suas convicções a prisão e o exílio, se juntavam aos sindicatos... Enquanto que na Grã-Bretanha o Partido Trabalhista tinha sido criado pelos sindicatos, os sindicatos Russos viveram desde a sua criação à sombra do movimento político».¹⁹

Essa análise é correcta, e tem, além disso, um significado muito mais profundo do que aquele que Deutscher supunha. Os sindicatos Russos de 1917 reflectiam essa evolução peculiar do movimento da classe trabalhadora russa. Por um lado, os sindicatos eram auxiliares dos partidos políticos sendo utilizados por

¹⁹ I. Deutscher, *Soviet Trade Unions* (Os Sindicatos Soviéticos), Royal Institute of International Affairs, Londres, 1950, pp. 1-2.

estes com o fim de recrutar quadros e como massa de manobra.^b Por outro lado o movimento sindical, de certo modo renascido depois de Fevereiro de 1917, radicalizou-se devido à acção dos operários mais conscientes: a liderança dos vários sindicatos reflecte a predominância de uma espécie de elite intelectual, favorável de início aos mencheviques e socialistas-revolucionários, mas que mais tarde, se voltou, em proporções diversas, para os bolcheviques.

É importante compreender que, desde o começo da Revolução, os sindicatos eram rigidamente controlados pelas organizações políticas, que os usavam como apoio para as suas diversas acções. Isso explica a facilidade com que o Partido conseguiu, posteriormente, manipular os sindicatos. Ajuda também a perceber por que razão os sindicatos (e os seus problemas) foram frequentemente o campo de batalha no qual as divergências políticas entre os líderes do Partido se confrontavam. Se acrescentarmos a isso o facto de que toda a evolução anterior do Partido (incluindo a sua estrutura altamente centralizada e as suas concepções de hierarquia organizativa) favoreceu a sua separação em relação à classe operária, percebe-se melhor quão desfavoráveis eram as possibilidades de uma expressão autónoma, ou mesmo de uma simples afirmação das aspirações da classe trabalhadora. De certo modo, isso era de mais fácil expressão nos Sovietes do que no Partido ou nos sindicatos.

Seja como for, o número de sindicalizados cresceu rapidamente após Fevereiro, aproveitando-se os tra-

^b Não «denunciamos» aqui o facto dos sindicatos serem influenciados pelos partidos políticos. Nem advogamos algo tão simplista como «manter a política fora dos sindicatos». Limitamo-nos a descrever a situação real da Rússia em 1917, com a finalidade de aveliar a sua importância no desenvolvimento subsequente da Revolução Russa.

balhadores da nova liberdade conquistada. «Durante os primeiros meses de 1917, o número de sindicalizados aumentou, de uns poucos milhares, a 1,5 milhões... Mas o papel prático desempenhado pelos sindicatos não correspondia à sua força numérica... Em 1917 as greves nunca assumiram a grandeza e força das de 1905... A ruína económica da Rússia, a inflação galopante, a escassez de bens de consumo, etc., tornou irreal a natural luta pelo 'pão'. Ainda por cima os possíveis grevistas arriscavam-se a ser mobilizados. A classe operária não estava disposta a lutar por vantagens económicas limitadas e reformas parciais. Toda a ordem social da Rússia estava em jogo». ²⁰

JUNHO-JULHO

Esforços persistentes dos mencheviques para subordinarem totalmente os Comitês de Fábrica e de Oficina aos sindicatos. Este objectivo não foi bem sucedido devido à aliança temporária entre anarquistas, que se opunham a essa tentativa por questões de princípio, e bolcheviques que actuavam com base em considerações tácticas.

O movimento autónomo dos Comitês de Fábrica desenvolveu-se mais, inclusive no aspecto militante, na indústria mecânica. ²¹ Chame-se a atenção para esse facto, pois é ele que explica as medidas drásticas que os bolcheviques tiveram que tomar em 1922 para destruir as organizações independentes dos operários mecânicos.

²⁰ Ibid., p. 13.

²¹ Ver as estatísticas sobre as greves políticas em V. L. Meller e A. M. Pankratova, *Rabocheye v 1917 godu* [O Movimento Operário em 1917] pp. 16-20. Ver também M. G. Fleer, *Rabocheye dvizheniye v godu voyny* [O Movimento Operário nos Anos de Guerra], Moscovo, 1925, pp. 4-7.

26 DE JULHO A 3 DE AGOSTO

Sexto Congresso do Partido.

Milyutin declara: «Aproveitaremos a onda económica do movimento dos operários e transformaremos esse movimento espontâneo num movimento político consciente contra o poder estatal existente».²²

7 A 12 DE AGOSTO

«Segunda Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado, Subúrbios e Províncias Vizinhas», realizada no Instituto Smolny.

A Conferência decidiu que 0,25 % dos salários de todos os trabalhadores representados deveria ser para apoiar um «Soviete Central dos Comitês de Fábrica», tornando-os assim financeiramente independentes dos sindicatos.²³ Os elementos da base dos Comitês de Fábrica encararam a constituição desse «Soviete Central» de diversas maneiras. Por um lado sentiam a necessidade de coordenação. Por outro lado queriam que essa coordenação fosse realizada na base, por eles mesmos. Muitos suspeitavam das motivações dos bolcheviques, que tinham tido a iniciativa de o constituir burocraticamente. O bolchevique Skrypnik falou das dificuldades do Soviete Central dos Comitês de Fábrica, atribuindo-as «em parte aos próprios trabalhadores». Os Comitês de Fábrica tinham dado aos seus membros liberdade para trabalhar no Soviete

²² *Shastoi s'yezd RSDRP (b): Protokoly.* [O Sexto Congresso do POSDR (b): Protocolo 1917], Moscovo: IMEL, 1934, p. 134.

²³ *Oktyabrskaya revoliutsiya i fabzavkomy: materialy po istorii fabrichno-zavidskikh komitetov* [A Revolução de Outubro e os Comitês de Fábrica], Moscovo, 1927-1929, 3 volumes. Vol. I, pp. 229, 259. Estes volumes (daqui para diante referidos como *Okt. Rev. i Fabzavkomy*) são a fonte mais útil sobre os Comitês de Fábrica.

Central com certa relutância. Alguns Comitês «abstiveram-se de participar no Soviete Central devido à sua predominância bolchevique». ²⁴ V. M. Levin, outro bolchevique, queixou-se de que os trabalhadores «não distinguiam o conceito de controle do conceito de expropriação». ²⁵

A Segunda Conferência adoptou um grande número de estatutos, que regulamentavam o trabalho dos Comitês, os deveres da direcção (sic!), o procedimento para a eleição dos Comitês, etc. ²⁶ «Todos os decretos dos Comitês de Fábrica» foram declarados obrigatórios «para a administração da fábrica assim como para os operários e empregados, enquanto esses decretos não fossem abolidos pelo próprio Comité, ou pelo Soviete Central dos Comitês de Fábrica». Os Comitês deviam reunir-se regularmente **durante as horas de trabalho**. Deviam realizar-se assembleias nos dias designados pelos Comitês. Os membros dos Comitês deviam receber o salário integral — (da entidade que os empregava) — enquanto se ocupassem de assuntos do Comité. Para que um membro do Comité de Fábrica pudesse largar o trabalho de modo a cumprir as suas obrigações para com o Comité, devia bastar avisar o pessoal administrativo respectivo. Nos intervalos entre as reuniões, determinados membros designados pelo Comité de Fábrica deviam ocupar um local, no interior da fábrica, onde pudessem receber informações dos trabalhadores e dos empregados. A administração da fábrica devia fornecer os fundos necessários «para a manutenção dos Comitês e boa condução das suas tarefas». Os Comitês de Fábrica deviam ter «controle sobre a composição da administração e o direito de despedir todos os que não dessem garantias de um tipo de relações

²⁴ Ibid., p. 190.

²⁵ Ibid., p. 171.

²⁶ Descritos com grande pormenor em Okt. Rev. i Fabzavkomy.

normal com os trabalhadores, ou que fossem incompetentes por outras razões». «O pessoal administrativo da fábrica só pode entrar em serviço com o consentimento do Comité de Fábrica, que deve anunciar as suas (sic!) admissões numa Reunião Geral de toda a fábrica ou através de comités de departamento ou de oficina. A «organização interna» da fábrica (tempo de trabalho, salário, férias, etc.) também devia ser determinada pelo Comité de Fábrica. Os Comités de Fábrica deviam ter a sua imprensa própria e deviam «informar os trabalhadores e empregados da empresa das suas resoluções, afixando-as em lugar visível». Mas, como notou com realismo o bolchevique Skrypni, advertindo a conferência: «não nos devemos esquecer que estes estatutos não são estatutos normais confirmados pelo Governo. São a nossa plataforma e é baseados nela que lutaremos». O fundamento das exigências era o «direito revolucionário consuetudinário».

3 DE AGOSTO

O Governo Provisório lança uma campanha contra os Comités de Fábrica nos Caminhos de Ferro. Kukel, Vice-Ministro da Marinha, propõe a proclamação da lei marcial nos Caminhos de Ferro e a criação de comissões encarregadas de «dissolver os Comités». (Isto é a burguesia a falar em Agosto de 1917... e não Trotski em Agosto de 1920! Ver Agosto de 1920).

Numa «consulta à base» realizada em Moscovo em 10 de Agosto e patrocinada pelo Governo, atribuiu-se a situação catastrófica dos Caminhos de Ferro à existência dos Comités dos Caminhos de Ferro. «De acordo com um inquérito realizado numa assembleia de Directores de Caminhos de Ferro, tinham sido nomeados para participar nestes Comités, que atingiam 37 linhas principais, 5531 operários. Esses operários estavam autorizados a faltar ao trabalho. Calculando com base num salário mínimo médio de 2000 ru-

blos, essa brincadeira custava ao Governo 11 milhões de rublos. E isto só em 37 das 60 linhas principais...». ²⁷

Na mesma ocasião, Struve, conhecido ideólogo e economista burguês, escrevia que «assim como no campo militar a eliminação dos oficiais por soldados leva à destruição do Exército (porque implica a legalização da revolta, o que é em si incompatível com a existência do Exército), igualmente no terreno económico a substituição do poder dos dirigentes pela direcção dos operários implica a destruição da ordem económica e da vida normal nas empresas». ²⁸

Mais tarde, em Agosto, realizou-se uma Conferência de Patrões em Petrogrado, que institui uma União das Associações Patronais. A função principal da nova organização foi descrita pelo seu presidente Bymanov como sendo «a eliminação da interferência dos Comités de Fábrica nas funções directivas».

11 DE AGOSTO

Primeiro número do **Goloss Truda**, publicado na Rússia pela União de Propaganda Anarco-Sindicalista.

25 DE AGOSTO

O **Goloss Truda** publica um editorial famoso intitulado «**Questões do Momento**»: «Nós dizemos aos operários, camponeses, soldados, revolucionários russos: acima de tudo **continuai a revolução**. Continuai a organizar-vos solidamente e a unir as vossas novas organizações: as vossas comunas, sindicatos, comités, sovietes. Continuai, com firmeza e perseverança, a

²⁷ A. Pankratova, ob. cit., p. 25.

²⁸ Ibid., p. 25.

todo o momento e em todo o lugar, a participar cada vez em maior extensão e cada vez mais efectivamente na vida económica do país, continuai as expropriações, isto é, apropriem-se as vossas organizações de todas as matérias primas e de todos os instrumentos indispensáveis ao vosso trabalho. Continuai a Revolução. Não hesiteis em enfrentar as questões candentes do momento. Criai por toda a parte as organizações necessárias para realizar essas soluções. Camponeses, apoderaí-vos da terra e colocai-a à disposição dos vossos comités. Operários, preparai-vos para entregar à disposição das vossas próprias organizações sociais, sempre no próprio local, as minas e o subsolo, as empresas e os estabelecimentos de todo o tipo, as manufacturas e fábricas, as oficinas e máquinas». Mais tarde, o número 15 do mesmo jornal incitava os seus leitores a «começarem a organizar imediatamente a vida económica e social do país em novas bases. Então, uma espécie de 'ditadura do trabalho' começará a realizar-se de um modo fácil e natural. E o povo aprenderá pouco a pouco a impô-la».

Durante este período houve um grande número de greves (operários têxteis e dos curtumes em Moscovo, operários mecânicos em Petrogrado, operários do petróleo em Baku, mineiros no baixo Don). «Havia um factor comum a todas essas lutas: os patrões estavam prontos a fazer concessões aumentando os salários, mas recusavam-se categoricamente a reconhecer quaisquer direitos aos Comitês de Fábrica. Os operários em luta... estavam preparados para lutar até às últimas consequências, não tanto na questão do aumento de salário mas mais pelo reconhecimento das suas organizações de fábrica».²⁹ Uma das exigências principais era a transferência do direito de admitir e despedir operários para os Comitês. As insuficiências

²⁹ Ibid., p. 29. Em flagrante contradição com a afirmação de que os trabalhadores «são capazes de atingir uma consciência sindical».

da «lei» de 23 de Abril eram agora bem evidentes. A exigência de que os Sovietes tomassem o poder começava a ter adeptos. «Durante a luta por uma 'constituição fabril' a classe operária tinha realizado a necessidade de ser ela própria a dirigir a produção». ⁸⁰

28 DE AGOSTO

Como resposta à crescente campanha nos jornais burgueses contra os Comitês de Fábrica e o «anarquismo da classe operária», o Ministro do Trabalho, o menchevique Skobelev, mandou publicar a sua famosa «Circular N.º 421» proibindo as reuniões dos Comitês de Fábrica durante as horas de trabalho («devido à necessidade de consagrar toda a energia e todo o tempo ao trabalho intensivo»). A circular autoriza a direcção a descontar, do salário dos operários que assistam às reuniões do Comité, o tempo perdido. Passou-se isto na ocasião em que Kornilov avançava sobre Petrogrado e «quando os operários se apresavam a defender energicamente a Revolução sem cuidarem de saber se o faziam ou não durante as horas de trabalho». ⁸¹

SETEMBRO

O Partido Bolchevique conquista a maioria nos Sovietes de Petrogrado e de Moscovo.

⁸⁰ Ibid., p. 36.

⁸¹ *Novy Put* (Novo Rumo), 15 de Outubro de 1917, N.ºs 1 e 2. *Novy Put* era o órgão do Soviete Central dos Comitês de Fábrica.

10 DE SETEMBRO

Terceira Conferência dos Comitês de Fábrica. A 4 de Setembro, outra circular do Ministério do Trabalho tinha estipulado que o direito de admitir e despedir operários pertencia aos donos das empresas. O Governo Provisório, já muito alarmado com o crescimento dos Comitês de Fábrica, tentava desesperadamente limitar o seu poder.

Como representante do Ministério do Trabalho, esteve presente na Conferência o menchevique Kolokolnikov, que defendeu as Circulares. «Explicou» que as circulares não privavam os operários do controle de admitir e despedir... mas somente do direito de admitir e despedir. «Como os bolcheviques fariam mais tarde, Kolokolnikov definiu controle como supervisão sobre a política em oposição ao direito de fazer política».³²

Na Conferência, um operário chamado Afinogenev afirmou que «todos os partidos, sem exclusão dos bolcheviques, aliciam os operários com a promessa do Reino dos Céus na terra daqui a cem anos... Nós não necessitamos de melhorias daqui a cem anos, mas já, imediatamente».³³ A Conferência, que só teve duas sessões, decretou que ia tentar abolir imediatamente as circulares.

14 DE SETEMBRO

Assembleia da Conferência Democrática patrocinada pelo Governo. Acentuando que as tarefas dos Comitês de Fábrica eram «essencialmente diferentes» das dos sindicatos, os bolcheviques pediram 25 lugares para

³² F. I. Kaplan, *Bolshevik Ideology* (A Ideologia Bolchevique), P. Owen, Londres, 1969, p. 83.

³³ *Okt. Rev. i Fabzavkomy*, II, p. 23.

os Comitês de Fábrica. (O Governo tinha concedido o mesmo número de lugares aos sindicatos).

26 DE SETEMBRO

Lenine escreve: «O Governo Soviético deve introduzir imediatamente, de uma ponta à outra do Estado, o controle operário sobre a produção e distribuição». «Não se introduzindo esse controle... a ameaça de uma fome e catástrofe de dimensões nunca vistas crescerá de semana a semana».³⁴

Durante várias semanas os patrões, em escala cada vez maior, tinham recorrido a **lock-outs** na tentativa de quebrar o poder dos Comitês. Entre Março e Agosto de 1917, tinham fechado 586 empresas que empregavam cerca de 100.000 operários,³⁵ algumas vezes por falta de combustível ou matérias primas, mas muitas vezes numa tentativa deliberada dos patrões para evitar o poder crescente dos Comitês. Entre as funções do controle operário, considerava-se a de acabar com tais práticas.

1 DE OUTUBRO

Publicação de «**Podem os bolcheviques manter o poder estatal?**», de Lenine. Este texto contém certas passagens que nos ajudam a compreender muitos dos acontecimentos futuros. «Quando dizemos controle operário, nós associamos sempre essa palavra de ordem com a ditadura do proletariado, e colocamo-la

³⁴ V. I. Lenin, *Os Fins da Revolução, Obras Escolhidas*, VI, pp. 245-246 (pág. ed. inglesa).

³⁵ V. P. Milyutin, *Istoriya ekonomicheskogo razvitiya SSSR, 1917-1927*, (História do Desenvolvimento Económico da URSS), Moscovo e Leninegrado, 1927, p. 45.

sempre depois desta, mostrando claramente que tipo de Estado temos em mente... Se é um Estado proletário que estamos a considerar (isto é, a ditadura do proletariado) então o controle operário pode tornar-se numa **contabilidade** (ênfase de Lenine) extremamente precisa e extremamente escrupulosa, a nível nacional, abarcando tudo, omnipresente, da produção e distribuição dos bens».

Nesse mesmo panfleto, Lenine define o tipo de «aparelho socialista» (ou enquadramento) dentro do qual será exercida a função de contabilidade (controle operário). **«Sem grandes bancos é impossível realizar o socialismo. Os grandes bancos são um 'aparelho estável' de que precisamos para a realização do socialismo e de que nos apoderaremos, já prontos, ao capitalismo. O nosso problema aqui é unicamente o de eliminar tudo o que desfigura de modo capitalista esse aparelho aliás excelente e torná-lo ainda maior, mais democrático, mais amplo...».** «Um único e imenso banco estatal, com ramos em todos os distritos rurais e em todas as fábricas — já seriam **nove décimos do aparelho socialista**». De acordo com Lenine, esse tipo de aparelho permitiria «uma contabilidade à escala nacional, o controle à escala nacional da produção e distribuição dos bens, por parte do Estado», e seria «por assim dizer, algo como o **esqueleto da sociedade socialista**». (ênfase de Lenine ao longo de todo o texto).

Ninguém nega a importância de manter registos de confiança sobre os dados económicos, mas a identificação por Lenine de controle operário, num «Estado operário», com a função de contabilidade (isto é, verificação da realização das decisões tomadas por outros) é extremamente reveladora. Em nenhum dos escritos de Lenine se conjuga o controle operário com a participação nas decisões fundamentais (isto é, com a iniciativa das decisões) no que se refere à

produção (quanto produzir, como produzir, a que preço, à custa de quem, etc.).

Outros escritos de Lenine neste período reiteram a afirmação de que uma das funções do controle operário é evitar a sabotagem dos altos funcionários e burocratas. «Quanto aos altos funcionários... teremos de os tratar como tratamos os capitalistas: — duramente. Eles, assim como os capitalistas, oferecerão resistência... poderemos ser bem sucedidos, com a ajuda do controle operário, em tornar tal resistência impossível». ²⁶

A noção de Lenine acerca do controle operário (como meio de evitar lock-outs) e os seus pedidos repetidos de «abertura dos livros de contabilidade» (como maneira de evitar a sabotagem económica) referia-se quer à situação imediata, quer aos meses após a revolução. Ele previa que existiria um período durante o qual, num Estado operário, a burguesia ainda manteria a posse formal e direcção efectiva da maior parte do aparelho produtivo. O novo Estado, na opinião de Lenine, não seria capaz de dirigir a indústria imediatamente. Haveria um período de transição durante o qual os capitalistas seriam coagidos a cooperar. O instrumento dessa coerção seria o «controle operário».

10 DE OUTUBRO

Quarta Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado e subúrbios. O assunto principal da ordem de trabalhos era a convocação da primeira Conferência Pan-Russa dos Comitês de Fábrica.

²⁶ V. I. Lenine, ob. cit., pp. 265-267.

13 DE OUTUBRO

O **Goloss Truda** apela para o «controle operário total, abarcando todas as operações nas oficinas, controle real e não fictício, controle sobre as normas de trabalho, admissão e despedimento de pessoal, horário e salário e os processos de fabrico».

Os Comitês de Fábrica e Sovietes surgiam por toda a parte a um ritmo incrível. O seu crescimento pode ser explicado pela extrema radicalidade das tarefas que a classe operária tinha que enfrentar. Os Comitês e os Sovietes estavam muito mais perto das realidades da vida quotidiana do que os sindicatos. Revelaram-se portanto como os verdadeiros porta-vozes das aspirações populares fundamentais.

Durante esse período fez-se uma intensa propaganda a favor de ideias libertárias. «Não se encerrou um único jornal, não se confiscou um único panfleto, folheto ou livro, não foi proibido um único comício de massa ou reunião... É verdade que o Governo, nesse período, não era avesso a tratar severamente quer os anarquistas quer os bolcheviques. Kerensky ameaçou-os muitas vezes de «os queimar com ferros em brasa». Mas o Governo mostrava-se impotente porque a Revolução estava no auge».³⁷

Como já referimos, os bolcheviques **nessa altura** ainda apoiavam os Comitês de Fábrica. Consideravam-nos como «o ariete que desfechava golpes sobre o capitalismo, órgãos da luta de classe criados pela classe operária no seu próprio campo».³⁸ Também viam na palavra de ordem «controle operário» uma

³⁷ G. P. Maximoff, *Syndicalists in the Russian Revolution* (Os Sindicatos na Revolução Russa), [panfleto N.º 11 de «Direct action»], p. 6.

³⁸ A. Pankratove, *ob. cit.*, p. 5.

maneira de minar a influência menchevique nos sindicatos. Mas os bolcheviques estavam a ser «arrastados por um movimento que sob muitos aspectos era embaraçoso para eles mas que, como força motora principal da revolução, não podiam deixar de apoiar». ³⁹

Em meados de 1917 o apoio dos bolcheviques aos Comitês de Fábrica era tal que os mencheviques os acusaram de «abandonar» o marxismo em favor do anarquismo. «De facto Lenine e os seus companheiros mantiveram-se fiéis à concepção marxista do Estado centralizado. O seu objectivo imediato, contudo, ainda não era o de constituir a ditadura proletária centralizada, mas o de descentralizar tanto quanto possível o Estado burguês e a economia burguesa. Esta era a condição necessária ao êxito da revolução. No campo económico, portanto, os Comitês de Fábrica, órgãos locais, mais do que os sindicatos, eram o instrumento de sublevação mais poderoso e mortífero. Por isso os sindicatos foram relegados para os bastidores...». ⁴⁰

Essa talvez seja a afirmação mais explícita da razão por que os bolcheviques apoiavam, nessa altura, o controle operário e o seu veículo organizativo, os Comitês de Fábrica. Hoje em dia só os ignorantes, ou os que desejam ser enganados, se podem dar ao luxo de acreditar que o poder proletário, no acto de produção, tenha sido um dos princípios fundamentais ou objectivo dos bolcheviques.

³⁹ E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution (A Revolução Bolchevique)*, Penguin Edition, II, p. 80.

⁴⁰ I. Deutscher, *ob cit.*, pp. 15-16.

Primeira Conferência Pan-Russa dos Comitês de Fábrica, convocada por **Novy Put** (Novo Rumo), jornal «fortemente marcado por um novo tipo de anarco-sindicalismo, embora não existissem anarco-sindicalistas propriamente ditos no seu comité de redacção». ⁴¹

De acordo com fontes bolcheviques posteriores, dos 137 delegados que assistiram à Conferência, 86 eram bolcheviques, 22 socialistas-revolucionários, 11 anarco-sindicalistas, 8 mencheviques, 6 «maximalistas» e 4 «sem partido». ⁴² Os bolcheviques estavam prestes a tomar o poder, e a sua atitude para com os Comitês de Fábrica começava a mudar. Shmidt, futuro Comissário do Trabalho do governo de Lenine, descreveu o que tinha sucedido em muitas regiões. «Na altura em que se formaram os Comitês de Fábrica, os sindicatos ainda não existiam de facto. Os Comitês de Fábrica preencheram o vácuo». ⁴³ Outro porta-voz bolchevique afirmou que «o crescimento e influência dos Comitês de Fábrica ocorreram naturalmente à custa das organizações económicas centralizadas da classe operária tais como os sindicatos. É claro que isto é uma evolução altamente anormal o que na prática tem conduzido a resultados muito indesejáveis». ⁴⁴

Um delegado de Odessa exprimiu ponto de vista diferente. Declarou que «as Comissões de Controle não devem ser comissões unicamente de verificação mas devem ser **embriões do futuro**, que neste mesmo momento se estão a preparar para transferir a produção

⁴¹ G. P. Maximoff, ob. cit., pp. 11-12.

⁴² *Okt. Rev i Fabzavkomy*, II, p. 114.

⁴³ *Ibid.*, II, p. 188.

⁴⁴ *Ibid.*, II, p. 190.

para as mãos dos trabalhadores». ⁴⁵ Um orador anarquista argumentou que «os sindicatos querem devorar os Comitês de Fábrica. Os trabalhadores não estão descontentes com os Comitês de Fábrica, mas estão-no com os sindicatos. Para o trabalhador o sindicato é uma forma de organização imposta de fora. O Comité de Fábrica está muito mais próximo dele». Voltando a um assunto que seria repisado muitas vezes acentuou que «os Comitês de Fábrica são os embriões do futuro... Devem ser eles agora, não o Estado, a gerir». ⁴⁶

Nessa altura, Lenine viu a enorme importância dos Comitês de Fábrica... como meio de ajudar o Partido bolchevique a tomar o poder. De acordo com Ordzhonikidze, ele afirmou que «devemos mudar o centro de gravidade para os Comitês de Fábrica. Os Comitês de Fábrica devem tornar-se os órgãos da insurreição. Temos que mudar a palavra de ordem: em vez de dizermos 'Todo o poder aos Sovietes', devemos dizer 'Todo o poder aos Comitês de Fábrica'». ⁴⁷

Foi aprovada uma resolução na Conferência que proclamava que o controle «operário», dentro dos limites que lhe eram estipulados pela Conferência, só era possível sob a direcção económica e política da classe operária. Acautelava-os contra as actividades «isoladas» e «desorganizadas» e acentuava que «a posse das fábricas pelos operários e o seu funcionamento para proveito pessoal era incompatível com os fins do proletariado». ⁴⁸

⁴⁵ Ibid., II, p. 180.

⁴⁶ Ibid., II, p. 191.

⁴⁷ G. K. Ordzhonikidze, *Izbrannye statii i rechi 1911-1937* (Artigos e discursos seleccionados), Moscovo, 1939, p. 124.

⁴⁸ A. Pankratove, *ob. cit.*, pp. 48-49.

25 DE OUTUBRO

Derrube do Governo Provisório de Kerensky. Proclamação do Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom) na sessão inaugural do **Segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes.**

26 DE OUTUBRO

No segundo Congresso Pan-Russo dos Sovietes, um porta-voz bolchevique proclamou: «a revolução venceu. Todo o poder passou para os Sovietes... Serão proclamadas novas leis nos próximos dias tratando dos problemas dos operários. Uma das mais importantes será acerca do controle operário da produção e do retorno da indústria às condições normais. As greves e manifestações em Petrogrado são nocivas. Pedimo-vos para porem termo a todas as greves políticas e económicas, para recomeçar o trabalho e para o realizar duma maneira perfeitamente ordenada... cada homem no seu lugar. A melhor maneira de apoiar o Governo Soviético hoje em dia é trabalhar.⁴⁹ Aparentemente sem pestanejar, Pankratova escrevia que «o primeiro dia do poder operário foi anunciado pela chamada ao trabalho e pela edificação duma nova espécie de fábrica».⁵⁰

Publicação do «Decreto sobre a Terra». As terras dos nobres, da igreja e da coroa são entregues aos camponeses.

⁴⁹ Ibid., p. 50.

⁵⁰ Ibid., p. 51.

3 DE NOVEMBRO

Publicação na *Pravda* do «Projecto de Decreto sobre o Controle Operário» de Lenine.⁶¹ Dizia respeito à «introdução do controle operário na produção, armazenagem, compra e venda de todos os produtos e matérias-primas em todas as empresas industriais, comerciais, agrícolas e outras empresas com um total não inferior a cinco empregados e operários, ou com um volume de negócios superior a 10 000 rublos por ano».

O Controle operário devia ser «exercido por todos os empregados e operários de uma dada empresa, directamente se a empresa fosse suficientemente pequena para o permitir, ou através de delegados a serem imediatamente eleitos em reuniões de massa». Os delegados eleitos teriam «acesso a toda a escrita e documentos e a todos os armazéns e stocks de materiais, instrumentos e produtos, sem excepção».

Estas disposições, excelentes, e muitas vezes citadas, de facto limitam-se a enumerar e legalizar o que já tinha sido levado a cabo e implantado em muitos locais pela classe operária no decurso das lutas dos meses anteriores. Foram seguidas por mais três disposições de importância extrema. É espantoso que não sejam essas as mais bem conhecidas. Na prática, estas últimas anulariam em breve os aspectos positivos das disposições anteriores. Estipulavam (ponto 5) que «as decisões dos delegados dos operários e empregados eleitos eram legalmente obrigatórias para os proprietários das empresas» mas estas podiam ser «**anuladas pelos sindicatos e congressos**» (ênfase minha). Foi esse exactamente o destino das decisões dos «delegados dos operários e empregados eleitos: os sindicatos provaram ser o principal meio através

⁶¹ V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*, vol. VI, pp. 410-411.

do qual os bolcheviques procuravam dominar a autonomia dos Comitês de Fábrica.

O Projecto de Decreto acentuava também (ponto 6) que «em todas as empresas de importância estatal» todos os delegados eleitos para exercer o controle operário eram «responsáveis perante o Estado pela manutenção da ordem e disciplina mais rigorosas e pela protecção da propriedade». As empresas de «importância para o Estado» foram definidas (ponto 7) (todos os revolucionários já estão familiarizados com isto) como «todas as empresas que trabalhem para fins de defesa, ou que estejam de qualquer maneira relacionadas com a produção de artigos necessários à existência da massa populacional» (ênfase minha). Por outras palavras, praticamente qualquer empresa podia ser declarada pelo novo Estado russo como sendo «de importância para o Estado». Os delegados de tais empresas (eleitos para exercer o controle operário) eram agora responsáveis perante uma autoridade superior. Além disso, se os sindicatos (já razoavelmente burocratizados) podiam «anular» as decisões dos delegados da base, que poder real na produção tinham os operários da base? O Decreto sobre o Controle Operário provou rapidamente que, na prática, não valia sequer o papel em que estava escrito. c

9 DE NOVEMBRO

Decreto dissolvendo o soviete no Commissariado do Povo para os Correios e Telégrafos.⁶²

c É desonesto, de parte dos que têm obrigação de estar melhor informados (ver artigo de T. Cliff em *Labour Worker* de Novembro de 1967) propagandear esses decretos sobre o controle operário apresentando-os como algo que nunca foram, nem nunca se profendeu que fossem.

⁶² *Sobraniye Uzakonenii 1917-1918* (Colecção de Estatutos) N.º 3, art. 30.

O conceito de controle operário tinha chegado até ao Serviço do Estado. Um soviete de Empregados apoderara-se do controle do Commissariado do Povo para os Correios e Telégrafos e constituíra-se outro no Almirantado. Em 9 de Novembro, o Commissariado do Povo para o Ministério (sic) dos Correios e Telégrafos lança um apelo que termina assim: «Declaro que nenhum dos chamados grupos ou comités de iniciativa para a administração do departamento dos Correios e Telégrafos pode usurpar as funções que pertencem ao poder central e a mim como Comissário do Povo». ⁵³

14 DE NOVEMBRO

Lenine esperava que o seu «Projecto de estatutos sobre o Controle Operário» fosse ratificado, com pequenas modificações, pelo Comité Central Executivo Pan-Russo dos Sovietes (V.Ts.I.K.) e pelo Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom). Na realidade, as suas propostas deram origem a acaloradas discussões e a críticas da esquerda e da direita. Lozovski, sindicalista bolchevique, escreveu: «Para nós, parecia que as unidades básicas de controle deviam unicamente actuar dentro dos limites rigorosamente determinados pelos órgãos de controle superiores. Mas os camaradas que eram pela descentralização do controle operário faziam pressão para a independência e autonomia desses órgãos inferiores, porque sentiam que as próprias massas incarnariam o princípio de controle». ⁵⁴ Lozovski acreditava que «os órgãos inferiores de controle devem confinar as suas actividades aos limites estabelecidos pelas instruções do Conselho Pan-Russo do Controle Operário. Deve-

⁵³ E. H. Carr, ob. cit., II, p. 77, nota no fim da página.

⁵⁴ A. Lozovsky, *Rabochii Kontrol* [Controle Operário], Socialist Publishing House, Petrogrado, 1918, p. 10.

mos dizê-lo alto e bom som, para que os operários nas várias empresas não fiquem com a ideia de que as fábricas lhes pertencem».

Apesar dos acesos protestos da base, e após cerca de duas semanas de discussões, adoptou-se um «compromisso» em que os sindicatos, agora «inesperados campeões da ordem, disciplina e direcção centralizada da produção»⁵⁵, tinham nitidamente levado o melhor. **O novo texto foi adoptado pelo Comité Executivo Central Pan-Russo dos Sovietes (V.Ts.I.K.) em 14 de Novembro (por 24 votos contra 10), ratificado pelo Conselho dos Comissários do Povo e promulgado no dia seguinte.** Milyutin, que apresentou o «decreto revisto» ao V.Ts.I.K., explicou apologeticamente que «a realidade ultrapassou-nos» e que se tinha tornado urgentemente necessário «unir num único e sólido aparelho estatal o controle operário que se estava a processar no local de trabalho». «A legislação sobre o controle operário que deveria logicamente inserir-se num plano económico teve que anteceder a legislação sobre o próprio plano».⁵⁶ Não pode haver melhor maneira de reconhecer a tremenda pressão da base e as dificuldades com que os bolcheviques deparavam nas suas tentativas para a canalizar.

No decreto revisto, os 8 pontos originais de Lenine tinham aumentado para 14⁵⁷; o novo decreto começava com a engenhosa afirmação de que «no interesse de uma normalização planificada da economia nacional», o novo Governo «reconhecia a autoridade do controle operário em toda a economia», mas teria de

⁵⁵ E. H. Carr, *ob. cit.*, p. 73.

⁵⁶ *Protokoly zasedanii VTsIK 2 sozyva* (1918), p. 60.

⁵⁷ Ver apêndices ao vol. XXII das *Sochineniya* de Lenine. Ver também o artigo de D. L. Limon sobre «Lenine et le Contrôle Ouvrier» (Lenine e o Controle Operário) no número de Dezembro de 1967 da revista *Autogestion*.

haver uma hierarquia firme dos órgãos de controle. «Permitia-se» que os Comitês de Fábrica se mantivessem como órgãos de controle de cada empresa individual. Mas cada Comité era responsável perante um «Conselho Regional do Controle Operário», subordinado por sua vez a um «Conselho Pan-Russo do Controle Operário». ⁵⁸ A composição desses órgãos superiores era decidida pelo Partido.

Os sindicatos estavam maciçamente representados na camada média e superior desta nova pirâmide do «controle operário institucionalizado». Por exemplo o Conselho Pan-Russo do Controle Operário seria constituído por 21 «representantes»: 5 do Comité Executivo Central Pan-Russo dos Sovietes, 5 do Executivo do Conselho Pan-Russo dos Sindicatos, 5 da Associação dos Engenheiros e dos Técnicos, 2 da Associação dos Agrónomos, 2 do Conselho Sindical de Petrogrado, 1 de cada Federação Sindical Pan-Russa com menos de 100 000 membros (2 para as Federações com um número de membros superior)... e 5 do Conselho Pan-Russo dos Comitês de Fábrica. Os Comitês de Fábrica, frequentemente sob influência anarco-sindicalista, tinham sido de facto «reduzidos à sua expressão mais simples».

Onde já não iam os dias em que Lenine afirmava que «a fonte do poder não é uma lei previamente discutida e aprovada pelo parlamento, mas a iniciativa directa das massas, da base, nas suas localidades: um «acto de força» puro e simples para usar uma expressão popular». ⁵⁹

⁵⁸ Sbornik dekretov i postanovlenii no narodnomu khozyaistvu (25 oktyabrya 1917 g — 25 oktyabrya 1918 g.), Moscovo 1918. pp. 171-172.

⁵⁹ V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*, vol. VI, pp. 27-28 (pág. ed. inglesa).

Contudo, o facto de se mencionar no decreto um «Conselho Pan-Russo dos Comitês de Fábrica» significa que, paralelamente à estrutura «oficial» dos órgãos do «controle operário», estava ainda presente outra estrutura inevitavelmente antagónica: a pirâmide dos órgãos representativos dos Comitês de Fábrica. Mostra também que o movimento dos Comitês de Fábrica ainda estava a tentar coordenar a sua actividade numa escala nacional. Mesmo essa representação ínfima dos Comitês de Fábrica foi uma concessão táctica da parte de Lenine, e em breve os acontecimentos futuros iriam mostrar que os dirigentes do governo russo não tinham intenções de aceitar durante muito tempo essa ameaça potencial à hegemonia do Partido e aos seus partidários dentro dos sindicatos. O Partido pôs-se a trabalhar. De facto, «os que tinham sido dos mais fervorosos defensores do controle operário e que haviam tentado difundir-lo lançaram-se numa hábil tentativa para torná-lo ordeiro e inócuo transformando-o numa instituição pública, centralizada e em grande escala».⁶⁰

Anos mais tarde, a propaganda bolchevique viria a reafirmar, e frequentemente, a tese de que os Comitês de Fábrica não eram instrumentos adequados para organizar a produção à escala nacional. Deutscher, por exemplo, afirma que, praticamente desde a sua criação, as «características anárquicas dos Comitês fizeram-se sentir: cada Comité de Fábrica aspirava a ter a última palavra em todos os assuntos que afectavam a fábrica, a sua produção, os stocks de matéria prima, as condições de trabalho, etc., e prestavam pouca ou nenhuma atenção às necessidades da indústria como um todo».⁶¹ Contudo, na frase seguinte, Deutscher realça que «poucas semanas depois do levantamento (a revolução de Outubro), os Comitês

⁶⁰ E. H. Carr, ob. cit., p. 75.

⁶¹ I. Deutscher, ob. cit., p. 17.

de Fábrica tentaram formar a sua própria organização nacional, que lhes deveria assegurar, virtualmente, a sua ditadura económica. Os bolcheviques apelaram então para os sindicatos no sentido de prestarem um serviço especial ao nascente Estado Soviético e disciplinarem os Comitês de Fábrica. Os sindicatos opuseram-se firmemente à tentativa dos Comitês de Fábrica para formarem a sua própria organização nacional. Impediram a convocação já planeada de um Congresso Pan-Russo dos Comitês de Fábrica e exigiram a subordinação total dos Comitês».

A condição prévia essencial para que os Comitês pudessem começar a resolver questões regionais e nacionais era a sua federação à escala regional e nacional. É o cúmulo da hipocrisia culpar os Comitês de 1917-18, como o fazem os bolcheviques modernos, de se preocuparem apenas com assuntos locais quando foi o próprio Partido que fez tudo o que pôde para impedir a federação dos Comitês pela base, de uma maneira autónoma. O «Soviete Central dos Comitês de Fábrica» patrocinado pelos bolcheviques e criado depois do derrube do Governo Provisório, foi liquidado tão rapidamente como tinha sido formado. O Centro Revolucionário dos Comitês de Fábrica, de inspiração anarquista, e que já estava em funcionamento há vários meses, nunca conseguiu suplantá-lo, tantos foram os obstáculos colocados no seu caminho.

Impõem-se alguns comentários a estes acontecimentos. A desorganização criada pela guerra e pela resistência dos patrões (manifestada pela sabotagem ou pelo abandono das empresas) tornou imperativo, como é fácil de compreender, minimizar e se possível eliminar as lutas desnecessárias entre os Comitês de Fábrica, tais como as lutas pelo combustível, que escasseava, e por matérias primas. Havia necessidade clara de coordenar a actividade dos Comitês numa escala mais larga, necessidade que sentiam muitos dos que tinham sido mais activos no movimento dos Comitês.

Não se trata de decidir se era ou não necessária uma diferenciação de funções entre os vários órgãos de poder da classe operária (Soviets, Comitês de Fábrica, etc.), nem de saber como poderiam ser definidas e diferenciadas as tarefas regionais ou nacionais.

As modalidades dessa diferenciação podiam ter sido e provavelmente teriam sido, determinadas pelo Congresso dos Comitês de Fábrica que tinha sido proposto. O que importa ressaltar é que foi elaborado e imposto do exterior, por outros que não os próprios produtores, um esquema hierárquico de diferenciação. Um porta-voz bolchevique⁶² descreveu a situação tal como a viam os que estavam no poder. «Em vez de uma rápida normalização da produção e distribuição, em vez de medidas que levariam a uma organização socialista da sociedade, encontrámos práticas que faziam lembrar os sonhos anarquistas das comunas de produção autónomas». Pankratova ainda foi mais directa: «Durante o período de transição fomos obrigados a aceitar os aspectos negativos do controle operário, que era simplesmente um método de luta entre o capital e o trabalho. Mas, depois do poder ter passado para as mãos do proletariado (i.e. para as mãos do Partido, M.B.), a prática dos Comitês de Fábrica que actuavam como se possuíssem as fábricas tornou-se anti-proletária».⁶³ Estas subtilezas, contudo, escapavam à maior parte dos operários, que consideraram a propaganda bolchevique acerca do controle operário pelo seu valor intrínseco. Não o viam como «algo de transitório» ou como «um simples estágio de preparação de outros métodos de normalização da vida económica».⁶⁴ Para os operários, o controle operário não era unicamente um meio de combater a

⁶² I. I. Stepanov-Skvortsov, *Ot rabocheho kontrolya k rabochemu upravleniyu* [Do controle operário à gestão operária], Moscovo 1918.

⁶³ A. Pankratova, *ob. cit.*, p. 54.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 54.

sabotagem económica da classe dirigente nem uma palavra de ordem tacticamente correcta, decidida pelos dirigentes como «apropriada» a um dado estágio da «revolução em desenvolvimento». Para as massas, «controle operário» era a expressão das suas aspirações mais profundas. Quem seria o chefe na fábrica? Instintivamente sentiam que quem gerisse a produção mandaria em todos os aspectos da vida social. A subtil diferença entre «controle» e «gestão», diferença essa que a maior parte dos bolcheviques percebia claramente ^d, escapou às massas. Essa incompreensão viria a ter repercussões sangrentas.

O Decreto sobre o Controle Operário de Novembro de 1917 pareceu sancionar oficialmente o ímpeto da classe operária no sentido da dominação total das suas condições de vida. Um jornal dos operários metalúrgicos escreveu que «a classe operária pela sua própria natureza... deve ocupar o lugar central na produção e especialmente na sua organização... Toda a produção futura... será um reflexo da vontade e capacidade proletária». ⁶⁵ Enquanto que antes de Outubro o controle operário tinha revestido uma forma passiva, de observação, agora os comités operários começaram a desempenhar um papel progressivamente mais importante na gestão global de várias empresas. «Durante vários meses a seguir à Revolução, a classe operária russa fruiu um grau de liberdade e uma sen-

^d Ao contrário de muitos dos anarquistas actuais, a maior parte dos anarquistas da época percebiam a diferença. Voline (ob. cit., p. 77) diz: «os anarquistas rejeitaram a palavra ordem vaga e nebulosa de 'controle da produção', Advogavam a expropriação, progressiva mas imediata, da indústria privada pelas organizações de produção colectiva».

⁶⁵ N. Filippov *Ob organizatsii proizvodstva* (Sobre a organização da produção), *Vestnik metallista* (O Arelato dos Metalúrgicos), Janeiro 1918, pp. 40, 43.

sação de poderio provavelmente únicos na sua história». ⁶⁶

Infelizmente há poucas informações pormenorizadas sobre esse período extremamente interessante. Os dados disponíveis geralmente vêm de fontes (burguesas ou burocráticas) intrinsecamente hostis à ideia da gestão operária, exclusivamente empenhadas em provar a sua «ineficiência» e «impraticabilidade». Foi publicado um relato bastante interessante sobre o que sucedeu na refinaria Gasolina Nobel. ⁶⁷ Esse relato ilustra a tendência fundamental da classe operária em direcção à autogestão e a hostilidade que encontrou por parte das células do Partido. Sem dúvida que aparecerão outros exemplos.

28 DE NOVEMBRO

Reunião do recém-formado (por decreto) Conselho Pan-Russo do Controlo Operário.

Reapareceram as divergências anteriores. ⁶⁸ Larin, representante da fracção bolchevique nos sindicatos, declarou que «os sindicatos representam os interesses da classe operária como um todo, ao passo que os Comitês de Fábrica representam unicamente interesses particulares. Os Comitês de Fábrica devem subordinar-se aos Sindicatos». Zhivotov, porta-voz do movimento dos Comitês de Fábrica, declarou: «Nos Comitês de Fábrica nós elaboramos as directivas que nos vêm da base tendo em vista a sua aplicação a todo o conjunto industrial. São directivas que vêm

⁶⁶ P. Avrich, *The Russian Anarchists*, (Os Anarquistas Russos), Princeton, 1967, p. 162.

⁶⁷ Voline, *Nineteen-Seventeen*, (Mil novecentos e dezassete), Freedom Press, 1954, pp. 139-145. Vale bem a pena ler a secção «experiências pessoais» de Voline.

⁶⁸ Ver D. L. Limon, *ob. cit.*, p. 74.

das oficinas, que emanam da própria vida. São as únicas directivas que podem ter algum significado real. Mostram o que os Comitês de Fábrica são capazes de fazer, e deveriam portanto ser o foco das discussões sobre o controle operário». Os Comitês de Fábrica achavam que o «controle era tarefa do comité em todos os estabelecimentos. Os comités de cada cidade encontrar-se-iam... e mais tarde coordenar-se-iam numa base regional».

A formação do Conselho Pan-Russo do Controle Operário pelos bolcheviques foi nitidamente uma tentativa para ultrapassar o movimento dos Comitês. Esta tentativa teve êxito parcial. Os Comitês de Fábrica continuaram a sua agitação, mas a sua voz, silenciada por meios administrativos, tinha um apoio muito fraco dentro do Conselho Pan-Russo, dominado que estava pelos elementos nomeados pelo Partido. «Em Janeiro de 1918 Riazanov declarou que o organismo só se tinha reunido uma vez (e, em Maio de 1918, que nunca se tinha reunido). De acordo com outra fonte 'tentou reunir-se' mas nunca conseguiu o quorum». ⁹⁹ O que é certo é que de facto nunca funcionou. É difícil dizer se devido ao boicote e obstrução sistemática por parte dos bolcheviques, se devido à falta de compreensão por parte dos revolucionários não-bolcheviques sobre o que na verdade se passava, ou se devido a uma genuína fraqueza do movimento, incapaz de furar o colete de forças burocrático em que era progressivamente encarcerado. Provavelmente todos esses três factores desempenharam o seu papel.

⁹⁹ E. H. Carr, *ob. cit.*, II, p. 75, nota no fim da página.

28 DE NOVEMBRO

É publicado um decreto dissolvendo o Soviete no Almirantado.⁷⁰

5 DE DEZEMBRO

É publicado um decreto que estabelece um **Conselho Superior da Economia Nacional** (Vesenka) ao qual se atribuíram as tarefas de elaborar «um plano para a organização da vida económica do país e dos recursos financeiros do governo». ⁷¹ O Vesenka devia «encaminhar para um fim único» as actividades de todas as autoridades económicas existentes, centrais e locais, incluindo o Conselho Pan-Russo do Controle Operário. ⁷² O Vesenka devia estar «ligado ao Conselho dos Comissários do Povo» (este inteiramente constituído por membros do Partido bolchevique).

A composição do Vesenka é muito elucidativa. Era constituído por alguns membros do Conselho Pan-Russo do Controle Operário (concessão já muito indirecta aos Comitês de Fábrica), por uma representação maciça de todos os novos Comissariados e por determinado número de peritos, nomeados pelo topo e com «capacidade consultiva». O Vesenka devia ter uma estrutura dupla: a) os «centros» (Glavki) designados para tratar com os diferentes sectores da indústria, e b) os órgãos regionais: o «Conselho local da Economia Nacional» (Sovnarkhozy).

⁷⁰ Sobraniye Uzakonenii 1917-1918, N.º 4, art. 58.

⁷¹ Ibid., N.º 5, art. 83.

⁷² *Natsionalizatsiya promyshlennosti v SSSR: sbornik dokumentov i materialov, 1917-1920 gg* (A nacionalização da indústria na URSS: colectânea de documentos e material inédito), Moscovo, 1954, p. 499.

A princípio, os bolcheviques de «esquerda» tinham a maioria nas posições de chefia do Vesenka. O primeiro presidente foi Osinsky e o secretário executivo incluía Bukarin, Larin, Skolikov, Milyutin, Lomov e Shmidt.⁷³ Apesar da sua chefia «esquerdista», o novo corpo «absorveu» o Conselho Pan-Russo do Controle Operário antes que este último começasse sequer a funcionar. Esse passo foi amplamente reconhecido pelos bolcheviques como um passo em direcção à «estatização» (ogosudarstvleniye) da autoridade económica. O resultado líquido da constituição do Vesenka foi o de silenciar ainda mais a voz dos Comitês de Fábrica. Como Lenine afirmou semanas mais tarde, «passámos do controle operário à criação do Conselho Superior da Economia Nacional».⁷⁴ A função desse Conselho era evidentemente a de «substituir, absorver e suplantar a maquinaria do controle operário».⁷⁵

Consegue-se discernir agora um processo e tentar-se-á no seguimento desta brochura revelá-lo e destrinchá-lo. É esse processo que conduz, num período de 4 anos, do impressionante crescendo do movimento dos Comitês de Fábrica (um movimento que implícita e explicitamente procurava alterar as relações de produção) ao estabelecimento da dominação indisputada de um agente monolítico e burocrático (o Partido) sobre todos os aspectos da vida económica e política. Não estando este agente baseado na produção, o seu domínio só poderia significar a contínua limitação da autoridade dos trabalhadores no processo produtivo. O que implica necessariamente a perpetuação das relações hierárquicas na própria produção, perpetuando portanto a sociedade de classes.

⁷³ E. H. Carr, *ob. cit.*, p. 80.

⁷⁴ V. I. Lenin, *Sochineniya*, XXII, p. 215.

⁷⁵ E. H. Carr, *ob. cit.*, II, p. 80.

A primeira fase desse processo foi a subordinação dos Comitês de Fábrica ao Conselho Pan-Russo do Controle Operário, no qual os sindicatos (já sob o domínio completo do Partido) estavam amplamente representados. A segunda fase, que se seguiu quase que imediatamente à primeira, foi a incorporação desse Conselho Pan-Russo do Controle Operário no Vesenka que favorecia ainda mais os sindicatos, mas que incluía, também, elementos nomeados directamente pelo Estado (i. e. pelo Partido). Deixou-se o Vesenka momentaneamente sob liderança comunista de «esquerda». Um pouco mais tarde esses «esquerdistas» viriam a ser afastados. Lançou-se em seguida uma campanha tenaz para dominar o poder dos sindicatos, que, ainda, podiam ser influenciados pela classe operária, se bem que de modo muito indirecto e distorcido. Era particularmente importante dominar esse poder visto os sindicatos ainda terem um certo domínio sobre a produção, e substituí-lo pela autoridade directa dos elementos nomeados pelo Partido. Esses gerentes e administradores, quase todos nomeados pelo topo, viriam a formar gradualmente a base da nova burocracia.

Em cada uma dessas fases se gerou resistência, mas a luta foi sempre ganha pelo Partido. O adversário aparecia sempre com as roupagens do novo poder «proletário». E a cada derrota tornava-se cada vez mais difícil a gestão directa da produção pela classe operária, ou seja fundamentalmente, a alteração das relações de produção. Enquanto essas relações de produção não forem alteradas, e quaisquer que sejam as afirmações dos dirigentes, não se pode considerar que a revolução tenha atingido os seus objectivos socialistas. É essa a verdadeira lição da Revolução Russa.

Podemos encarar o problema de outra maneira. A constituição do Vesenka representa uma fusão parcial, sob o ângulo da autoridade económica, dos dirigentes sindicais, dos testas de ferro do Partido e dos

«peritos» nomeados pelo «Estado operário». Mas essas três categorias sociais não «representam os trabalhadores». Eram três categorias sociais que já tinham funções de gestão, i. e., já dominavam os operários na produção. Devido aos seus próprios antecedentes históricos, cada um desses grupos já estava, por diferentes razões, bastante afastado da classe operária. A sua fusão viria a aumentar essa separação. O resultado é que a partir de 1918 o novo Estado (embora descrito oficialmente como um «Estado operário» ou como «república soviética», e embora tenha sido apoiado durante a Guerra Civil por grande parte da classe operária) já não é de facto uma instituição gerida pela classe operária.*

Se lermos nas entrelinhas (e não nos deixarmos cegar por palavras como «Estado operário» e «perspectiva socialista», que reflectem a falsa consciência existente na altura) o seguinte relato feito por Pankratova sobre o que estava em jogo na formação do Vesenska, compreenderemos muitas coisas. Diz ela: «Precisámos de uma forma de organização mais eficiente que os Comitês de Fábrica e de uma ferramenta mais flexível que o controle operário. Tínhamos que ligar a gestão das novas fábricas ao princípio de um único plano económico e tínhamos que o fazer tendo em conta as perspectivas socialistas do jovem Estado operário... faltava aos Comitês de Fábrica prática e conhecimentos técnicos... As imensas tarefas económicas do período de transição para o socialismo necessitavam da criação de um único organismo que normalizasse a economia nacional numa base alargada. O proletariado compreendeu isto (é o que se chama tomar os desejos por realidades, M.B.). Tendo libertado os Comitês de Fábrica dos seus mandatos,

* Não se trata de contrapor, como o fazem vários anarquistas, ao movimento das massas à «ditadura estatal», mas de compreender a forma específica das novas relações de autoridade que se estabeleceram nesse momento da história.

que já não correspondiam às novas necessidades económicas, os operários delegaram a autoridade ao recém-criado organismo, o Conselho da Economia Nacional». Conclui com uma frase bombástica: «Os Comitês de Fábrica de Petrogrado, que em Maio de 1917 tinham proclamado a necessidade do controle operário, enterraram unanimemente essa ideia por altura da Sexta Conferência».⁷⁶

Os acontecimentos subsequentes mostrariam que, embora fossem esses os objectivos e perspectivas dos chefes do Partido, eles estavam longe de serem aceites pela base do Partido, quanto mais pelas massas, «em nome das quais» o Partido já tinha começado a assumir o direito de falar.

PRIMEIROS DIAS DE DEZEMBRO

Publicação de **Estado e Revolução** de Lenine, que já tinha sido escrito há alguns meses. Nesse importante trabalho teórico há poucas referências ao controle operário e de modo algum se faz a identificação do socialismo com a «gestão da produção pelos trabalhadores». Lenine fala em termos bastante abstractos a respeito de uma «mudança imediata tal que **todos** venham a ter funções de controle e supervisão, que **todos** sejam 'burocratas' durante algum tempo, e que portanto **ninguém** se possa tornar 'burocrata'».

Isso fazia parte da retórica libertária dos bolcheviques em 1917. Mas Lenine, como de costume, tinha os pés na terra. Ele explicitou o que isso queria dizer na prática. O desenvolvimento do capitalismo criou os «pré-requisitos económicos» que tornam «possível, imediatamente, no dia seguinte à derrubada dos capitalistas e burocratas, suplantá-los no controle da

⁷⁶ A. Pankratova, ob. cit., p. 59.

produção e distribuição, na tarefa da contabilização do trabalho e dos seus produtos pelos trabalhadores armados, por toda a população em armas». «A contabilidade e o controle a isso necessários, foram de tal maneira simplificados pelo capitalismo que se tornaram operações de verificação, escrita e emissão de recibos extraordinariamente simples, que qualquer pessoa que saiba ler e escrever e conheça as quatro operações aritméticas pode executar». ⁷⁷ Não há nenhuma referência sobre quem terá a iniciativa das decisões que as massas terão de «verificar» e «controlar». O **Estado e a Revolução** inclui esta frase reveladora: «Queremos a revolução socialista de natureza humana, como a de agora, natureza humana que não dispensa subordinação, controle e gerentes». ⁷⁸

Durante o ano de 1917 deu-se uma tremenda subversão social. Mas é sonho utópico afirmar que se constrói o socialismo sem que grande parte da população o perceba e o queira. A construção do socialismo (ao contrário do desenvolvimento do capitalismo, que se pode deixar ao cuidado das forças do mercado) só pode ser a **acção auto-consciente e colectiva da grande maioria da população.**

DEZEMBRO

Publicação do famoso «**Manual prático para a implantação do Controle Operário na Indústria**», pelo Conselho Central dos Comitês de Fábrica de Petrogrado. Esse manual foi largamente distribuído nos subúrbios de Petrogrado muito a contragosto dos membros do Partido.

O valor desse panfleto reside em mostrar como o «controle operário» se pode transformar rapidamente

⁷⁷ V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*, vol. VII, pp. 92-93 (pág. ed. inglesa).

⁷⁸ *Ibid.*, p. 47.

em «gestão operária». Nem do ponto de vista de Lenine, nem do ponto de vista dos autores do panfleto (apesar do título), se confundiam «controle» e «gestão». Lenine advogava o «controle operário», e toda a sua prática, após a revolução, foi no sentido de denunciar as tentativas de gestão operária como «prematuras», «utópicas», «anarquistas», «prejudiciais», «intoleráveis», etc. (Seria trágico se a atitude a-histórica e os preconceitos anti-teóricos de muitos movimentos libertários actuais levassem os novos militantes a cair em armadilhas velhas ou os fizessem adoptar caminhos que, na melhor das hipóteses, não conduzem a nada, e, na pior, os levam para o terreno de derrotas já sofridas).

O «Manual» formula um determinado número de questões concretas aos Comitês de Fábrica. Cada Comité deve estabelecer quatro comissões de controle, «autorizadas a convidar técnicos e outros elementos a participar nos seus trabalhos, com voto consultivo» (isto mostra o que há de verdade na tão propagada afirmação de que os Comitês de Fábrica não estavam preparados para associar técnicos ou especialistas ao seu trabalho).

As funções das 4 comissões eram: a) organização da produção; b) reconversão da produção de guerra; c) abastecimento de matérias primas; e d) abastecimento de combustível. As propostas são apresentadas de modo notavelmente pormenorizado. Ao longo de todo o panfleto, acentua-se que o «controle operário» não é simplesmente uma questão de calcular as reservas de matérias primas e combustível (cf. Lenine: «O socialismo é o cálculo de stocks; cada vez que se faz um cálculo do stocks de barras de ferro ou de peças de pano, isso é socialismo»)⁷⁹ mas está intimamente relacionado com a transformação dessas matérias

⁷⁹ Discurso de 4 de Novembro de 1917 ao Soviete dos Operários e Soldados de Petrogrado.

primas na própria fábrica, por outras palavras, com a **totalidade** do processo produtivo que culmina num produto acabado.

Devia-se confiar à «comissão de produção» a tarefa de estabelecer as ligações necessárias entre as diferentes secções da fábrica, de fiscalizar o estado da maquinaria, de prever e superar as várias deficiências na organização da fábrica ou oficina, de **determinar os coeficientes de exploração** em cada secção, de decidir do número óptimo de oficinas, e do dos trabalhadores em cada oficina, de investigar a depreciação das máquinas e edifícios, de determinar a atribuição de tarefas (desde o posto de administrador até ao escalão inferior) e de tomar conta das relações financeiras da fábrica.

Os autores do «Manual» anunciam que tencionam agrupar os Comitês de Fábrica em Federações Regionais e estas, por sua vez, numa Federação Pan-Russa. E, para terem a certeza de não terem sido mal interpretados, acentuam que «o controle operário da indústria, como parte do controle operário da totalidade da vida económica, não deve ser considerado no sentido restrito da reforma de uma instituição, mas no mais lato sentido possível: o de penetrar em campos anteriormente dominados por outros. O controle presuppõe a participação na gestão da produção».

Na prática, a implantação do controle operário assumiu várias formas nas diferentes regiões da Rússia. Essas formas foram em parte determinadas por condições locais e principalmente pelo grau de resistência dos diferentes sectores do patronato. Em certos locais, os patrões foram imediatamente expropriados «pela base». Noutros casos foram simplesmente submetidos a certo tipo de «controle» de supervisão, exercido pelos Comitês de Fábrica. Não havia modelos a seguir. De início, as várias práticas e experiências foram tema de acesas discussões. Não foram uma perda de tempo como se alegou mais tarde.

Deviam ser consideradas essenciais por todos os que aceitam que a construção do socialismo só pode ser levada a cabo através da **auto-emancipação** da classe operária. Infelizmente as discussões foram rapidamente eliminadas.

13 DE DEZEMBRO

Os *Isvestiya* publicam as «**Instruções Gerais sobre o Controle Operário em Conformidade com o Decreto de 14 de Novembro**». Essas Instruções tornaram-se conhecidas como o «**Contra-Manual**» e representam o ponto de vista leninista na sua expressão mais acabada.^f

As primeiras 4 secções tratam da organização do controle operário nas fábricas e da eleição das comissões de controle. As seguintes 5 secções decretam os deveres e direitos dessas comissões, especificando quais as funções que devem exercer e as que devem continuar como prerrogativa dos proprietários-gerentes. A **Secção 5** sublinha que, sempre que as Comissões desempenhem um papel real na gestão das empresas, esse papel deve confinar-se à supervisão da execução das directivas emanadas das repartições do Governo Central «às quais foi especificamente confiada a regulação da actividade económica à escala nacional». A **Secção 7** afirma que «o direito de formular ordens relacionadas com a gestão, manutenção e funcionamento das empresas cabe apenas ao proprietário. A Comissão de Controle não participa na gestão da empresa, e não tem responsabilidades no que se refere ao seu funcionamento. Essa responsabilidade mantém-se na posse do proprietário».

^f Tanto o «Manual» como o «Contra-Manual» mereceriam ser traduzidos para inglês. Pode-se ter uma ideia do seu conteúdo lendo o interessante artigo de D. L. Limon no número de Dezembro da «Autogestion», embora em determinadas alturas o artigo degenere em sofisticadas desculpas apoloéticas do Leninismo.

A **Secção 8** especifica que as comissões não se devem preocupar com questões financeiras, sendo essas questões uma prerrogativa das Instituições do Governo Central. A **Secção 9** proíbe textualmente as comissões de expropriarem e gerirem as empresas. Contudo, são autorizadas a «levar ao Governo a sugestão de tomar posse de empresas, através dos órgãos superiores do controle operário». A **Secção 14**, finalmente, exprime por escrito o que os dirigentes bolcheviques tinham em mente há várias semanas. Os Comitês de Fábrica deveriam integrar-se nos sindicatos, inclusive a nível local. «As comissões de controle de cada fábrica deveriam constituir os órgãos executivos da 'secção de controle da distribuição' da federação sindical local. As actividades das comissões de controle deveriam estar de acordo com as decisões da federação».

O facto dessas «instruções gerais» terem sido promulgadas uma quinzena depois da constituição do Vesenka mostra claramente o esquema sistemático de raciocínio de Lenine e dos seus colaboradores. Poderiam ou não ter «razão». (Isso depende da ideia que tivermos acerca do tipo de sociedade que tentavam construir.) O ridículo é afirmar, como faz muita gente hoje em dia, que em 1917 os bolcheviques eram pelo controle directo, completo e total das fábricas, minas, construções ou outras empresas pelos trabalhadores que nelas trabalhavam, isto é, que eram partidários da autogestão operária.

20 DE DEZEMBRO

O jornal oficial dos sindicatos «**Professional'ny Vesnik**» (o Arauto dos Sindicatos) publicou uma «Resolução referente aos Sindicatos e Partidos Políticos». «Sem que por isso se tornem órgãos independentes de luta política, partidos políticos independentes ou apêndices deles, os sindicatos não podem manter-se

indiferentes aos problemas postos pela luta política do proletariado». Finalmente, e após estas banalidades, a resolução passa ao que realmente contava.

«Unindo-se organicamente a um partido político, os sindicatos, como organizações de luta do proletariado, devem apoiar as palavras de ordem políticas e táticas do partido proletário, que num momento dado permite, mais do que os outros, realizar mais rapidamente outras tarefas históricas, etc., etc....».

O mesmo número do jornal incluía um artigo do bolchevique Lozovsky que protestava contra a política bolchevique de eliminar pela violência as greves operárias contra o novo governo. «A tarefa dos sindicatos e do poder soviético é o isolamento dos elementos burgueses que fomentam greves e fazem sabotagem, mas esse isolamento não deve ser levado a cabo por simples processos mecânicos como prisões, envio para a frente de batalha ou privação das senhas de pão». «Para nós é absolutamente inadmissível a censura prévia, a destruição de jornais, a abolição da liberdade de agitação por parte dos partidos socialistas e democráticos. O encerramento de jornais, a violência contra os grevistas, etc., reabriu feridas antigas. As massas laboriosas russas ainda se lembram desse tipo de 'actuação' em voga ainda há muito pouco tempo e isso só pode levar a uma comparação fatal para o poder soviético».

Que tenha sido um membro do Partido dirigente a falar dessa maneira é um indício revelador de que tais práticas devem ter sido frequentes. Esse método que o Partido usava para tentar resolver os seus diferendos, não só com os seus adversários burgueses, mas também com os seus adversários mais organizados dentro do próprio movimento da classe operária, tornou-se frequente. A confiscação das senhas do pão privava os que a ela estavam sujeitos do direito legal às rações, isto é, do direito de comer. Os indivíduos privados das suas senhas eram obrigados a adquirir

comida no mercado negro ou por outros métodos ilegais. Os seus «crimes contra o Estado» eram em seguida utilizados como meios legais para os «neutralizar».

Foi nessa atmosfera, que envolvia tanto o Partido e os sindicatos como as massas sem partido (descritas eufemisticamente como «elementos burgueses») que se realizou o grande debate de Janeiro de 1918.

23 DE DEZEMBRO

Publicação de um decreto que estabelecia uma rede de Conselhos Regionais da Economia Nacional (Sovnarkhozy) sob a supervisão do Vesenka.

«Cada Sovnarkhoz regional deveria ser uma réplica em miniatura do Vesenka central. Seria dividido em 14 secções para os diferentes ramos da produção e deveria conter representantes das instituições e organizações locais...» Cada Sovnarkhoz podia estabelecer «unidades mais pequenas que incorporassem os órgãos do controle operário correspondentes onde estes últimos se tenham constituído». «O que tinha sido criado era um departamento económico central com escritórios locais». ⁸⁰

⁸⁰ E. H. Carr, ob. cit., II, pp. 82-83.

6 DE JANEIRO

Dissolução da Assembleia Constituinte. O destacamento que dispersou a Assembleia era comandado por um marinheiro anarquista de Kronstadt, Zheleznyakov, agora comandante da guarda do Palácio de Tauride. Expulsou o Presidente da Assembleia, Victor Chernov, com o gelado aviso: «A guarda está cansada». ¹

7 A 14 DE JANEIRO

Realiza-se em Petrogrado, o **Primeiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos.**

Dois temas principais dominaram o Congresso. Que relações se estabeleceriam entre os Comitês de Fábrica e os Sindicatos? E quais viriam a ser as relações entre os sindicatos e o novo Estado russo? Poucos delegados nessa altura pressentiram a estreita relação entre as duas questões. Ainda menor número percebeu que uma simultânea resolução da primeira questão favorecendo os sindicatos e da segunda favorecendo o novo Estado «operário» em breve castraria os Comitês de Fábrica e na verdade minaria irrevogavelmente a natureza proletária do regime.

¹ P. Avrich, ob. cit., p. 156. (Contém outras referências de carácter secundário).

As discussões neste Congresso incidiram sobre assuntos de profundo significado e serão referidas pormenorizadamente. No seu balanço ficou ditada a sorte da classe operária russa por várias décadas.

Segundo Lozovsky (sindicalista bolchevique), «os Comitês de Fábrica eram de tal maneira donos e senhores que 3 meses depois da revolução eram praticamente independentes dos órgãos gerais de controle». ² Maisky, que na altura ainda era menchevique, disse que por experiência própria «não era somente parte do proletariado mas sim a maioria, especialmente em Petrogrado, que via o controle operário como se fosse o aparecimento do reino (tesartsvo) do socialismo». Lamentava que entre os operários «a ideia do socialismo fosse personificada pelo conceito de controle operário». ³ Outro delegado menchevique deplorava o facto de que «uma onda de anarquismo na forma de Comitês de Fábrica e Controle Operário estava invadindo o nosso movimento operário russo». ⁴

D. B. Ryazanov ⁵, recentemente convertido ao bolchevismo, concordou com os mencheviques nesse ponto e exortou os Comitês de Fábrica a «suicidarem-se transformando-se em elemento integrado da estrutura sindical» ⁶.

Os poucos delegados anarco-sindicalistas ao Congresso «travaram uma desesperada batalha para pre-

² Pervy vserossiiski s'yezd professionalnykh soyuzov, 7-14 yanvarya 1918 g (Primeiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, 7-14 de Janeiro de 1918), Moscovo 1918, p. 193. [Referido daqui em diante como Primeiro Congresso Sindical].

³ Ibid., p. 212.

⁴ Ibid., p. 48.

⁵ D. B. Ryazanov, investigador marxista, conhecido sobretudo como historiógrafo da Associação Internacional dos Trabalhadores [I Internacional], tornou-se mais tarde fundador do Instituto Marx-Engels em Moscovo e publicou uma biografia de Marx e Engels.

⁶ Ibid., p. 235.

servar a autonomia dos Comitês... Maximov^b gritou que ele e os seus colegas anarco-sindicalistas eram 'melhores marxistas' do que os mencheviques ou bolcheviques; uma declaração que causou grande balbúrdia na sala». ⁶ Referia-se certamente à frase de Marx segundo a qual a luta da classe operária tem de ser conduzida pelos próprios operários c.

Maximov exortou os delegados a lembrarem-se que «os Comitês de Fábrica, organizações introduzidas pela luta no decurso da Revolução, eram, entre todas, as que estavam mais próximas da classe operária, muito mais próximos do que os sindicatos». ⁷ A função dos Comitês deixou de ser a protecção e a melhoria das condições do operário. Tinham de procurar uma posição predominante na indústria e na economia. «Como filhos da Revolução, os Comitês cria-

b Grégori Péetrovich Maximov, nascido em 1893. Agrónomo diplomado em Petrogrado em 1915, aderiu ao movimento revolucionário quando era ainda estudante. Em 1918 aderiu ao Exército Vermelho. Quando os bolcheviques utilizaram o exército em tarefas de polícia e para desarmar os trabalhadores, recusou obedecer às ordens e foi condenado à morte. A solidariedade do Sindicato dos metalúrgicos salvou-lhe a vida. Dirigiu os jornais anarco-sindicalistas *Goloss Trouda* (A voz do Trabalho) e *Novy Goloss Trouda* (A Nova voz do Trabalho). Preso a 8 de Março de 1921 durante a insurreição de Cronstadt. Libertado mais tarde no mesmo ano após uma greve de fome mas apenas graças à intervenção de delegados europeus que assistiam ao congresso da Internacional Sindical Vermelha. Exilado dirigiu em Berlim *Rabotchi Put* (A voz do Trabalho), jornal que agrupava sindicalistas revolucionários russos no estrangeiro. Mais tarde veio para Paris e finalmente instalou-se em Chicago. Morreu em 1950. Autor de numerosos trabalhos sobre o anarquismo e o terror bolchevique como *The guillotine et work*, 1940.

⁶ P. Avrich, ob. cit., p. 168.

c Observemos aliás que uma «marxista» tão importante como Rosa Luxemburg não hesitou em declarar no Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (Janeiro de 1919) que os sindicatos estavam destinados a desaparecer e a ser substituídos por Conselhos de deputados operários e soldados e por Comitês de Fábrica (*Bericht über die Verhandlung Gründungsparteitage der KPD* (1919), pp. 16 e 80).

⁷ Primeiro Congresso Sindical, p. 85.

riam uma nova produção numa nova base». ⁸ Os sindicatos correspondem às antigas relações económicas dos tempos czaristas, já viveram o seu tempo e não podem arcar com essa tarefa». ⁹ Maximov anteviu «um grande conflito entre o poder estatal central e as organizações compostas exclusivamente de operários localizados nos aglomerados». ¹⁰ «A função do proletariado era coordenar toda a actividade, todo o interesse local, criar um centro, não um centro de decretos e ordens, mas um centro regulador, de orientação e somente através desse centro organizar a vida industrial do país». ¹¹

Falando em nome dos Comitês de Fábrica, um operário da base, Belusov, fez um violento ataque aos chefes do Partido. Criticam continuamente os Comitês «por não actuarem de acordo com as leis e regulamentos» mas eles não conseguem fazer nenhum plano coerente. Eles só falam. «Tudo isso congelará o trabalho local. Devemos ficar quietos, à espera e sem fazer nada? Só assim não cometeríamos erros. Somente aqueles que nada fazem não cometem erros».

O controle operário efectivo era a solução para a desintegração económica da Rússia. «O único meio que resta aos operários é apoderarem-se das fábricas e administrá-las». ¹² «A excitação dos delegados ao Congresso atingiu o auge quando Bill Shatov ^d caracterizou os sindicatos como cadáveres am-

⁸ Ibid., p. 239.

⁹ Ibid., p. 215.

¹⁰ Ibid., p. 85.

¹¹ Ibid., p. 85.

¹² Ibid., p. 221.

^d Vladimir Shatov, nascido na Rússia, emigrou para o Canadá e para os EUA. Em 1914, reproduziu clandestinamente 100 000 exemplares da célebre brochura de Margaret Sanger, *Family Limitation*, sobre o controle dos nascimentos. Trabalhou como mecânico, estivador e tipógrafo. Membro dos IWW [International Works of World, organização sindicalista revolucionária americana]. Colaborou ulteriormente em *Goloss Trouda*, órgão hebdomadário anarco-sindicalista da União

plantas' e exortou a classe operária «a organizar-se nas localidades e a criar uma nova Rússia livre, sem um Deus, sem um Czar, e sem patrões nos Sindicatos!» Quando Riazanov protestou contra o desprezo pelos sindicatos afirmado por Shatov, Maximov veio em defesa do seu camarada rejeitando as observações de Riazanov como as de um intelectual que nunca tinha nem trabalhado, nem suado, nem conhecido a vida. Outro delegado anarco-sindicalista ao Congresso, chamado Laptev, lembrou que a revolução tinha sido feita, não só pelos intelectuais mas também pelas massas; além disso era imperativo para a Rússia 'escutar a voz das massas trabalhadoras, voz da base'.¹³

A resolução anarco-sindicalista que pedia «controle operário efectivo, e não controle do Estado operário», e exigindo «que a organização da produção, do transporte e distribuição fosse imediatamente transferida para as mãos dos próprios tabalhadores e não para o Estado ou alguma máquina dos serviços públicos cheia de vários tipos de inimigos da classe operária», foi derrotada. [A maior força dos anarco-sindicalistas encontrava-se entre os mineiros do distrito de Debal'tzev na bacia do Don, entre os estivadores e operários do cimento de Ekaterinodar e Novorossiysk e entre os trabalhadores do caminho de ferro de Moscovo. Tinham 25 delegados no Congresso (na base de um delegado por 3000-3500 membros).]¹⁴

dos operários russos dos Estados Unidos e do Canadá. Em Julho de 1917 regressou a Petrogrado e «implantou» *Goless Troude* na capital russa. Mais tarde, tornou-se membro do Comité militar revolucionário de Petrogrado e oficial do 10.º Exército Vermelho. Em 1919, desempenhou um papel importante na defesa de Petrogrado contra Youdenich. Em 1920, tornou-se ministro dos transportes da República soviética do Extremo-Oriente. Desapareceu durante as «purgas» de 1936-38.

¹³ P. Avrich, *ob. cit.*, pp. 168-169.

¹⁴ G. P. Maximov, *ob. cit.*, pp. 12-13.

O novo Governo nem sequer queria ouvir falar da extensão dos poderes dos Comitês. Claramente reconheceu nos sindicatos maior «estabilidade» e menos «força anárquica» (isto é, maior facilidade de controle dos sindicatos) aos quais podia atribuir provisoriamente funções administrativas na indústria. Os bolcheviques, além disso, incitaram «as organizações sindicais, como organizações de classe do proletariado constituídas a partir de uma base industrial, a realizarem por si a tarefa principal, ou seja, a de organizar a produção e a de restaurar as enfraquecidas forças produtivas do país». ¹⁵ (Mais tarde os bolcheviques lutaram com unhas e dentes para desviar os sindicatos dessas funções e para os colocar firmemente nas mãos dos elementos nomeados pelo Partido. De facto, durante os três anos seguintes, seriam continuamente lembradas aos dirigentes bolcheviques as posições do Partido em Janeiro de 1918. Voltaremos a esse assunto).

O Congresso, com a sua esmagadora maioria bolchevique, votou a transformação dos Comitês de Fábrica em órgãos sindicais. ¹⁶ Os mencheviques e os socialistas revolucionários votaram com os bolcheviques uma resolução proclamando que «a centralização do controle operário é tarefa dos sindicatos». ¹⁷

«O controle Operário» foi definido como sendo «o instrumento através do qual o plano económico geral é posto em acção localmente». ¹⁸ «Isto implicava a ideia precisa da introdução da produção em série». ¹⁹

Pior para os operários se lessem mais nessas palavras do que isso. «Lá porque os operários confundiram e

¹⁵ Citado por A. S. Shyapnikov, *Die Russischen Gewerkshaftern* (Os Sindicatos Russos), Leipzig, 1920. [Em Alemão].

¹⁶ Primeiro Congresso Sindical, p. 374.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 369-370.

¹⁸ *Ibid.*, p. 369.

¹⁹ *Ibid.*, p. 192.

falsearam a interpretação do controle operário não há razão para o repudiar». ²⁰ O que o Partido entende por controle operário foi definido com precisão. Significava, *inter alia*, que «não era da competência dos órgãos inferiores do controle operário encarregarem-se do controle financeiro... isso era deixado aos órgãos superiores do controle, à máquina geral da administração, ao Conselho Superior da Economia Nacional.

No campo da finança tudo deve ser deixado aos órgãos superiores do controle operário» ²¹. «Para que o controle operário seja o mais útil possível ao proletariado é preciso evitar a sua atomização. Não se deve dar o direito de tomar decisões finais aos operários das empresas individuais nos assuntos que respeitem à vida da empresa». ²² Era precisa uma intensa reeducação que seria ministrada pelas «comissões de controle económico» dos sindicatos. Elas inculcariam no meio operário a concepção bolchevique do controle operário. «Os sindicatos devem ir aos Comitês de Fábrica explicar aos seus delegados que controle da produção não quer dizer transferência da empresa para as mãos dos operários dessa mesma empresa, **nem** é equivalente à socialização da produção e da troca». ²³ Logo que os Comitês de Fábrica tenham sido «devorados», os sindicatos serão os agentes intermediários através dos quais o controle operário será gradualmente convertido em controle estatal.

Estas discussões não eram abstractas. O que estava em jogo nessas controvérsias era o conceito global de socialismo: poder operário ou do Partido actuando «em nome» da classe operária. «Se os operários tivessem conseguido manter na sua posse as fábricas por

²⁰ *Ibid.*, p. 230.

²¹ *Ibid.*, p. 195.

²² *Ibid.*, p. 269.

²³ *Ibid.*, Resoluções Adoptadas, p. 370.

eles expropriadas, se as tivessem administrado por suas próprias mãos, se considerassem a revolução terminada e se julgassem o socialismo estabelecido, então não necessitariam da chefia revolucionária dos bolcheviques». ²⁴

O azedume com que o assunto dos Comitês de Fábrica foi discutido lança luz sobre outro ponto. «Ainda que os bolcheviques estivessem em maioria na Primeira Conferência Pan-Russa dos Comitês de Fábrica, e embora como representantes dos Comitês de Fábrica pudessem forçar resoluções nessa Conferência, eles não podiam forçar resoluções contra a vontade dos próprios Comitês de Fábrica ... Os Comitês de Fábrica aceitavam a chefia dos bolcheviques unicamente enquanto não se verificasse divergência de objectivos na prática». ²⁵

O Primeiro Congresso dos Sindicatos também presenciou uma acalorada controvérsia na discussão das relações entre os sindicatos e o Estado. Os mencheviques, pretendendo que a revolução só podia instituir uma república democrática-burguesa, insistiram na autonomia dos sindicatos face ao novo Estado russo.

Como Maisky afirmou: «se o capitalismo fica intacto, as tarefas que os sindicatos têm de enfrentar sob o capitalismo, não se alteram». ²⁶ Outros pensavam também que o capitalismo ia reforçar-se e que os sindicatos não deviam fazer nada que diminuísse o seu poder.

Martov tinha um ponto de vista mais sofisticado: «Nesta situação histórica», diz ele, «este governo não pode representar unicamente a classe operária. Só pode ser uma administração de facto ligada a uma massa heterogénea de povo trabalhador, com elemen-

²⁴ F. Kaplan, ob. cit., p. 128.

²⁵ Ibid., p. 181.

²⁶ Primeiro Congresso Sindical, p. 11.

tos proletários e não proletários. Além disso não pode conduzir a sua política económica expressando clara e consistentemente os interesses da classe operária». ²⁷

Os sindicatos podem-no. Portanto, os sindicatos devem manter uma certa independência em relação ao novo Estado. É interessante notar que em 1921, na sua controvérsia com Trotski, quando, diga-se de passagem, já era tarde de mais, Lenine usou a mesma argumentação. Ressaltou a necessidade dos trabalhadores se defenderem «do seu próprio Estado», definido não só como «um Estado de operários, mas como um estado de operários e camponeses» e além disso com «deformações burocráticas».

O ponto de vista bolchevique, apoiado por Lenine e Trotsky e exposto por Zinoviev, era que os sindicatos deviam estar subordinados ao governo, embora não absorvidos por ele. A neutralidade sindical era oficialmente aceite como uma ideia «burguesa», uma anomalia no Estado operário. ²⁸ A resolução adoptada no Congresso expressava claramente estas ideias dominantes: «os sindicatos devem tomar a seu cargo o pesado fardo de organizar a produção e reabilitar as devastadas forças económicas do país. As suas mais urgentes tarefas consistem em participar energeticamente em todos os corpos centrais encarregados de regular a produção, na organização do controle operário (sic!), no registo e distribuição da força de trabalho, na organização das trocas entre a cidade e o campo... na luta contra a sabotagem e em fazer cumprir a obrigação geral de trabalhar...

«Os sindicatos, ao desenvolverem-se neste processo revolucionário socialista, devem tornar-se órgãos do poder socialista, e como tal trabalhar em coordenação com e em subordinação aos outros corpos com o

²⁷ Ibid., p. 80.

²⁸ Ibid., p. 364.

fim de pôr em prática os novos princípios... O Congresso está convencido que em consequência do processo atrás descrito, os sindicatos transformar-se-ão inevitavelmente em órgãos do estado socialista. A participação nos sindicatos tornar-se-á um dever para com o Estado de todas as pessoas empregadas na indústria».

A unanimidade entre os bolcheviques acerca dos pontos de vista de Lenine sobre esta matéria não era total. Enquanto Tomsky, o seu principal porta-voz em questões sindicais, sublinhava que «os interesses particulares de grupos operários tinham de estar subordinados aos interesses da classe como um todo»²⁹ (a qual, como muitos bolcheviques, erradamente identificava com a hegemonia do Partido bolchevique), Ryazanov argumentava que «enquanto a revolução social começada aqui não for continuada pela revolução social na Europa e no Mundo... o proletariado russo... deve estar de atalaia e não renunciar a uma só das suas armas... deve manter os seus sindicatos». ³⁰ Para Zinoviev, a «independência» dos sindicatos sob a alçada dum governo operário só podia significar o direito de apoiar «sabotadores». Apesar disto, Tsyperovich, um eminente sindicalista bolchevique, propôs que o Congresso ratificasse o direito dos sindicatos continuarem a poder declarar greve em defesa dos seus membros. Esta resolução foi contudo derrotada. ³¹

Como se esperava, a atitude dominante do partido dominante (em relação aos Comitês de Fábrica e em relação aos sindicatos) iria ter grande importância no subsequente desenvolvimento dos acontecimen-

²⁹ Ibid., prefácio.

³⁰ Ibid., p. 27.

³¹ Ibid., p. 367.

tos. Veio a ser um «facto histórico objectivo», assim como a «devastação» e «atomização da classe operária» causada pela (subsequente) Guerra Civil. Podia de facto argumentar-se que as atitudes dos bolcheviques para com os Comités de Fábrica (e o golpe dado nas grandes esperanças que estes Comités representavam para centenas de milhares de operários) geraram ou reforçaram a apatia e o cinismo da classe operária e contribuíram para o absentismo e a procura de soluções individualistas para os problemas sociais, tudo coisas que os bolcheviques viriam a lamentar alto e bom som. É, acima de tudo, necessário salientar que a política bolchevique em relação aos Comités e em relação aos sindicatos, que documentámos com algum pormenor, foi posta em acção doze meses antes do assassinato de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo; isto é, antes da irrevogável queda da revolução alemã, acontecimento que frequentemente se refere para «justificar» muitas das medidas tomadas pelos governantes russos.

15 A 21 DE JANEIRO

Primeiro Congresso Pan-Russo dos Operários Têxteis realizado em Moscovo. Os bolcheviques estavam em maioria. O Congresso declarou que «o controle operário é somente um passo transitório para a organização planificada da produção e da distribuição». ³² Os sindicatos adoptaram novos estatutos proclamando que «a célula de base do sindicato é o Comité de Fábrica cujas obrigações consistem em executar, numa dada empresa, todas as ordens provenientes do sindicato». ³³ Foram, inclusivé, ameaçados com a repressão. Dirigindo-se ao Congresso, Lozovsky declarou

³² *Vsesoyuzny s'yezd professionalnykh soyuzov tekstilshchikov i fabrichnykh komitetov*, Moscovo 1918, p. 8.

³³ *Ibid.*, p. 5.

que «se o bairrismo das fábricas individuais entrar em conflito com os interesses do proletariado como um todo, nós declaramos incondicionalmente que não hesitaremos em tomar **qualquer medida** (meu sublinhado, M.B.) para a supressão das tendências nocivas aos operários». ³⁴ Por outras palavras, o Partido impõe o seu conceito de interesses da classe operária mesmo que vá contra os próprios operários.

23 A 31 DE JANEIRO

Terceiro Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

FEVEREIRO

Decreto bolchevique nacionalizando a terra.

3 DE MARÇO

Assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk.

Decreto emitido pelo Vesenska definindo as funções da administração técnica na indústria: Cada centro administrativo designava para cada empresa sua subordinada um **comissário** (que seria o representante e o supervisor do governo) e **dois directores** (um da parte técnica e outro da parte administrativa). O director técnico só podia ser demitido pelo comissário governamental ou pela «Direcção Central» da indústria. (Por outras palavras, somente o «director administrativo» estava sob algum controle da base).

O decreto estabelecia o princípio de que nas empresas nacionalizadas o controle operário se exerce submetendo todas as declarações e decisões do Comité

³⁴ Ibid., p. 30.

de Fábrica ou de Oficina, ou da comissão de controle, ao Conselho Administrativo da Economia para aprovação». O número de operários ou empregados membros do Conselho Administrativo não deve ser superior a metade dos membros constituintes». ³⁵

Nos primeiros meses de 1918 a Vesenka começou a construir, do topo, a sua «administração unificada» de indústrias individuais. O modelo era esclarecedor. Durante 1915 e 1916 o governo czarista criou corpos centrais (umas vezes chamados «comités», outras «centros») que governavam as actividades das indústrias que produziam, directa ou indirectamente, artigos necessários à guerra. Em 1917 estes corpos (geralmente compostos por representantes da indústria referida e exercendo funções reguladoras de um tipo bastante indefinido) alargaram-se a quase todo o campo da produção industrial. Na primeira metade de 1918, o Vesenka tomou conta destes corpos (ou do que tinha restado deles) e converteu-os gradualmente, sob o nome de *glavki* (comités directores) ou *tsentry* (centros), em órgãos administrativos sujeitos à direcção e controle do Vesenka. O «comité director» para a indústria do couro (*Glavkoz*) foi instituído em Janeiro de 1918. Este depressa foi seguido pelos comités directores do papel e do açúcar, e pelos «centros» do sabão e do chá. Estes, juntamente com o *Tsentrotekstil*, já funcionavam em Março de 1918.

Eles «difícilmente se teriam formado não fora a existência de embriões anteriores à revolução ou sem a colaboração do pessoal administrativo e técnico... Podia detectar-se uma comunidade de interesses táctica entre o governo e os industriais mais sensatos

³⁵ Sbornik dekretov i postanovlenii po narodnomu, khozyaistvu (1918), pp. 311-315.

e moderados em reiniciarem qualquer tipo de produção metódica». ³⁶

Esse facto levantou uma questão de considerável interesse teórico. Os marxistas têm argumentado frequentemente que os revolucionários não podem simplesmente apoderar-se das instituições da sociedade burguesa (parlamento, etc...) e usá-las com propósitos diferentes (isto é, para a introdução do socialismo). Sempre proclamaram que teriam de ser criadas novas instituições políticas (soviets) para expressar a realidade do poder operário. Mas mantiveram-se discretamente em silêncio sobre se os revolucionários podiam «capturar» as instituições do poder económico burguês e usá-las para os seus próprios fins, ou se também estas teriam de ser primeiro esmagadas e mais tarde substituídas por novas instituições, que representassem uma mudança fundamental nas relações de produção. Os bolcheviques em 1918 optaram inequivocamente pelo primeiro caminho. Mesmo dentro das suas próprias hostes esta escolha fazia nascer o presságio de que todas as energias seriam dirigidas no sentido do «reforço e desenvolvimento da capacidade produtiva, do estabelecimento da estrutura orgânica, implicando uma recusa na continuação da destruição das relações de produção capitalistas e mesmo uma restauração parcial dessas relações» ³⁷.

6 A 8 DE MARÇO

Sétimo Congresso do Partido

As exaltadas deliberações deste curto Congresso centraram-se na assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk.

³⁶ E. H. Carr, ob. cit., II, pp. 86-87.

³⁷ Ibid., II, p. 95.

26 DE MARÇO

Quarto Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

MARÇO

Foram demitidos das posições de chefia no Conselho Económico Superior, em parte pelas suas atitudes para com Brest-Litovsk, os comunistas de «esquerda» (Osinsky, Bukarin, Lomov, Smirnov) e substituídos por «moderados» como Milyutin e Rykov.³⁸ Foram tomadas medidas imediatas para o reforço da autoridade empresarial, do restabelecimento da disciplina no trabalho e do uso de incentivos materiais sob a supervisão das organizações sindicais. Tudo isso era uma demonstração clara de que «esquerdistas» na administração de cúpula não substituem o controle da base no local da produção.

26 DE MARÇO

Os *Izvestiya* do Comité Central Executivo Pan-Russo publica um Decreto (emanado do Conselho dos Comissários do Povo) sobre a «centralização da administração dos caminhos de ferro». Este decreto, que acabou com o controle operário nos caminhos de ferro, era um «pré-requisito absolutamente fundamental para a melhoria das condições do sistema de transportes». ³⁹ Acentuava a urgência de uma «disciplina de aço no trabalho» e da «gestão de um só indivíduo» nos caminhos de ferro, dando poderes «ditatoriais» ao Comissário dos Meios de Comunicação. A cláusula 6 proclamava a necessidade de seleccionar indivíduos para actuar como «técnicos executivos e administrativos» em todos os centros locais, distritais ou regio-

³⁸ Ibid., II, p. 91.

³⁹ V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*, vol. VII, Notas Explicativas, p. 505 (ed. inglesa).

nais dos caminhos de ferro. Estes indivíduos eram «responsáveis perante o Commissariado do Povo para os Meios de Comunicação». Seriam a «personificação de todo o poder ditatorial do proletariado num dado centro dos caminhos de ferro». ⁴⁰

30 DE MARÇO

Trotsky, nomeado Comissário dos Assuntos Militares depois de Brest-Litovsk, organizou rapidamente o Exército Vermelho. A pena de morte por desobediência em combate foi restabelecida. Em seguida, foram aparecendo gradualmente, a obrigatoriedade de continência (saudação) assim como formas especiais de tratamento, quartos separados e outros privilégios para os oficiais.* As formas democráticas de organização, incluindo a eleição dos oficiais, depressa desapareceram. «O princípio electivo», escreveu Trotsky, «é politicamente cretino e tecnicamente inconveniente e já foi abolido por decreto». ⁴¹ N.V. Krylenko, um dos co-comissários dos Assuntos Militares nomeado depois da Revolução de Outubro, demitiu-se do Departamento da Defesa ⁴², desgostoso com estas medidas.

3 DE ABRIL

O Conselho Central dos Sindicatos fez a sua primeira declaração pormenorizada sobre a função dos sindicatos relativamente à «disciplina no trabalho» e aos «incentivos».

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ L. Trotski, «Trabalho, Disciplina, Ordem», *Sachinenya*, XVII, pp. 171-172.

⁴² N. V. Krylenko, *Autobiografia* in *Dicionário Enciclopédico*, XLI-I, Apêndice, p. 246.

Os sindicatos deviam «envidar todos os esforços para aumentar a produtividade do trabalho e criar de facto, nas fábricas e oficinas, as raízes indispensáveis à disciplina no trabalho». Cada sindicato devia estabelecer uma comissão para «fixar as normas de produtividade para cada ofício e categoria de operários». Estabeleceu-se o trabalho à peça «para aumentar a produtividade do trabalho». Dizia-se que «os prémios para aumentar a produtividade acima das normas estabelecidas podiam, dentro de certos limites, ser uma medida útil para o conseguir sem fatigar o operário». Finalmente se «grupos independentes de operários» recusassem submeter-se à disciplina sindical, podiam, em último caso, ser expulsos dos sindicatos «com todas as consequências que isso acarreta». ⁴⁸

11 A 12 DE ABRIL

Destacamentos armados da Cheka assaltaram 26 centros anarquistas em Moscovo. Rebentou o tiroteio entre os agentes da Cheka e os Guardas Negros no Mosteiro Donskoi: foram mortos ou feridos 40 anarquistas e mais de 500 aprisionados.

20 DE ABRIL

A questão do controle operário estava a ser, nesta altura, intensamente discutida dentro do Partido. O Comité Distrital de Leninegrado publica o primeiro número do *Kommunist* (Jornal teórico dos comunistas de «esquerda», editado por Bukharin, Radek e Osinsky, a quem mais tarde se veio juntar Smirnov). Esse número continha as «Teses sobre a situação actual» elaboradas pelos editores. O jornal denunciava «a política do trabalho destinada a implantar a disciplina entre

⁴⁸ Narodnoye Khozyaistvo, N.º 2, 1918, p. 38.

os operários sob a bandeira da 'auto-disciplina', a introdução do trabalho obrigatório para os operários, os pagamentos à peça, e o prolongamento do dia de trabalho». Proclamava que «a introdução da disciplina no trabalho juntamente com o restabelecimento da administração capitalista na indústria não pode na realidade aumentar a produtividade do trabalho». «Diminui a iniciativa da classe, a actividade e a organização do proletariado. Ameaça escravizar a classe operária. Despertará o descontentamento tanto entre os elementos mais passivos como entre a vanguarda do proletariado. Para introduzir este sistema, e atendendo ao ódio existente presentemente no proletariado contra os 'sabotadores capitalistas', o Partido Comunista terá de se aliar à pequena burguesia contra os operários». «Arruinar-se-á como partido do proletariado».

O primeiro número do novo jornal continha igualmente um sério aviso feito por Radek: «Se a Revolução Russa for derrubada pela violência contra-revolucionária da burguesia, ressuscitará de novo como a Fénix; contudo, se perder o seu carácter socialista desapontando consequentemente as massas operárias, o golpe terá consequências dez vezes mais terríveis para o futuro da revolução russa e internacional». ⁴⁴ O mesmo número prevenia contra os perigos «da centralização burocrática, do papel dos vários comissários, da perda da independência dos sovietes locais e da rejeição, na prática, do tipo de comuna-Estado administrada pela base». ⁴⁵ «Está muito certo», acentuou Bukharin, «dizer como Lenine (no **Estado e a Revolução**) que cada cozinheiro deve aprender a administrar o Estado. Mas, o que acontecerá quando cada cozinheiro tiver um comissário nomeado a dirigi-lo?».

⁴⁴ K. Radek, «Posle pyatimesyatsev» (Depois de cinco meses), *Kommunist*, N.º 1, Abril de 1918, pp. 3-4.

⁴⁵ *Kommunist*, N.º 1, «Tesisy o tekusschem momente» (Teses sobre a Situação Actual), p. 8.

O segundo número do jornal continha algumas declarações proféticas de Osinsky: «Nós somos pela construção da sociedade proletária pela criatividade de classe dos próprios operários, e não pelos ukases (chicotes N. do T.) dos capitães da indústria... Se o próprio proletariado não é capaz de criar os requisitos necessários para a organização socialista do trabalho, ninguém mais poderá fazê-lo nem ninguém poderá obrigá-lo a fazê-lo. A ameaça, se for feita contra os operários, sê-lo-á por uma força que ou está sob a influência de outra classe social ou está nas mãos do poder soviético; mas então, o poder soviético será forçado a buscar o apoio de outra classe para ir contra o proletariado (por exemplo o campesinato), destruindo-se assim como ditadura do proletariado. O socialismo e a organização socialista ou serão construídos pelo próprio proletariado ou não poderão ser construídos de modo algum. Em seu lugar será construída outra coisa: o capitalismo de Estado». ⁴⁶

Lenine reagiu muito duramente usando as diatribes habituais. As ideias dos comunistas de «esquerda» eram uma «desgraça», «uma renúncia completa à prática comunista», «uma deserção para o campo da pequena burguesia». ⁴⁷ A esquerda estava a ser «provocada pelos Isuvs (mencheviques) e outros Judas do capitalismo». Desencadeou-se uma campanha em Leninegrado que obrigou o *Kommunist* a transferir a sua publicação para Moscovo, onde o jornal apareceu primeiro sob os auspícios da Organização Regional de Moscovo do Partido e depois como um porta-voz

⁴⁶ Osinsky, «O stroitelstve sotsializma» [Sobre a Construção do Socialismo], *Kommunist*, N.º 2, Abril de 1918, p. 5. Era óbvio para alguns, já em 1918, em que sentido ia a política económica leninista. Os que hoje se reclamam do «leninismo» e ao mesmo tempo denunciam o «capitalismo de Estado» em relação à Rússia, tomem nota!

⁴⁷ V. I. Lenine, «Infantilismo de esquerda e mentalidade pequeno-burguesa», *Obras Escolhidas*, vol. VII, p. 374 (ed. inglesa).

«não oficial» de um grupo de camaradas. Depois do aparecimento do primeiro número do jornal, realizou-se uma Conferência do Partido em Leninegrado, convocada às pressas, que deu uma maioria a Lenine e «exigiu que os aderentes do *Kommunist* suspendessem a sua existência como organização separada»⁴⁸. Eis os alegados direitos de tendência... em 1918! (isto é, muito antes do Décimo Congresso ter proibido oficialmente as tendências, em 1921).

Nos meses seguintes os leninistas conseguiram entender, com êxito, o seu controle organizativo a áreas antigamente «esquerdistas». No fim de Maio, as organizações do Partido com predominância proletária na região dos Urais, chefiada por Preobrazhensky, e o Secretariado Regional de Moscovo do Partido aderiram aos dirigentes do Partido. O quarto e último número do *Kommunist* (Maio de 1918) teve de ser publicado como um jornal duma facção independente. A resolução desta importante questão, que afectava profundamente toda a classe operária, não foi efectuada por intermédio de «discussões, persuasão ou compromisso», mas por intermédio de uma campanha de grande pressão desencadeada nas organizações do Partido, apoiada por uma violenta barragem de invectivas na imprensa do Partido e nas declarações dos chefes do Partido. Os discursos de Lenine estabeleciam as directivas e os seus ajudantes nas questões organizativas traziam os membros ao bom caminho».⁴⁹

Muitos indivíduos do movimento revolucionário tradicional estão completamente familiarizados com estes métodos!

⁴⁸ V. Sorin, «Partiya i oppositsiya» (O Partido e a Oposição), I, *Fraktsiya levyykh kommunistov* (A fracção dos comunistas de esquerda), Moscovo 1925, pp. 21-22.

⁴⁹ R. V. Daniels, *ob cit.*, p. 87.

Publica-se nos *Izvestiya* do Comité Central Executivo Pan-Russo o artigo de Lenine «As Tarefas Imediatas do Governo Soviético». Foram elaborados «regulamentos e decretos» para «aumentar a disciplina no trabalho» a qual era «a condição para a renovação da economia». (Entre as medidas sugeridas figurava a introdução dum sistema de fichas em que se registava a produtividade de cada operário, a introdução de regulamentos de fábrica em cada empresa, o estabelecimento de uma quota de produção por repartição com o fim de fixar a produção de cada operário e o pagamento de prémios pelo aumento da produtividade).

Teria Lenine pressentido os aspectos potencialmente nocivos destas propostas? Nunca saberemos. Uma coisa é certa contudo, ele nunca os mencionou. De qualquer maneira, não é precisa muita imaginação para pensar que os escriturários (assentando a «produtividade de cada operário») e os empregados (controlando a «quota de produção por repartição») iriam tornar-se os elementos constitutivos de uma nova camada burocrática.

Indo ainda mais longe, Lenine escreveu: «Devemos levantar a questão do trabalho à peça, aplicá-la e testá-la na prática... devemos levantar a questão da aplicação de muitos aspectos científicos e progressistas do sistema Taylor⁵⁰... a República Soviética deve aplicar, a todo o custo, tudo o que for aproveitável das realizações científicas e tecnológicas neste campo ...devemos organizar o estudo e o ensino do sistema Taylor na Rússia». Somente «os conscienciosos repre-

⁵⁰ Antes da Revolução, Lenine denunciou o Taylorismo como «a escravização do homem pela máquina». (*Sochineniya*, vol. XVII, pp. 247-248).

sentantes da indecisão pequeno burguesa» vêm nos recentes decretos sobre a administração dos caminhos de ferro, «a qual concedeu aos chefes individuais poderes ditatoriais», uma espécie de «recoo em relação ao princípio colegial, em relação à democracia e a outros princípios do governo soviético». «A irrefutável experiência histórica mostra que... a ditadura individual foi muitas vezes o veículo, o canal da ditadura das classes revolucionárias». «A máquina industrial em grande escala, que é a fonte da produção material e a base do socialismo, exige uma estrita e absoluta unidade de vontade... Como pode ser assegurada essa estrita unidade de vontade? Pela subordinação da vontade de milhares à vontade de um só». «**A submissão incondicional** (sublinhado no original) a uma vontade é absolutamente necessária ao sucesso do processo de trabalho baseado numa máquina industrial em grande escala... hoje a Revolução exige, no interesse do socialismo, que as massas **obedeçam incondicionalmente à vontade única** (sublinhado no original) dos chefes do processo de trabalho». ⁵¹ O pedido de obediência «incondicional» tem sido, através da história, feito por inúmeros reaccionários, que além disso têm tentado impor essa obediência sobre aqueles em que exerciam a autoridade. Uma atitude altamente crítica (e autocrítica) é, pelo contrário, a marca do verdadeiro revolucionário.

MAIO

Foram encerrados o **Burevestnik**, **Anarkhia**, **Goloss Truda** e outros importantes periódicos anarquistas.

⁵¹ V. I. Lenin, **Obras Escolhidas**, vol. VII, pp. 332-333, 340-342 (ed. inglesa).

MAIO

Preobrazhensky, escrevendo no *Kommunist*, avisa: «O Partido terá de decidir brevemente, até que ponto a ditadura individual será alargada dos caminhos de ferro e outros ramos da economia ao próprio Partido». ⁵²

5 DE MAIO

Publicação de «O infantilismo de esquerda e a mentalidade pequeno-burguesa». Depois de denunciar as opiniões do *Kommunist* como «uma verborreia anárquica», «chorrillo de frases altissonantes», etc., etc., etc., Lenine tentou responder a algumas questões levantadas pelos comunistas de esquerda. Para Lenine o «capitalismo de Estado» não era um perigo. Antes pelo contrário, era algo a que se devia aspirar. «Se introduzirmos o capitalismo de Estado em 6 meses, aproximadamente, alcançaremos um grande sucesso e uma garantia certa de que dentro de um ano o socialismo terá sido estabelecido permanentemente e tornar-nos-emos invencíveis no nosso país». «Falando em termos económicos, o capitalismo de Estado é imensamente superior ao actual sistema económico... o poder soviético não tem nada a temer dele, porque o Estado soviético é um estado onde o poder dos operários e dos pobres está assegurado» (porque um «Partido Operário» detém o poder). O «conjunto das condições necessárias para o socialismo» são «uma técnica capitalista em grande escala baseada nas últimas descobertas científicas... inconcebível sem uma organização estatal planeada que submete milhões de pessoas à mais estrita observância duma única forma de produção e distribuição» e um «poder estatal proletário». É importante notar que o poder da classe

⁵² *Kommunist*, N.º 4.

operária na produção não é mencionado como uma das «condições necessárias para o socialismo». Lenine continua acentuando que em 1918 as «duas metades incomunicáveis do socialismo existiam lado a lado como dois futuros frangos no mesmo ovo do imperialismo». Em 1918, a Alemanha e a Rússia personificavam respectivamente «as condições económicas, produtivas e sociais do socialismo por um lado, e as condições políticas por outro». A tarefa dos bolcheviques era «estudar o capitalismo de estado alemão não se poupando a nenhuns esforços para o copiar». Não se devia «recrear adoptar métodos ditatoriais para apressar a sua cópia». Na altura, o texto de Lenine continha no original a interessante frase:⁵³ «A nossa tarefa é apressar isto, ainda mais depressa do que Pedro estimulou a adopção da mentalidade Ocidental pela Rússia bárbara, não se intimidando de usar métodos bárbaros para combater a barbárie». Este talvez tenha sido o único elogio feito a um czar por Lenine nos seus escritos. Citando 3 anos mais tarde esta passagem, Lenine omitiu a referência a Pedro o Grande.⁵⁴

«Um único caminho e um só», continuou Lenine «conduz o capitalismo pequeno-burguês dominante na Rússia de 1918 a um capitalismo em grande escala e ao socialismo, através de um único e um só estádio intermédio chamado 'cálculo nacional e controlo da produção e distribuição'». Em Abril de 1918, lutar contra o capitalismo de Estado era para Lenine o mesmo que lutar contra «moinhos de vento».⁵⁵ A afirmação de que a República Soviética estava ameaçada pela «evolução em direcção ao capitalismo de Estado... só provoca uma risada homérica». Se um comerciante lhe disser (a ele Lenine — NdT) que houve uma melhoria num ramal qualquer dos caminhos de ferro, «tal

⁵³ V. I. Lenin, *Sochineniya*, vol. XXII, pp. 516-517.

⁵⁴ *Ibid.*, vol. XXVI, p. 326.

⁵⁵ V. I. Lenin, *Obras Escolhidas*, vol. VII, pp. 360-366 (ed. inglesa).

elogio parece-me mil vezes mais precioso do que vinte resoluções comunistas». ⁵⁶ Quando lemos passagens como as anteriores, é difícil compreender como alguns camaradas podem afirmar-se «leninistas» e afirmar, simultaneamente, que a sociedade russa é uma forma de capitalismo de Estado deplorável. Alguns, contudo, dizem precisamente isso.

É claro como água, pelo que se disse anteriormente (e por outras passagens escritas na altura), que a natureza «proletária» do regime, para quase todos os chefes bolcheviques, dependia da natureza proletária do Partido que tomou o poder de Estado. Nenhum deles considerou a natureza proletária do regime russo como dependente, primeira e crucialmente, do exercício do poder operário no momento da produção (isto é, da gestão operária da produção). Devia-lhes ter sido evidente, como marxistas, que se a classe operária não detivesse o poder económico, o seu poder «político» seria na melhor das hipóteses instável e que em breve forçosamente degeneraria. Os chefes bolcheviques viam a organização capitalista da produção como qualquer coisa socialmente neutra, em si. Podia ser usada indiferentemente para maus fins (quando a burguesia a usava para a acumulação privada) ou bons fins (quando o «Estado operário» a usava «para o bem de todos»). Lenine disse isto expressamente. «O socialismo», disse ele, «não é outra coisa senão o monopólio do Estado capitalista organizado de maneira a beneficiar todo o povo». ⁵⁷ Aos olhos de Lenine o que estava errado nos métodos de produção capitalista era o facto de eles terem servido a burguesia no passado. Iriam ser usados agora pelo Estado Operário e devido a isso tornar-se-iam «numa das condições do socialismo». Tudo depende de quem detém o poder

⁵⁶ E. H. Carr, ob. cit., II, p. 100.

⁵⁷ V. I. Lenine, «A catástrofe ameaçadora e como lutar contra ela».

estatal.⁵⁸ A afirmação de que a Rússia era um estado operário por causa da nacionalização dos meios de produção só foi avançada por Trotski... em 1936! Tentava assim reconciliar a opinião de que «a União Soviética tem de ser defendida» com a opinião de que «o Partido bolchevique já não é um partido operário».

24 DE MAIO A 4 DE JUNHO

Realiza-se o **Primeiro Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos Regionais** em Moscovo. Este «Parlamento económico» reuniu mais de 100 delegados votantes (e 150 delegados não votantes) provindos do Vesenka, dos seus «glavki» e centros, dos Sovnarkhozy regionais e locais, e dos sindicatos. O Congresso foi presidido por Rykov, um homem de «passado impecável e opiniões indefinidas».⁵⁹ Lenine abriu os trabalhos com uma súplica à «disciplina no trabalho» e uma longa explicação da necessidade de se empregarem «spetsy» (especialistas) muito bem pagos.

Osinsky manteve-se irredutível no que se referia à democratização da indústria. Atacou o «trabalho à peça» e o «taylorismo». Foi apoiado por Smirnov e por alguns delegados provinciais. A «oposição» instou o reconhecimento e a execução da nacionalização de facto da indústria, nacionalização essa que estava a ser realizada pelos Comitês de Fábrica, e pediram o estabelecimento de uma autoridade económica nacional superior baseada nos e representando os órgãos

⁵⁸ Para uma análise mais detalhada desta concepção de meios e fins, e ao que isso conduz, ver Paul Carden em «From Bolshevism to Bureaucracy» (Do Bolchevismo à Burocracia), *Solidarity*, Panfleto N.º 24.

⁵⁹ E. H. Carr, ob. cit., II, pp. 101, nota no fim da página.

do controle operário⁶⁰. Exigiram «uma administração operária... não somente do topo mas também da base», considerando-a como o fundamento económico indispensável ao novo regime. Lomov pediu uma extensão maciça do controle operário e avisou que a centralização burocrática... estava a estrangular as forças do país. As massas estão a ser afastadas do trabalho vivo, criador em todos os ramos da nossa economia. Lembrou ao Congresso que a frase de Lenine «aprender dos capitalistas» tinha sido forjada nos anos de 1890 pelo quase-marxista (e agora burguês) Struve.⁶¹

Deu-se então um daqueles episódios que esclarecem toda uma discussão e resumem as diversas opiniões. Um sub-comité do Congresso aprovou uma resolução pela qual dois terços dos representantes nos gabinetes de administração das empresas industriais deviam ser eleitos pelos operários.⁶² Lenine ficou furioso com essa «estúpida decisão». Sob sua chefia, uma Sessão Plenária do Congresso «corrigiu» a resolução e decretou que um terço no máximo do pessoal administrativo das empresas industriais seria eleito. Os comités de administração seriam integrados na complexa estrutura hierárquica previamente esboçada, a qual conferia direito de veto ao Conselho Económico Superior (Vesenka) criado em Dezembro de 1917.⁶³

O Congresso endossou formalmente uma resolução do Conselho Central dos Sindicatos defendendo o princípio de «uma cota definida e fixa de produtividade

⁶⁰ Osinsky, em *Trudy pervogo vserossiiskogo s'yezda sovetov narodnogo khozyaistva* (Actas do Primeiro Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos), Moscovo, 1918, pp. 61-64.

⁶¹ *Ibid.*, p. 75.

⁶² *Ibid.*, p. 65.

⁶³ *Polozheniye ob upravlenii natsionalizirovannymi predpriyatiyami* (Regulamentos para a Administração das Empresas Nacionalizadas), *ibid.*, pp. 477-478.

em troca de um salário garantido». Aceitou a instituição do trabalho à peça e os prémios. «Mais do que o estabelecimento de uma política estava em formação uma corrente de opinião». ⁶⁴

25 DE MAIO

Recontros entre as forças do governo e as tropas da legião Checa nos Urais. Levantamentos anti-bolcheviques na Sibéria e na Rússia do Sudeste. **Começo da Guerra Civil em larga escala e começo da intervenção Aliada.** [Os que pretendem responsabilizar a Guerra Civil pela prática bolchevique anti-proletária podem fazê-lo a partir de agora.]

28 DE JUNHO

Depois de uma sessão que se prolongou pela noite fora, o Conselho dos Comissários do Povo promulga o **Decreto sobre a Nacionalização Geral** afectando todas as empresas industriais com um capital superior a um milhão de rublos. A finalidade do decreto era «a luta decisiva contra a desorganização na produção e no abastecimento».

Os sectores afectados, cujos activos eram agora declarados «propriedade da República Federal Socialista Soviética Russa», eram as indústrias mineiras, metalúrgicas, têxtil, eléctrica, da madeira, do tabaco, da resina, do vidro e da olaria, do coiro e do cimento, todos os moinhos a vapor, os serviços públicos e locais e os caminhos de ferro particulares, conjuntamente com algumas outras indústrias menos importantes».

A tarefa de «organizar a administração das empresas nacionalizadas» foi confiada ao Vesenska e às suas secções «como um assunto urgente». Mas até o

⁶⁴ E. H. Carr, ob. cit., II, pp. 119-120.

Vesenka publicar as instruções respeitantes às empresas individuais abrangidas pelo decreto «tais empresas deviam ser consideradas como arrendadas gratuitamente aos seus donos primitivos, os quais continuariam a financiá-las e a receber lucros delas». ⁸⁵

A transferência das empresas individuais para o Estado foi realizada facilmente. A atribuição das funções administrativas aos indivíduos nomeados foi mais morosa, mas também esse processo foi completado em poucos meses. Ambos os passos foram acelerados devido à ameaça da invasão estrangeira. A mudança nas **relações de propriedade** foi profunda. Neste sentido houve de facto uma profunda revolução. «Como a Revolução desencadeou a Guerra Civil também a Guerra Civil intensificou a Revolução». ⁸⁶ Mas, no que se refere a qualquer mudança fundamental respeitante às relações de produção, a Revolução já tinha dado o que tinha a dar. No período do «comunismo de guerra» (que começa nesta altura) veremos a classe operária perder o pouco poder que gozou na produção durante as últimas semanas de 1917 e nas primeiras semanas de 1918.

4 A 10 DE JULHO

Quinto Congresso Pan-Russo dos Sovietes

Durante a primeira metade do ano de 1918 a questão da «nacionalização» foi objecto de azedas controvérsias entre os comunistas de «esquerda» e os leninistas. Lenine opôs-se à nacionalização total dos meios de produção imediatamente a seguir a Outubro. Isto não foi motivado pelo desejo de negociar um acordo político com a burguesia mas por ter subestimado a

⁸⁵ Ibid., II, p. 105.

⁸⁶ R. V. Daniels, ob. cit., p. 92.

maturidade tecnológica e administrativa do proletariado, uma maturidade que teria sido testada imediatamente se todas as grandes indústrias tivessem sido nacionalizadas. O resultado foi uma situação extremamente complexa na qual algumas indústrias tinham sido nacionalizadas «a partir do topo» (isto é, por decreto do Governo Central), outras «a partir da base» (isto é, pelos operários que tomaram as empresas abandonadas pelos seus donos) enquanto noutros sítios os donos primitivos ainda geriam as suas fábricas, embora com liberdade de acção e autoridade restritas devido à implantação dos Comitês de Fábrica.

Kritzman, um dos melhores teóricos dos comunistas de «esquerda», criticou este estado de coisas desde o início. Referiu-se ao decreto de 14 de Novembro de 1917 sobre o «Controle Operário» como «meias-medidas e portanto necessariamente irrealizável».

«Como palavra de ordem o controle operário implicava o aumento do ainda insuficiente poder do proletariado. Era a expressão implícita da fraqueza, a ser ultrapassada, do movimento da classe operária. Os empresários não se predisporiam a fazer o seu negócio com o único objectivo de ensinar os operários a fazê-lo. Reciprocamente os operários só sentiam ódio aos capitalistas e não viam motivos para continuarem a ser explorados voluntariamente». ⁶⁷

Osinsky, outro comunista de «esquerda», acentuou outro aspecto. «O destino da palavra de ordem do controle operário», escreveu ele, «é interessantíssimo. Nascida do desejo de desmascarar o adversário, falhou quando foi preciso convertê-la num sistema. Onde, apesar de tudo, este se fortificou, o seu conteúdo alterou-se completamente em relação ao que nós

⁶⁷ I. Larine e L. Kritzman, *Wirtschaftsleben und Wirtschaftlicher Aufbau in Soviet Russland, 1917-1920*, Hamburgo, 1921, p. 163. (Em Alemão).

originalmente prevíamos. Tomou a forma duma ditadura descentralizada, da subordinação dos capitalistas individuais às várias organizações da classe operária que actuavam independentemente umas das outras...

O Controle Operário tinha originariamente como objectivo sujeitar os possuidores dos meios de produção... Mas esta coexistência em breve se tornou intolerável. A situação de poder duplo entre os administradores e os operários levou, em breve, ao colapso da empresa. Ou transformou-se rapidamente em poder total dos operários sem a mínima autorização do poder central». ⁶⁸

Muitos comunistas de «esquerda», que escreveram nesta altura, acentuaram que se as nacionalizações dos meios de produção tivessem sido feitas mais cedo ter-se-iam evitado muitas dessas ambiguidades. A expropriação total dos capitalistas teria permitido passar imediatamente do «controle operário» à «gestão operária» através de alguns organismos centrais medianeiros que regulassem a totalidade da economia socializada. É interessante notar que Lozovsky, embora na altura se opusesse ferozmente às ideias dos comunistas de «esquerda» (por que considerava que a revolução tinha sido somente uma revolução «democrática-burguesa») escreveria mais tarde: «Em breve se provaria que, na era da revolução social, uma monarquia constitucional em cada empresa (isto é, o antigo patrão mas com poderes limitados — MB) é impossível e que o antigo dono, por mais complexa que seja a estrutura da empresa moderna, é uma peça supérflua». ⁶⁹

⁶⁸ N. Osinsky, «O stroitelstve sotsializma» [A construção do socialismo], Moscovo 1918, p. 35 e seguintes.

⁶⁹ A. Lozovsky, «Os Sindicatos na Rússia Soviética», (Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos), Moscovo, 1920, p. 654.

Mais tarde, deu-se uma cisão entre os comunistas de «esquerda». Radek chegou a um acordo com os leninistas. Estava pronto a aceitar «a gestão de um só indivíduo», em princípio (uma tarefa nada dura para quem não seja proletário), porque ela era agora aplicada no contexto dos decretos da nacionalização extensiva de Junho de 1918.

Na opinião de Radek, esses decretos ajudariam a assegurar «a base proletária do regime». Bukharin também quebrou com Osinsky e juntou-se ao grupo. Osinsky e os seus adeptos, contudo, formaram uma nova tendência da oposição: os «centralistas democráticos» (assim chamados pela sua oposição ao «centralismo burocrático» dos dirigentes do Partido). Continuaram a propagandear a gestão operária da produção. As suas ideias, e as do grupo original dos comunistas de «esquerda», viriam a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da Oposição Operária dois anos mais tarde.

Com a Guerra Civil e o Comunismo de Guerra os debates em questão, por momentos, tornaram-se indefinidos. Havia pouca produção para que alguém a controlasse. «Contudo, as discussões de 1918 apenas foram adiadas. Não podiam ser esquecidas graças às críticas dos comunistas de «esquerda». Logo que as tréguas militares o permitissem, a oposição esquerdista estava pronta a levantar outra vez a questão fundamental da natureza do regime soviético».⁷⁰

AGOSTO

Auge da ofensiva dos Brancos no Volga.

A Guerra Civil acelerou imensamente o processo da centralização económica. Como o conhecimento que

⁷⁰ R. V. Daniels, *ob. cit.*, p. 91.

temos da anterior prática bolchevique nos faz prever, veio a verificar-se que esta centralização era uma forma de centralização extremamente burocrática. Toda a economia russa foi «reorganizada» numa base semi-militar. A Guerra Civil conduziu à transformação de toda a grande indústria numa organização logística do Exército Vermelho. Isso fez da política industrial um assunto de estratégia militar.

Esclareçamos aqui que pomos em dúvida o mérito intrínseco da descentralização, que defendem alguns anarquistas. A Comuna de Paris, um Congresso dos Sovietes (ou um Comité de «shop stewards» ou um Comité de greve, modernamente) são altamente centralizados ainda que bastante democráticos. O feudalismo, por outro lado, era descentralizado e altamente burocratizado. A chave da questão está em saber se a organização «centralizada» é controlada pela base (pelos delegados eleitos e revogáveis) ou se está separada daqueles em nome dos quais alega agir.

Neste período verificou-se uma considerável queda na produção devida a uma complexa série de factores que outros autores descreveram já minuciosamente.⁷¹ As «perturbações» eram frequentemente atribuídas pelos porta-vozes do Partido à influência das ideias heréticas «anarco-sindicalistas». Certamente foram cometidos erros. Mas, agora, atribuíram-se as dificuldades do crescimento do novo movimento aos defeitos inerentes a qualquer tentativa dos operários para dominarem a produção. «O Controle Operário na indústria realizado pelos Comités de Fábrica e de Oficina», escreveu um informador governamental, «mostrou o que se pode esperar se os planos dos anarquistas se realizarem».⁷² Eram, nesta altura, sistematicamente

⁷¹ Ver por exemplo I. Deutscher, *The Prophet Unarmed* (O Profeta Desarmado), O.U.P., 1959, pp. 1-14.

⁷² I. I. Stepamov-Skortsov, *op. cit.*, p. 24.

suprimidas todas as tentativas de controle feitas pela base. Os partidários proletários dos Comitês de Fábrica tentaram resistir, mas a sua resistência foi facilmente destruída.⁷³ O azedume e desespero desenvolveram-se entre várias camadas do proletariado (e de modo algum camadas «atrasadas»). Devem-se também ter em conta esses factores, coisa que raramente se faz, ao discutir a queda da produção e o frequente recurso a «actividades anti-sociais» tão características dos anos do «comunismo de guerra».

25 DE AGOSTO A 1 DE SETEMBRO

A **Primeira Conferência Pan-Russa dos Anarco-Sindicalistas** reúne-se em Moscovo. A resolução sobre a indústria «acusou o governo de trair a classe operária com a supressão do controle operário em favor de desvios capitalistas tais como a administração de um só indivíduo, a disciplina no trabalho e o emprego de engenheiros e técnicos 'burgueses'. Substituindo os Comitês de Fábrica, «filhos dilectos da grande revolução operária, pelos sindicatos, essas 'organizações mortais', e substituindo a democracia industrial por decretos e fitas vermelhas, os chefes bolcheviques criavam um monstruoso 'capitalismo de Estado', um Behemoth burocrático ao qual chamavam burlescamente socialismo».⁷⁴

A «**Volny Goloss Truda**» (A Voz Livre do Trabalhador) sucedia a **Goloss Truda** (fechado em Maio de 1918). O novo jornal foi encerrado depois de ter publicado o seu quarto número (16 de Setembro de 1918). Este continha um interessante artigo do «M. Sergven» (Maximov?) intitulado «**Os Caminhos**

⁷³ M. Dobb, *Soviet Economic Development since 1917* (O Desenvolvimento Económico Soviético desde 1917), New York, 1948, pp. 89-90.

⁷⁴ P. Avrich, ob. cit., p. 191.

da Revolução». «O artigo afastou-se notavelmente da habitual condenação dos bolcheviques como traidores da Classe Operária. Lenine e os seus companheiros não eram necessariamente cínicos de sangue frio que, com esperteza maquiavélica, tinham esboçado antecipadamente a nova estrutura de classe para satisfazer a sua cobiça de poder. Muito possivelmente eram motivados por uma genuína preocupação pelo sofrimento humano... Mas a divisão da sociedade em administradores e operários era uma consequência inexorável da centralização da autoridade. Não podia ser de outro modo... Uma vez separadas as funções de administração e de trabalho (a primeira ao cuidado de uma minoria de «peritos» e a última destinada às rudes massas) todas as possibilidades de dignidade ou igualdade foram destruídas». ⁷⁵ No mesmo número, Maximov desancou os «Manilovs» ⁷⁶ do campo anarquista como «visionários românticos que sonhavam com utopias pastorais esquecidos das complexas forças em jogo no mundo moderno». Era altura de deixar de sonhar com a Idade do Ouro. Era altura de «organizar e agir». Por estas opiniões de princípio, mas também realistas, Maximov e os anarco-sindicalistas foram ferozmente atacados como «Judas anarco-burocráticos pelas outras tendências do movimento anarquista». ⁷⁷

AGOSTO DE 1918

Um decreto governamental fixa a composição do Vesenka em 30 membros nomeados pelo Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos, 20 nomeados pelo Conselho Regional da Economia Nacional (Sovnar-

⁷⁵ Ibid., pp. 192-193.

⁷⁶ Manilov é um proprietário sonhador da obra de Gogol *Almas Mortas*.

⁷⁷ P. Avrich, ob. cit., pp. 196-197.

khozy) e 10 nomeados pela Central Executiva Pan-Russa dos Sovietes (V. Ts. I. K.). Os assuntos correntes do Vesenka eram resolvidos por um Presidium de 9 outros membros, dos quais o presidente e o seu adjunto eram nomeados pelo Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom) e os outros pelo V. Ts. I. K. Oficialmente, o Presidium devia pôr em prática as decisões das reuniões mensais dos 69 membros do Vesenka, mas em breve começou a absorver cada vez maior parte do trabalho. Depois de Outubro de 1918 as sessões plenárias do Vesenka nunca mais se realizaram. Tornou-se num departamento do Estado.⁷⁸

Por outras palavras, no período dum ano após a tomada do poder pelos bolcheviques, as relações de produção (algo alteradas no auge da luta de massas) reverteram ao clássico esquema autoritário de todas as sociedades de classes. Os operários como operários foram desapossados de qualquer autoridade de decisão significativa nos assuntos que mais lhes diziam respeito.

28 DE SETEMBRO

O chefe sindicalista bolchevique Tomsy declara no **Primeiro Congresso dos Trabalhadores Comunistas dos Caminhos de Ferro** que «a primeira tarefa dos Comunistas era criar sindicatos bem estruturados nas suas próprias indústrias; a segunda, apoderar-se dessas organizações por um trabalho tenaz; a terceira, estar à cabeça dessas organizações; a quarta, expulsar qualquer grupo não proletário e a quinta colocar o sindicato debaixo da nossa influência comunista».⁷⁹

⁷⁸ E. H. Carr, ob. cit., II, pp. 180-181.

⁷⁹ Vserossiiskaya konferentsiya zheleznodorozhnikov kommunistov (Primeira Conferência Pan-Russa dos Ferroviários Comunistas), Moscovo 1919, p. 72.

OUTUBRO

Um decreto governamental reitera a lei que estipula que ninguém além do Vesenka «na sua qualidade de órgão central regularizador e organizador de toda a produção da República» tem o direito de sequestrar empresas industriais.⁸⁰ A necessidade de publicar esse decreto sugere que os sovietes locais, ou mesmo até os Sovnarkhozy locais, estavam a fazer precisamente isso.

6 A 9 DE NOVEMBRO

Sexto Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

25 DE NOVEMBRO A 1 DE DEZEMBRO

Realiza-se em Moscovo a **Segunda Conferência Pan-Russa dos Anarco-Sindicalistas.**

DEZEMBRO

Um novo decreto suprime os Sovnarkhozy regionais e reconhece os Sovnarkhozy provinciais como «órgãos executivos do Vesenka». Os Sovnarkhozy locais deviam transformar-se em «secções económicas» dos comités executivos dos sovietes locais correspondentes. Os «glavki» deviam ter órgãos subordinados próprios nas estruturas provinciais. «Isto representava claramente um passo adiante na centralização do controle de todos os ramos da indústria de todo o país pelo seu glavk ou centro em Moscovo, sob a autoridade superior do Vesenka».⁸¹

⁸⁰ Sbornik dekretov i postanovlenii narodnomu khozyaistvu (1920), ii, p. 83.

⁸¹ E. H. Carr, ob. cit., II, p. 183.

DEZEMBRO

Segundo Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos Regionais.

Molotov analisou a composição dos 20 «glavki» e «centros» mais importantes. De 400 pessoas, 10% eram representantes dos empresários ou antigos empresários, 9% eram técnicos, 28% eram funcionários de vários departamentos (incluindo o Vesenka)... e os restantes 43% eram operários ou representantes das organizações operárias, incluindo os sindicatos. A gestão da produção estava, predominantemente, nas mãos de pessoas que «não tinham nenhuma relação com os elementos proletários da indústria». Os «glavki» têm de ser considerados como «órgãos que de modo algum correspondem à ditadura do proletariado». Aqueles que dirigiam a política eram «representantes dos empresários, técnicos e especialistas». ⁸² «Era indiscutível que os burocratas soviéticos destes primeiros anos eram, em regra, antigos membros da inteligentzia burguesa ou da classe dirigente, e trouxeram com eles muitas das tradições da antiga burocracia russa». ⁸³

⁸² Trudy vtorogo vserossiiskogo s'yezda sovetov narodnogo khozyaystva (n. d.), (Segundo Congresso Pan-Russo dos Conselhos Económicos Regionais), p. 213.

⁸³ E. H. Carr, ob. cit., II, p. 190.

16-25 DE JANEIRO

Segundo Congresso Pan-Russo dos Sindicatos

Em 1918 os sindicatos desempenharam um importante papel na administração industrial. A sua importância aumentou bastante quando o governo, com medo que os donos das empresas particulares não trabalhassem para as necessidades do Exército Vermelho, acelerou o programa de nacionalização, «mais como uma assunto militar do que como uma política económica». ¹ Aumentaram rapidamente aquilo que Lenine chamava «as funções de Estado» dos sindicatos. Os membros do Partido na chefia dos sindicatos (tais como Tomsy, Presidente do Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos) gozavam de considerável poder.

Contudo, as relações entre os dirigentes dos sindicatos e a base estavam muito longe de ser democráticas. «Na prática, quanto mais os sindicatos assumiam as funções administrativas da burocracia empresarial convencional mais burocráticos se tornavam». ² Um delegado ao Congresso, Chirkin, sublinhou, por exemplo, que «embora na maioria das re-

¹ I. Deutscher, *ob. cit.*, p. 25.

² Waldemar Koch, *Die Bolshevistischen Gewerkshafren*, Jena 1932, pp. 81-82.

giões houvesse instituições representativas do movimento sindical, estas instituições não eram nem eleitas nem ratificadas; onde se realizaram eleições e onde foram eleitos indivíduos que não eram os apropriados para satisfazer as necessidades do Conselho Central ou dos poderes locais, aquelas foram pura e simplesmente anuladas e os indivíduos eleitos substituídos por outros mais dóceis para com a administração». ³

Outro delegado, Perkin, pronunciou-se contra os novos regulamentos que obrigavam os representantes enviados pelas organizações operárias ao Commissariado do Trabalho a serem ratificados pelo Commissariado. «Se numa reunião sindical nós elegemos um comissário, isto é, se à classe operária num dado momento é permitido manifestar a sua vontade, poderíamos pensar que este indivíduo seria autorizado a representar os nossos interesses no Commissariado, que seria o nosso comissário. Mas não. Apesar de termos expresso a nossa vontade, a vontade da classe operária, é ainda necessário que o comissário que nós elegemos seja confirmado pelas autoridades... O proletariado é autorizado apenas a deixar-se ridicularizar. É-lhe permitido eleger representantes, mas o poder de Estado, com o seu direito de ratificar ou não as eleições, age como entende com os nossos representantes» ⁴.

Os sindicatos (e na realidade todos os outros organismos) estavam progressivamente a cair sob a alçada do Estado, já inteiramente nas mãos do Partido e dos elementos por ele nomeados. Mas, ainda que já tivesse havido uma clara mudança do poder

³ Vtoroi vserossiiski s'yezl professionalnykh soyuzov: stenograficheski otchet (Segundo Congresso Pan-Russo dos Sindicatos: relato estenográfico), Moscovo, Central Trade Union Press (Editora Central dos Sindicatos), 1919, I, p. 34. (Daqui em diante referido como Segundo Congresso Sindical).

⁴ Ibid., p. 103.

para as mãos da burocracia emergente, a organização da classe operária e a sua consciência eram ainda suficientemente fortes para conseguir do Partido e dos chefes sindicais algumas concessões, pelo menos verbais. Os Comitês de Fábrica autônomos já tinham sido nessa altura completamente esmagados, mas os operários ainda lutavam com ações defensivas nos próprios sindicatos. Procuravam preservar parte do seu antigo poder.

O Segundo Congresso dos Sindicatos «sancionou as disposições segundo as quais os sindicatos se tornavam agentes recrutados do exército, dos serviços logísticos, órgãos punitivos, etc.»⁵ Tomsky, por exemplo, acentuou «que no momento em que os sindicatos fixassem os salários e as condições de trabalho, as greves deixariam de ser toleradas. Era necessário pôr os pontos nos ii». Lenine falou da «inevitável estatização dos sindicatos». (A pílula foi embrulhada num discurso acerca da educação dos operários pelos sindicatos na arte da administração, e do eventual «deperecimento do Estado»). Lozovsky, que tinha abandonado o Partido, falou como internacionalista independente contra a política bolchevique relativamente aos sindicatos.

Foi aprovada uma resolução pedindo que «fossem oficialmente reconhecidas as prerrogativas administrativas dos sindicatos». Essa resolução aludia à «estatização» (ogosudarstylenie) dos sindicatos «como uma função sua alargada e que se fundia com a máquina governamental da administração e controle industrial». ⁶ O Comissário do Trabalho, V. V. Shmidt, aceitava que «os próprios órgãos do Comissariado do Trabalho deviam ser constituídos a partir do aparelho sindical». ⁷ (Nessa altura havia nos sindicatos

⁵ I. Deutscher, *ob. cit.*, p. 26.

⁶ Segundo Congresso Sindical, I, p. 97.

⁷ *Ibid.*, p. 99.

3 500 000 membros. Eram 2 500 000 na altura do Primeiro Congresso dos Sindicatos, em Janeiro de 1918, e 1 500 000 na Conferência de Julho de 1917).⁸

O Segundo Congresso elegeu finalmente um Executivo com autoridade suprema no período entre os Congressos. Os decretos deste Executivo foram declarados «obrigatórios para todos os sindicatos da sua jurisdição e para cada membro desses sindicatos». «A violação dos decretos e a insubordinação contra eles por parte dos sindicatos individuais levaria à sua expulsão da família dos sindicatos proletários».⁹ Claro que isto poria o sindicato fora do único campo de acção legal dentro do qual o regime bolchevique permitia a existência dos sindicatos.

2-7 DE MARÇO

Primeiro Congresso do Comintern (Terceira Internacional).

18-23 DE MARÇO

Oitavo Congresso do Partido.

As regiões da Ucrânia e do Volga tinham sido reocupadas pelo Exército Vermelho. Seguiu-se um período de relativa estabilidade. Mais tarde, ainda em 1919, os avanços de Denikin e de Yudenich ameaçaram Moscovo e Petrogrado respectivamente.

Uma vaga de críticas esquerdistas contra as tendências ultra-centralistas inundou o Oitavo Congresso. Um novo programa do Partido foi discutido e aceite.

⁸ Zinoviev, *Desyaty s'yezd RKP (b); Protokoly* (Décimo Congresso do PCR (b): Protocolo), Moscovo, IMEL, 1933, p. 188. (Referido daqui em diante como Décimo Congresso do Partido).

⁹ Segundo Congresso Sindical, I. p. 127.

O ponto 5 da «Secção Económica» estipulava que «o aparelho organizativo da indústria socializada deve basear-se em primeiro lugar nos sindicatos... Os sindicatos que, com as leis da República Soviética e com a prática quotidiana, participam já nas tarefas locais e centrais da administração industrial, devem proceder, de facto, à concentração nas suas próprias mãos (meu sublinhado) de toda a administração, de toda a economia, como uma única unidade económica... A participação dos sindicatos na administração económica e a canalização das grandes massas para este trabalho constitui também o método orientador da luta contra a burocratização do aparelho económico».¹⁰

Este famoso parágrafo levantaria acaloradas controvérsias nos anos seguintes. Os «conservadores» do Partido acharam que ele ia longe de mais. Ryazanov preveniu o Congresso de que «não evitaremos a burocratização até que todos os sindicatos usufruam de todos os direitos na administração da produção».¹¹ Por outro lado, todos os bolcheviques que tinham votado pela incorporação dos Comitês de Fábrica na estrutura sindical (e que viram tarde de mais o seu erro) agarraram-se a essa cláusula como ao último bastião, procurando defendê-la contra todas as usurpações da burocracia do Partido. Deutscher¹² descreve o famoso «Ponto 5» como um «descuido sindicalista cometido pela chefia do Partido bolchevique num agradecimento sincero aos sindicatos pelo seu trabalho durante a Guerra Civil». Ele descreve como Lenine e os outros chefes bolcheviques «se veriam em breve obrigados a dar grande número de explicações para invalidar essa promissória resolu-

¹⁰ *Vosmoi s'yzed RKP (b): Protokoly* (Oitavo Congresso do PCR (b): Protocolo). Moscovo IMEL, 1933, Resoluções, I. p. 422. (Referido daqui em diante como Oitavo Congresso do Partido).

¹¹ *Ibid.*, p. 72.

¹² I. Deutscher, *ob. cit.*, p. 29.

ção com que o Partido tão solenemente e tão autoritariamente tinha presenteado os sindicatos». A interpretação é discutível. Lenine não tinha o hábito de ter «descuidos» (sindicalistas ou outros) ou de ser influenciado por considerações como a «gratidão». É mais provável que as relações de força no Congresso, ele próprio um pálido reflexo das atitudes da classe operária fora do Partido, tivessem compelido a chefia bolchevique a fazer uma retirada verbal. De qualquer maneira, a cláusula foi torneada por outras que em parte a invalidavam.

O programa proclamava que «o método socialista de produção só podia ser assegurado com base na disciplina e camaradagem operária». Assegurava aos sindicatos «o papel primordial na criação dessa nova disciplina socialista». «O ponto 8» incitava os sindicatos a convencer os operários da necessidade de trabalhar e de aprender com os técnicos burgueses; e de ultrapassarem a sua desconfiança «ultra-radical» em relação aos últimos... Os operários não podiam construir o socialismo sem um período de aprendizagem com a intelligentsia burguesa ... O pagamento de altos salários e de prémios aos especialistas burgueses foi portanto sancionado. Era o preço que o novo Estado proletário tinha de pagar aos técnicos e cientistas burgueses pelos serviços que não podia dispensar». ¹³

Não podemos envolver-nos aqui numa discussão ampla acerca do papel dos «especialistas» após a revolução. O problema não é exclusivamente russo, embora das condições específicas do desenvolvimento russo resultasse um divórcio particularmente marcado entre técnicos e operários industriais. Certamente que os Conselhos Operários necessitarão de conhecimentos especializados de natureza técnica;

¹³ Ibid., p. 31.

o que já não é tão evidente é que aqueles que possuem actualmente esses conhecimentos tenham todos que encontrar-se no terreno da burguesia; e, além disso, não se vê por que razão esse saber, em si mesmo, daria a quem quer que seja o direito de impor decisões ou de gozar de benefícios materiais.

Estes problemas foram exaustivamente discutidos em algumas publicações; mas quase sempre em termos ou de um tosco oportunismo ou de «princípios básicos» imutáveis. As suas implicações teóricas só recentemente foram exploradas. Para Limon¹⁴, a administração é em parte uma questão técnica. Mas as circunstâncias históricas nas quais a classe operária será compelida a empreendê-la fará com que aquela se lhes depare como uma tarefa eminentemente política e social. Ao nível quotidiano, no plano imediato e no plano humano os operários, na altura da revolução socialista, quase que inevitavelmente verão os técnicos e os especialistas não como seres humanos (que sucede terem também conhecimentos tecnológicos) mas exclusivamente como agentes da exploração do homem pelo homem.

O mundo capitalista é um mundo feiticista onde as relações **entre as pessoas** tendem a dissimular-se por detrás das relações entre as coisas. Mas no preciso momento em que as massas se revoltam contra esse estado de coisas, elas furam essa cortina de fumo. Descortinam para além do tabu das «coisas» e lançam-se num corpo a corpo contra as **pessoas** que até aí tinham «respeitado» em nome do santo feitiço conhecido como **propriedade privada**. Desde esse momento, o especialista, o administrador ou o capitalista, qualquer que seja a sua relação pessoal ou técnica para com a empresa, aparece aos operários como a **incarnação da exploração**, como o inimigo, como aquele

¹⁴ D. L. Limon, ob. cit., p. 79.

que devem fazer desaparecer das suas vidas. Pedir aos operários, **nessa altura**, para tomarem uma atitude mais «ponderada», para reconhecerem nos velhos patrões os novos «directores técnicos», os «especialistas indispensáveis», é o mesmo que pedir aos operários, no preciso momento em que se estão a consciencializar do seu papel histórico e do seu poder social, no preciso momento em que finalmente confiam em si próprios afirmando a sua autonomia, que confessem a sua incompetência, a sua fraqueza, a sua insuficiência, e isto no assunto em que eles são mais sensíveis, aquele que acompanha diariamente as suas vidas desde a infância: o campo da produção.

A burocratização do próprio Partido provocou amargos comentários no Congresso. Osinsky declarou: «É necessário integrar no Comité Central operários numa escala alargada; é necessário introduzir no Comité Central uma quantidade suficiente de operários para o proletarizar». ¹⁵ [Lenine chegaria à mesma conclusão... em 1923, pouco antes da célebre «promoção» dita «de Lenine»!] Osinsky propôs que o Comité Central fosse alargado de 15 para 21 membros. Contudo era extremamente ingénuo esperar que essa introdução de proletários nos altos escalões da máquina administrativa pudesse, de certa maneira, compensar o facto da classe operária ter, por essa altura, perdido quase completamente o poder que tivera, por pouco tempo, no momento da produção.

O declínio dos Sovietes também foi discutido no Congresso. Os Sovietes deixaram de desempenhar um papel activo na produção; e nos outros assuntos tinham um papel muito pequeno. Cada vez mais, as decisões eram tomadas pelos membros do Partido que se encontravam no «aparelho Soviético». Os Sovietes tornaram-se meros órgãos de ratificação (sim-

¹⁵ Osinsky, Oitavo Congresso do Partido, pp. 30, 168.

ples distribuidores de carimbos oficiais). As teses de Sapronov e de Osinsky (segundo as quais o Partido não devia procurar «impor a sua vontade aos Sovietes») foram completamente rejeitadas.

Os chefes do Partido fizeram pequenas concessões em todas essas questões. Mas o processo de apertar o controle, tanto no Partido como em toda a economia, continuou com ritmo inflexível. O Oitavo Congresso estabeleceu a Politburo, o Orgburo, e o Secretariado, que tecnicamente eram apenas sub-comités do Comité Central, mas que em breve assumiriam um tremendo poder. A concentração da autoridade decisória deu um passo em frente. «A disciplina do Partido» foi reforçada. O Congresso promulgou uma lei segundo a qual cada decisão devia ser, acima de tudo, cumprida. Só depois de ser cumprida é que era permitido apelar para os correspondentes órgãos do Partido. ⁹ «...Tudo o que respeita à deslocação dos camaradas que fazem trabalho de Partido está nas mãos do Comité Central. As suas decisões são obrigatórias para todos». ¹⁰ A era das nomeações políticas, como processo de silenciar as críticas embaraçosas, tinha começado em força.

ABRIL

Auge da ofensiva de Kolchak nos Urais.

JUNHO

Sai o decreto que introduz «livretes de trabalho» para os operários de Moscovo e de Petrogrado.

⁹ Quase cinquenta anos depois, encontra-se um eco patético nas «Perspectivas for I.S.» (Perspectivas de I.S.), apresentadas em Setembro de 1968 pelo Comité Político do Internacional Socialism (Socialismo Internacional). O ponto 4 diz: «As secções devem aceitar as directivas do Centro, e não ser que discordem profundamente delas. Nesse caso deverão tentar submeter-se a elas, pedindo ao mesmo tempo um debate público sobre o assunto».

¹⁰ Oitavo Congresso do Partido, Resoluções, I, p. 444.

OUTUBRO

Auge da ofensiva de Denikin no sul da Rússia. Yudenich dirige-se a Petrogrado.

2-4 DE DEZEMBRO

Oitava Conferência do Partido

A Oitava Conferência do Partido planeou um estatuto que definia rigidamente os direitos e deveres das células do Partido (fraktsya ou fracções) e elaborou um esquema feito de tal modo que deu ao Partido um papel de chefia em todas as organizações. «Um sindicalista comunista devia ser em primeiro lugar comunista e só depois sindicalista, e pelo seu comportamento disciplinado facultaria ao Partido a direcção dos sindicatos». ¹⁷ Com a degenerescência do Partido essa «chefia» viria a ter um papel cada vez mais pernicioso.

5-9 DE DEZEMBRO

Sétimo Congresso Pan-Russo dos Sovietes. (Houve dois desses Congressos em 1917 e quatro em 1918). Aprova-se uma resolução que favorece a administração colectiva da indústria. ¹⁸ No Congresso, Saprónov atacou os impopulares «glavki», argumentando que eles representavam uma tentativa de substituir «a organização dos Sovietes pela organização em departamentos, o sistema democrático pelo sistema burocrático». Outro interveniente declarou que se se per-

¹⁷ I. Deutscher, ob. cit., p. 33.

¹⁸ Preobrazhensky, *Devyat s'ezd RKP (b): Protokoly* (Nono Congresso do PCR (b): Protocolo), Moscovo, IMEL, 1934, p. 72. (Referido daqui em diante como Nono Congresso do Partido).

guntasse ao povo «o que se deveria destruir após a destruição de Denikin e de Kolchak, 90% diriam: os glavki e os centros». ¹⁹

16 DE DEZEMBRO

Trotsky apresenta ao Comité Central do Partido as suas «**Teses sobre a transição da guerra para a paz**» (focando principalmente a questão da «**militarização do trabalho**»), pensando que a discussão não sairia do âmbito do Comité. ²⁰ As decisões mais importantes, que afectavam as condições materiais da vida de milhões de trabalhadores russos, tinham de ser discutidas e decididas primeiramente à porta fechada, pelos chefes do Partido. No dia seguinte, a *Pravda*, sob a responsabilidade de Bukharin, publicou as teses de Trotsky «por engano» (na realidade como parte de uma campanha para desacreditar Trotsky). Para os mais perspicazes, o episódio foi altamente sintomático das tensões existentes na altura no interior do Partido.

Nessa altura, Lenine apoiou entusiasticamente as propostas de Trotsky. (Mais tarde toda uma mitologia foi construída pelos trotsquistas e outros segundo o qual «Trotsky talvez se tivesse enganado na militarização do trabalho» mas que Lenine sempre se opôs a isso. Isso é mentira, pois Lenine só se opôs a Trotsky nessa questão doze meses mais tarde, no fim de 1920, como mostraremos adiante).

As propostas de Trotsky desencadearam «uma avalanche de protestos». ²¹ Foi vaiado nas Conferências dos membros do Partido, de administradores e de sindicalistas.

¹⁹ E. H. Carr, ob. cit., p. 184.

²⁰ I. Deutscher, «The Prophet Armed» [O Profeta Armado], p. 487.

²¹ Ibid., p. 492.

Nesta altura talvez venha a propósito um comentário acerca da atitude dos revolucionários para com «as medidas drásticas» necessárias à salvação da Revolução. Através da história, as massas estiveram sempre preparadas para fazer enormes sacrifícios quando sentiam que estava em jogo qualquer coisa de fundamental. O verdadeiro problema não é, contudo, discutir se esta ou aquela medida foi ou não «demasiado drástica». O problema é o de saber de quem proveio a decisão. Foi tomada por instituições controladas pela base ou foi tomada por algum organismo auto-nomeado e que se auto-perpetua divorciado das massas? Os membros do Partido opostos às medidas propostas nessa altura viram-se numa contradição insólita. Denunciaram a política dos chefes do Partido sem realmente entenderem até que ponto as suas concepções organizativas tinham contribuído para o que estava a acontecer à Revolução. Só alguns membros da Oposição Operária de 1921 (até certo ponto) e o Grupo de Operários de Myasnikov de 1922 (em maior grau) começaram a aperceber-se da nova realidade.

27 DE DEZEMBRO

Com a aprovação de Lenine, o governo instituiu a Comissão da Obrigatoriedade do Trabalho, com Trotsky (ainda Comissário da Guerra) como seu presidente.

1920

JANEIRO

Colapso dos Brancos na Sibéria. Bloqueio levantado pela Grã-Bretanha, França e Itália.

É publicado um decreto pelo Sovnarkom estabelecendo os regulamentos gerais da prestação universal de trabalho «para abastecer a indústria, a agricultura, os transportes e outros ramos da economia nacional com a força de trabalho na base de um plano económico geral». Qualquer pessoa podia ser recrutada para uma única tarefa ou periodicamente para várias formas de trabalho (agricultura, construção, abertura de estradas, alimentação, abastecimento petrolífero, limpeza de neve nas estradas e «medidas de reparação dos estragos aquando de calamidades públicas»). Num espantoso aparte o documento afirmava que havia mesmo motivos para lamentar «a destruição do velho aparelho policial que tinha sabido registar os cidadãos não somente nas cidades mas também no campo». ¹

¹ *Sobraniye Uzakonenii*, 1920, N.º 8, Art. 49. E também *Treti vserosiiski s'yezd professionalnykh soyuzov* [Terceiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos], 1920, I, Reuniões Plenárias, pp. 50-51. (Referido daqui em diante como Terceiro Congresso Sindical).

12 DE JANEIRO

Reunião do Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos.

Nas reuniões da fracção bolchevique, Lenine, e Trotsky pediram **ambos** com insistência a aceitação da militarização do trabalho. Somente 2 dos 60 ou mais dirigentes sindicais bolcheviques os apoiaram. «Até então, nunca Trotsky ou Lenine tinham defrontado tão forte oposição». ²

10 A 21 DE JANEIRO

Terceiro Congresso dos Conselhos Económicos.

Num discurso ao Congresso, Lenine declara: «O princípio colegial (gestão colectiva)... representa algo de rudimentar, válido num primeiro estágio quando é necessário construir desde o princípio... A transição para o trabalho prático está ligada à autridade individual. Este é o sistema que melhor do que qualquer outro assegura a utilização óptima dos recursos humanos». ³

A despeito desta exortação, a oposição aos pontos de vista de Lenine e Trotsky foi ganhando gradualmente terreno. O Congresso adoptou uma resolução a favor da gestão colectiva da produção.

FEVEREIRO

Conferências regionais do Partido em Moscovo e Kharkov pronunciaram-se contra a «gestão de um só indivíduo». O mesmo fez a facção bolchevique do

² Ibid., p. 493.

³ V. I. Lenin, Discurso no Terceiro Congresso dos Conselhos Económicos, *Sochineniya*, XXV, p. 17.

Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos nas suas reuniões de Janeiro e Março. ⁴ Tomsy, dirigente sindicalista muito conhecido e membro do CCPRS, apresentou as suas «Teses» («Sobre as Tarefas dos Sindicatos») que foram aceites apesar da sua crítica implícita aos pontos de vista de Lenine e Trotsky. As teses de Tomsy anunciavam que «o princípio fundamental que rege o trabalho dos vários corpos executivos e administrativos deve continuar a ser a gestão colectiva. Tal princípio deve ser aplicado desde o Presidium do Vesenka até à gerência das fábricas. Só a gestão colectiva pode garantir por intermédio dos sindicatos a participação da imensa massa trabalhadora dos que não são membros do Partido». Contudo, a gestão colectiva ainda era vista como um expediente e não um princípio básico. «Os sindicatos», dizia Tomsy, «são as organizações mais competentes e interessadas na restauração da produção nacional e no seu correcto funcionamento». ⁵

A aprovação das teses de Tomsy por uma substancial maioria marca o cume da oposição, dentro do Partido, aos pontos de vista de Lenine. No entanto, era pouco provável que as resoluções solucionassem as divergências. Ambos os lados perceberam isso. Uma ameaça mais séria à liderança do Partido proveio dos esforços de alguns dissidentes do Partido na indústria para estabelecerem um centro independente do controle das organizações do Partido nos sindicatos. Criaram-se atritos entre o Partido e as autoridades sindicais a propósito da designação de membros do Partido para trabalho sindical. A fracção do Partido no Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos, dominada por «esquerdistas», reivindicou a autoridade directa sobre os membros do Partido nos vários sindicatos industriais. Pouco antes do Novo Congresso

⁵ Tomsy, Nono Congresso do Partido «Zadachi prosyuzova» (As Tarefas dos Sindicatos). Apêndice 13, p. 534.

⁴ E. H. Carr, ob. cit., II, p. 193.

a fracção do Partido no CCPR aprovou uma resolução que confirmaria esta reivindicação, fazendo com que todas as fracções do Partido nos sindicatos ficassem directamente subordinadas à fracção do Partido no CCPRS em vez de o estarem às organizações geográficas do Partido. Isto criaria literalmente um Partido dentro do Partido, um corpo semi-autónomo englobando uma porção substancial dos membros do Partido... A simples existência de tal sub-partido interior seria contrária aos princípios centralistas, para não falar da possibilidade do seu domínio pelos adversários esquerdistas da liderança de Lenine... Era inevitável que a reivindicação sindical de autonomia dentro do Partido fosse rejeitada e quando tal resolução foi apresentada ao Orgburo foi precisamente isso que sucedeu». ⁶

Todo o episódio teve repercussões interessantes. Confrontados com o conflito entre democracia e centralismo, os «centralistas democráticos» provaram que neste campo, como em tantos outros, as considerações centralistas eram dominantes. Propuseram uma resolução aprovada pela organização moscovita do Partido, com vista a que «a obediência ao Partido tivesse em todos os casos precedência sobre a obediência ao sindicato». ⁷ Por outro lado, a Repartição do Sul do CCPR aprovou uma resolução sobre a autonomia dos sindicalistas do Partido semelhante à proposta pelo CCPR, e fê-la aprovar na **Quarta Conferência Ucraiana do Partido**.

MARÇO

O Segundo Congresso Pan-Russo dos Trabalhadores da Indústria Alimentar (sob a influência sindicalista) reuniu-se em Moscovo.

⁶ R. V. Daniels, ob. cit., p. 126.

⁷ Nono Congresso do Partido, Teses do Comité Provincial de Moscovo do PCR, Apêndice 15 p. 542.

Censura o regime bolchevique por ter instaurado um «domínio ilimitado e incontrolável sobre o proletariado e o campesinato, um medonho centralismo levado ao absurdo... destruindo no país tudo o que é vivo, espontâneo e livre». «A chamada ditadura do proletariado é na verdade uma ditadura sobre o proletariado exercida pelo Partido e até mesmo por alguns indivíduos».⁸

29 DE MARÇO A 4 DE ABRIL

Nono Congresso do Partido.

A Guerra Civil está quase ganha. O povo anseia por saborear, enfim, os frutos da sua revolução. Mas o Congresso decretou a continuação e extensão de alguns métodos do comunismo de guerra ao período de paz (recrutamento da força de trabalho, prestação obrigatória de trabalho, racionamento severo dos bens de consumo, pagamento dos salários em espécie, requisição da produção agrícola dos camponeses, em vez dos impostos). Os pontos mais controversos eram «a militarização do trabalho» e a «gestão de um só indivíduo» na indústria. Podem considerar-se as propostas apresentadas ao Congresso como representativas das opiniões de Lenine e de Trotsky relativas ao período da reconstrução industrial.

As opiniões de Trotsky sobre a questão da direcção do trabalho eram fortemente influenciadas pela sua experiência como Comissário da Guerra. Tinham-se usado, em larga escala, na silvicultura e outros trabalhos, batalhões que aguardavam a desmobilização. Segundo Deutscher «mediava apenas um passo entre o emprego das forças armadas como batalhões de trabalho e a organização do trabalho civil em unidades

⁸ Vmesto programmy: rezolyutsii I i II vserossiiskikh konferentsii anarkho-sindikelistov (Berlim, 1922), p. 28.

militares». ⁹ «Não se pode deixar a classe trabalhadora a vagabundar através da Rússia», anunciou Trotsky no Congresso. «Devem ser colocados aqui e ali, ordenados, comandados, exactamente como soldados». «O trabalho obrigatório atingirá o seu zénite durante a transição do capitalismo para o socialismo». «Os desertores do trabalho devem ser reunidos em batalhões punitivos ou postos em campos de concentração». Advogava ainda «prémios incentivos para os trabalhadores eficientes», «emulação socialista» e falava da «necessidade de adoptar a essência progressiva do Taylorismo». ¹⁰

Quanto à gestão industrial, as principais preocupações de Lenine e de Trotsky eram as da «eficiência económica». Tal como a burguesia (antes e depois deles), identificavam «eficiência» com gestão individual. Compreenderam no entanto que os operários dificilmente enguliriam esta pastilha. Teriam que proceder cuidadosamente.

A «gestão de um só indivíduo», proclamava delicadamente a moção oficial, «não infringe ou limita em qualquer grau os direitos da classe trabalhadora ou os 'direitos' dos sindicatos, porque a classe pode exercer o seu domínio de uma forma ou de outra, conforme as conveniências técnicas. É a classe dominante como um todo (novamente identificada com o Partido — MB) que, em todos os casos, 'nomeia' as pessoas para os cargos de gestão e administração». Os seus cuidados eram justificados. Os trabalhadores não se tinham esquecido de que o Primeiro Congresso dos Sindicatos (Janeiro de 1919) tinha aprovado uma resolução que proclamava que «é tarefa do controle operário pôr termo à autocracia no terreno econó-

⁹ I. Deutscher, *Soviet Trade Unions*, (Sindicatos Soviéticos), p. 36.

¹⁰ L. Trotsky, *Sochineniya*, vol. XV, p. 126.

mico, tal como o tinha feito no campo político». ¹² Foram delineados em breve vários modelos de gestão industrial. ¹³ Ao esboçarem-nos, é pouco provável que quer Lenine quer Trotsky se tivessem embaraçado com quaisquer considerações doutrinárias, como as de Kritzman, o teórico do comunismo de «esquerda», que tinha definido a gestão colectiva como «a marca distintiva e específica do proletariado... distinguindo-o de todas as outras classes sociais... o mais democrático princípio de organização». ¹⁴ Na medida em que tinha uma opinião de princípio sobre o assunto, Trotsky apressou-se a declarar que a gestão colectiva era «uma ideia menchevique». No Nono Congresso, Lenine e Trotsky foram veementemente atacados pelos centralistas Democráticos (Osinsky, Sapronov, Preobrazhensky). Smirnov, manifestamente à frente do seu tempo, perguntou por que razão sendo a gestão de um só indivíduo uma ideia tão boa, a não praticavam no Sovnarkom (Conselho dos Comissários do Povo). Lutovinov, o chefe dos metalúrgicos, que iria desempenhar um papel importante no desenvolvimento da Oposição Operária no fim desse ano, acrescentou que «a cabeça responsável por cada ramo da indústria só podia ser o sindicato da produção. E da indústria como um todo só pode ser o Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos; não pode ser doutra maneira». ¹⁵ Chlyapnikov pediu explicitamente uma «separação de poderes» entre o Partido, soviets e sindicatos. ¹⁶ Falando pelos Centralistas Democráticos, Osinsky apoiou a ideia de Chlyapnikov. Observou que se assistia a um «choque de várias culturas» (a cultura «soviético-militar», a cultura «soviético-civil» e o «movimento sindical que

¹¹ Nono Congresso do Partido, p. 128.

¹² Primeiro Congresso Sindical, pp. 269-272.

¹³ I. Deutscher, ob. cit., p. 35.

¹⁴ L. Kritzman *Geroicheski period russkoi revolyutsii* (O Período Heróico da Revolução Russa), Moscovo e Leninegrado, 1926, p. 83.

¹⁵ Nono Congresso do Partido, pp. 254-255.

¹⁶ *Ibid.*, p. 564, m. 32.

criou a sua própria esfera de cultura»). Era portanto incorrecto aplicar a todas as culturas alguns métodos particulares (como a militarização) que eram correctos apenas para uma delas.¹⁷ Eis um caso flagrante de como se pode cair na armadilha armada por si mesmo.

No que se refere à «gestão de um só indivíduo», os Centralistas Democráticos também tinham uma posição que não ia ao âmago da questão. Uma resolução que tinham votado na anterior Conferência Provincial de Moscovo do Partido minimizava o assunto. «A questão do sistema colegial (gestão colectiva) e autoridade individual não é uma questão de princípio, mas sim prática. Deve ser decidida em cada caso particular conforme as circunstâncias».¹⁸ Embora reconhecendo correctamente que a gestão colectiva não tinha por si só virtudes implícitas, não foram capazes de reconhecer que o problema real era o da relação entre a gestão (colectiva ou individual) e os que eram geridos. O problema real era **de quem** retiravam a sua autoridade «o gerente» ou «os gerentes».

Lenine estava decidido a não fazer quaisquer concessões no que se referia à autonomia dos sindicatos: «o Partido Comunista Russo não pode concordar, em caso algum, que apenas a direcção política pertença ao Partido, enquanto a direcção económica pertenceria aos sindicatos».¹⁹ Krestinsky denunciou as ideias de Lutovinov como um «anarco-sindicalismo de contrabando»²⁰. Por instigação de Lenine, o Congresso pediu aos sindicatos que «explicassem às grandes massas trabalhadoras que a reconstrução industrial só pode ser levada a cabo reduzindo ao mínimo a admi-

¹⁷ Ibid., pp. 123-124.

¹⁸ Ibid., p. 571, M. 75.

¹⁹ Ibid., «As organizações do PCR (b) sobre a questão da agenda do Congresso do Partido». Apêndice 2, p. 474.

²⁰ Pravda, 12 de Março de 1920.

nistração colectiva e introduzindo a gestão individual em unidades directamente envolvidas na produção». ²¹

A gestão individual seria aplicada a todas as instituições desde os Trusts Estatais até às fábricas individuais». O princípio electivo deve ser, agora, substituído pelo princípio selectivo». ²² A gestão colectiva era «utópica», «impraticável» e «prejudicial». ²³ O Congresso apelou também para uma luta «contra os preconceitos ignorantes de elementos demagógicos... que pensam que a classe trabalhadora pode resolver os seus problemas sem recorrer a especialistas burgueses nos postos de maior responsabilidade». «Não pode haver lugar nas fileiras do Partido do socialismo científico para tais elementos demagógicos que jogam com esse tipo de preconceito das camadas retrógradas dos trabalhadores». ²⁴

O Nono Congresso decidiu explicitamente que «nenhum grupo de sindicatos poderia intervir directamente na gestão industrial» e que «os Comitês de Fábrica devem devotar-se a problemas de disciplina do trabalho, de propaganda e de educação dos trabalhadores». ²⁵

Para evitar qualquer reincidência de tendências «independentes» entre os dirigentes dos sindicatos, os conhecidos «proletários» Bukharin e Radek foram deslo-

²¹ Nono Congresso do Partido. *Povoprosu o professionalnykh soyuzokh i ikh organizatsii* (Sobre a questão dos sindicatos e sua organização), Resoluções, I, p. 493.

²² *Ibid.*, «Os Sindicatos e as suas Tarefas» (teses de Lenine, Apêndice 12, p. 532).

²³ *Ibid.*, pp. 26,28.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ No Undécimo Congresso, em 1922, Lenine afirma: «É absolutamente indispensável que toda a autoridade nas fábricas se concentre nas mãos dos gerentes... Nestas condições qualquer intervenção directa dos sindicatos na gestão das empresas será considerada como decididamente prejudicial e não será permitida», (Resoluções, I, pp. 607, 610-612).

cados para o Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos como representantes da chefia do Partido com a missão de vigiar a actuação do CCPR.²⁶

Tudo isso, evidentemente, estava em flagrante contradição com o espírito das decisões tomadas um ano antes, no Oitavo Congresso do Partido, e em particular com o famoso Ponto 5 da Secção Económica do Programa do Partido de 1919. Isso ilustra, bastante bem, quanto a classe trabalhadora se tornou vulnerável, uma vez forçada a abandonar o seu poder real, o poder que detinha na produção, em troca de um substituto duvidoso: o poder político representado pelo poder do «seu» Partido. A política advogada por Lenine devia ser rigorosamente seguida. No fim de 1920, das 2051 empresas importantes e de que se dispunham dados, 1783 já estavam sob «gestão de um só indivíduo».²⁷

No Nono Congresso do Partido também se efectuaram mudanças relativas ao regime interno do Partido. O Congresso tinha aberto com uma tempestade de protestos relativos a este assunto. Os Comitês Locais do Partido (em princípio, democráticos na forma) tornaram-se subservientes para com os «departamentos políticos» locais, burocraticamente constituídos. «Com a instituição de tais corpos, toda a actividade política na oficina, indústria, organização ou localidade sob a sua jurisdição, ficou sob rígido controle de cima... Esta inovação... copiada do exército... foi concebida para transmitir propaganda à base e não para levar as opiniões da base ao topo».²⁸ Faziam-se frequentes concessões verbais, entre repetidos apelos à unidade. Tanto no Congresso como mais tarde, ainda esse ano, «os dissidentes cometeram o erro de concentrarem os seus esforços em tentativas de reorga-

²⁶ V. I. Lenine, Nono Congresso do Partido, p. 96.

²⁷ L. Kritzman, ob. cit., p. 83.

²⁸ R. V. Daniels, ob. cit., p. 114.

nização das instituições políticas de cúpula, para remodelar as formas de controle político ou para introduzir sangue novo entre os dirigentes, deixando, entretanto, as verdadeiras fontes do poder quase intactas... A organização, como ingenuamente acreditavam, era a arma mais eficaz contra a burocracia».²⁹

Finalmente, o Nono Congresso deu ao Orgburo (constituído um ano antes e composto por 5 membros do Comité Central) o direito de transferir e nomear membros do Partido sem consultar o Politburo. Como já tinha acontecido, e viria a acontecer várias vezes, as mudanças retrógradas na política industrial andavam a par-e-passo com as mudanças retrógradas na estrutura interna do Partido.

ABRIL

Trotsky foi colocado à cabeça do Commissariado dos Transportes mantendo porém o seu posto na Defesa «O Politburo prometeu apoiá-lo em qualquer acção por ele empreendida, por mais severa que fosse».³⁰

Aqueles que acaalentam o mito de uma pretensa oposição leninista aos métodos de Trotsky nesta altura, tomem nota.

6 A 15 DE ABRIL

Terceiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos.

Trotsky declarou que «a militarização do trabalho... é o método básico indispensável à organização da força de trabalho (...) Será verdade que o trabalho obrigatório é sempre improdutivo?... Esse é o pre-

²⁹ Ibid., pp. 115, 117.

³⁰ I. Deutscher, *The Prophet Armed*, p. 498.

conceito liberal mais vil e miserável: a escravatura também foi produtiva»... «o trabalho... obrigatório para todo o país, compulsivo para todos os trabalhadores, é a base do socialismo». «Quanto à remuneração... não deve ser considerada sob o ponto de vista de assegurar a existência pessoal do trabalhador individual» mas deve «medir o grau de consciência e eficiência no trabalho de cada trabalhador». ³¹ Trotsky acentuou que a coerção, regimentação e militarização do trabalho não eram simples medidas de emergência. O Estado dos trabalhadores tinha o direito, numa situação normal, de coagir qualquer cidadão a fazer qualquer trabalho e em qualquer altura. ³² A filosofia do trabalho do Trotsky foi uma previsão, no verdadeiro sentido da palavra, da política do trabalho praticada por Staline nos anos trinta.

Neste Congresso, Lenine gabou-se publicamente de ter apoiado a gestão de um só indivíduo desde o início. Declarou que em 1918 tinha «assinalado a necessidade de reconhecer a autoridade ditatorial de um indivíduo com o fim de realizar a ideia soviética» ³³ e que nessa altura «não havia disputas à volta desse assunto (da gestão de um só indivíduo)». Esta última afirmação é declaradamente falsa, mesmo se nos restringirmos aos membros do Partido. Para o provar temos os números do *Kommunist*.

JUNHO A JULHO

Tinha havido muito pouca mudança, se é que houve alguma, na dura realidade da vida da classe operária

³¹ *Treti vserossiiski s'yezd professionalnykh soyuzov: stenograficheski otchet* (Terceiro Congresso Pan-Russo dos Sindicatos: relato estenográfico), Moscovo, 1920, pp. 87-97. [Referido daqui em diante como Terceiro Congresso Sindical].

³² I. Deutscher, *ob. cit.*, pp. 500-507.

³³ *Trade Unions in Soviet Russia* (Os Sindicatos na Rússia Soviética) (Labour Research Department and ILP Information Committee), Novembro, 1920, British Museum (Press Mark: 0824-bb-41).

rusa, até meados de 1920. Os anos de guerra, guerra civil e guerras de intervenção, conjugados com a devastação, sabotagem, seca, fome e o nível inicial muito baixo das forças produtivas, tornaram as melhorias materiais difíceis. Mas agora o próprio horizonte se turvava. Na Rússia «Soviética» de 1920 os trabalhadores industriais estavam «de novo sujeitos à autoridade dos gerentes, à disciplina no trabalho, aos incentivos monetários, à gestão «científica», a todas as formas habituais de organização industrial capitalista com os mesmos gerentes burgueses, só que agora as empresas eram propriedade do Estado». ³⁴

Um professor «branco» que chegou a Omsk no Outono de 1919 vindo de Moscovo relata que «à cabeça de muitos dos centros e *glavki* estavam antigos patrões, oficiais responsáveis e homens de negócio. Quem, desprevenidamente, visitasse os centros e estivesse familiarizado com o antigo mundo comercial e industrial, surpreender-se-ia por ver os antigos proprietários de importantes fábricas de curtumes nos *Glavkoz*, grandes empresários na Central das organizações têxteis, etc». ³⁵

Nestas circunstâncias, não é de surpreender que a unidade fictícia conseguida no Nono Congresso não durasse senão uns meses. Ao longo do Verão e do Outono, as diferenças de opinião em assuntos como a burocracia no seio do Partido, as relações dos sindicatos com o Estado e mesmo a natureza de classe do próprio Estado, radicalizaram-se. Apareceram grupos de Oposição a quase todos os níveis. No fim deste ano (depois da conclusão da guerra Russo-Polaca) o descontentamento reprimido veio ao de cima. A autoridade de Lenine foi posta em causa em grau nunca atingido desde o movimento dos comunistas de «esquerda» dos princípios de 1918.

³⁴ R. V. Daniels, *ob. cit.*, p. 107.

³⁵ G. K. Gins *Sibir, Soyuzniki, Kolchak*, Pequim, 1921, ii, p. 429.

Publicação do clássico de Trotsky «Terrorismo e Comunismo» (imediatamente antes do Segundo Congresso da Internacional Comunista). Essa obra apresenta o ponto de vista de Trotsky acerca da organização «socialista» do trabalho na sua forma mais acabada, mais lúcida e menos ambígua. «A organização do trabalho é na sua essência a organização da nova sociedade: todas as formas históricas de sociedade são fundamentalmente formas de organização do trabalho». ³⁶ «A criação da sociedade socialista significa a organização dos trabalhadores em bases novas, a sua adaptação a essas bases e a reeducação do seu trabalho, sempre com o fim de aumentar a produtividade do trabalho». ³⁷ O «Salário tanto em dinheiro como em espécie deve estar intimamente ligado à produtividade do trabalho individual. Sob o capitalismo, o sistema de trabalho à peça e por empreitada, a aplicação do sistema de Taylor, etc., têm como objectivo aumentar a exploração dos trabalhadores extorquindo-lhes mais-valia. Sob a produção socialista, o trabalho à peça, os prémios, etc., têm como fim o aumento de volume do produto social... os trabalhadores que mais fizerem pelo interesse geral têm o direito de receber maior quantidade do produto social que os preguiçosos, descuidados e desorganizadores». ³⁸ «O próprio princípio do trabalho obrigatório é para os comunistas uma questão indiscutível... a única solução para as dificuldades económicas, correcta sob o ponto de vista dos princípios e da prática, é tratar a população de todo o país como o reservatório da necessária força de trabalho, um reservatório quase inesgotável, e introduzir uma ordem severa no trabalho,

³⁶ L. Trotsky, «Terrorism and Communism» (Terrorismo e Comunismo), edição de Ann Arbor, p. 133.

³⁷ Ibid., p. 146.

³⁸ Ibid., p. 149.

no seu registo, mobilização e utilização». ³⁹ «A introdução da prestação de trabalho obrigatório é inimaginável sem a aplicação, em maior ou menor grau, dos métodos da militarização do trabalho». ⁴⁰ «Os sindicatos devem disciplinar os trabalhadores e ensiná-los a colocar os interesses da produção acima das suas necessidades e reivindicações». «O jovem Estado dos Trabalhadores necessita de sindicatos, não para lutar por melhores condições de trabalho, essa é a tarefa do conjunto das organizações sociais e estatais, mas para organizar a classe operária com o fim de produzir». ⁴¹ «Seria um erro crasso confundir a questão da supremacia do proletariado com a questão dos conselhos de operários na chefia das fábricas. A ditadura do proletariado é expressa pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, pela supremacia sobre todo o mecanismo soviético da vontade colectiva dos trabalhadores (um eufemismo para Partido — M. B.) e de forma alguma pela administração de empresas económicas individuais». ⁴² «Considero que se a guerra civil não tivesse eliminado os mais fortes, mais independentes, mais activos dos nossos órgãos económicos, teríamos trilhado o caminho da gestão de um só indivíduo na esfera da administração económica muito mais cedo e de uma maneira muito menos penosa». ⁴³

AGOSTO

Devido à guerra civil (e a outros factores raramente mencionados, tais como a atitude dos ferroviários para

³⁹ Ibid., p. 135.

⁴⁰ Ibid., p. 137.

⁴¹ Ibid., p. 143.

⁴² Ibid., p. 162.

⁴³ Ibid., pp. 162-163.

com o «novo» regime), os caminhos de ferro russos tinham praticamente deixado de funcionar. Concederam-se a Trotsky, Comissário dos Transportes, vastos poderes de emergência para experimentar as suas teorias sobre «militarização do trabalho». Começou por colocar os maquinistas e pessoal das reparações sob a lei marcial. Quando o sindicato dos ferroviários protestou, ele demitiu pura e simplesmente os seus dirigentes e, com o apoio completo e total e a aprovação da chefia do Partido, «nomeou outros, dispostos a sujeitarem-se. Repetiu o processo noutros sindicatos de trabalhadores dos transportes». ⁴⁴

PRINCÍPIOS DE SETEMBRO

Constituição do Tsektran (Órgão Administrativo Central dos Caminhos de Ferro). Criação típica de Trotsky, foi conseguida pela fusão forçada do Comissariado dos Transportes, dos sindicatos dos Caminhos de Ferro e dos órgãos do Partido («departamentos políticos») com eles relacionados. A totalidade dos transportes ferroviários e sistema de transportes fluviais ficaram sob a autoridade do Tsektran. Trotsky foi nomeado seu chefe. Dirigiu o Tsektran segundo moldes estritamente militares e burocráticos. «O Politburo apoiou-o incondicionalmente, tal como tinha prometido». ⁴⁵ Os Caminhos de Ferro voltaram a funcionar. Mas o que isso custou à imagem do Partido foi incalculável. Aqueles que se espantam por Trotsky ter sido incapaz, alguns anos mais tarde, de obter o apoio das massas russas para a sua luta no interior do aparelho contra a burocracia «estalinista», deveriam meditar nestes episódios.

⁴⁴ I. Deutscher, *The Prophet Armed*, pp. 501-502.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 502.

22 A 25 DE SETEMBRO

Nona Conferência do Partido.

Zinoviev apresentou o relatório oficial em nome do Comité Central. Sapronov apresentou um relatório em nome dos «Centralistas-Democráticos» que estavam bem representados. Lutovinov falou pela recém-formada Oposição Operária. Pugnou pela instituição imediata de todas as medidas da democracia proletária, pela rejeição total do sistema de nomeações pelo topo e sua substituição pela eleição nominal, e pela depuração dos elementos carreiristas, que se alistavam aos magotes no Partido. Também pediu que o Comité Central se abstinhasse de intervir constantemente e de modo excessivo na vida dos sindicatos e soviets.

Os dirigentes tiveram que recuar. Zinoviev escusou-se a responder às principais reclamações. Aprovou-se uma resolução que acentuava a necessidade de «igualdade completa no seio do Partido» e denunciava «a dominação dos membros da base por burocratas privilegiados». A resolução obrigara o Comité Central a utilizar o método das «recomendações» em vez das nomeações pelo topo e a abster-se de «transferências disciplinares por motivos políticos». ⁴⁶

Apesar destas concessões verbais, a chefia, por intermédio do seu porta-voz Zinoviev, conseguiu que a Conferência de Setembro aprovasse a constituição das Comissões de Controle Regional e Central. Estas tiveram um papel importante no acréscimo da burocratização do Partido, quando os indivíduos a quem inicialmente coube essa missão (Dzerzhinsky, Preobrazhensky e Muranov) foram substituídos pelos testas de ferro de Staline.

⁴⁶ Izvestiya do Comité Central, 12 de Outubro de 1920.

OUTUBRO

Assinatura do Tratado de Paz com a Polónia.

2 A 6 DE NOVEMBRO

Quinta Conferência Pan-Russa dos Sindicatos.

Trotsky declara que a duplicação de sindicatos e órgãos administrativos era responsável pela confusão reinante e que tinha de ser eliminada. Isso só podia ser realizado pela transformação dos sindicatos (professionalny) em uniões de produção (proizvodstvenny). Se os dirigentes sindicais se opusessem seriam «sacudidos» como o tinham sido os dirigentes do sindicato dos Caminhos de Ferro. Tinha sido pronunciada a «palavra chave» (Lenine)!

14 DE NOVEMBRO

O General Wrangel evacua a Crimeia. Fim da guerra civil.

NOVEMBRO

Conferência do Partido na Província de Moscovo.

Os grupos de oposição no seio do Partido crescem rapidamente. A recém-formada Oposição Operária, os Centralistas-Democráticos e o grupo de Ignatov (uma fracção local de Moscovo intimamente relacionada com a Oposição Operária com a qual se fundiria mais tarde) apresentaram 124 delegados a esta Conferência contra 154 favoráveis ao Comité Central. ⁴⁷

⁴⁷ Décimo Congresso do Partido, p. 829, nota 2.

8 A 9 DE NOVEMBRO

Reunião Plenária do Comité Central.

Trotsky submete ao Comité Central um «esboço preliminar de teses intitulado «Os sindicatos e o seu papel futuro», que seria publicado mais tarde, a 25 de Dezembro, ligeiramente alterado sob a forma de panfleto: «O papel e tarefa dos sindicatos». «É necessário começar a reorganizar imediatamente os sindicatos, i. e., a escolher o seu pessoal dirigente» (Tese 5). Embriagado com o seu êxito, Trotsky ameaça «sacudir» de novo vários sindicatos da maneira como tinha «sacudido os sindicatos dos transportes». ⁴⁸

O que era necessário era «substituir os agitadores irresponsáveis (sic!) por sindicalistas preocupados com a produção». ⁴⁹ As teses de Trotsky foram votadas e derrotadas pela margem mínima de 8 votos contra 7. Nessa altura, Lenine «dissociou-se bruscamente de Trotsky e persuadiu o Comité Central a fazer o mesmo». ⁵⁰ Como alternativa, Lenine propôs uma resolução que foi aprovada por 10 votos contra 4. Preconizava a «reforma do Tsektran», advogava «formas concretas de militarização do trabalho» ⁵¹ e proclamava que «o Partido devia educar e apoiar um novo tipo de sindicalista, o organizador enérgico e imaginativo da economia que abordaria os assuntos económicos segundo o ponto de vista da expansão da produção e não da distribuição e consumo». ⁵² O ponto

⁴⁸ I. Deutscher, *ob. cit.*, pp. 502-503.

⁴⁹ I. Deutscher, *Soviet Trade Unions*, p. 41.

⁵⁰ I. Deutscher, *The Prophet Armed*, pp. 502-503.

⁵¹ V. I. Lenine, *Obras Escolhidas*, vol. IX, p. 30 (da ed. inglesa).

⁵² G. Zinoviev, *Sochineniya*, Moscovo 1924-1926, VI pp. 599-600.

de vista dominante era nitidamente este último. O «erro» de Trotsky foi tê-lo desenvolvido até à sua conclusão lógica. Mas o Partido necessitava de um bode expiatório. A Reunião Plenária «proibiu Trotsky de falar em público sobre as relações entre os sindicatos e o Estado». ⁵³

2 DE DEZEMBRO

Trotsky, num discurso à Reunião Plenária alargada do Tsektran, declarou que «um serviço oficial competente e hierarquicamente organizado tinha os seus méritos. A Rússia sofria, não de um excesso de burocracia, mas da falta de uma burocracia eficiente». ⁵⁴

«A militarização dos sindicatos e a militarização dos transportes exigia uma militarização ideológica interna». ⁵⁵ Posteriormente, Staline descreveria Trotsky como «o patriarca dos burocratas». ⁵⁶ Quando o Comité Central o repreendeu de novo, «Trotsky, irritadamente, lembrou a Lenine, aos outros membros, a frequência com que eles tinham instado junto dele, em privado... para que actuasse implacavelmente e sem considerações democráticas. Era desleal da parte deles... pretenderem, em público, estar a defender o princípio democrático contra ele (Trotsky NdT)». ⁵⁷

⁵³ I. Deutscher, ob. cit., pp. 502-503. Esta sanção seria levantada pelo Comité Central na sua reunião de 24 de Dezembro, que decidiu também que toda a questão devia ser discutida publicamente.

⁵⁴ Ibid., p. 503.

⁵⁵ L. Trotsky, *Sochineniya*, XV, pp. 422-423.

⁵⁶ J. Stalin, *Sochineniya*, VI, p. 29.

⁵⁷ I. Deutscher, ob. cit., p. 503.

7 DE DEZEMBRO

Numa Reunião Plenária do Comité Central, Bukharin apresentou uma resolução sobre a «democracia industrial». Estes termos enfiaram Lenine. Eram «um floreado verbal», «uma frase artilosa», «confusa», «um pasquim». «A indústria é sempre necessária. A democracia nem sempre é necessária. O termo 'democracia industrial' dá origem a um sem número de ideias completamente falsas». ⁵⁸ «Pode dar a ideia de que se está a repudiar a ditadura e a gestão de um só indivíduo». ⁵⁹ «Sem prémios em géneros e tribunais disciplinares era pura e simplesmente uma balela». ⁶⁰

A oposição mais dura aos esquemas da «militarização do trabalho de Trotsky» vieram das secções do Partido mais enraizadas nos sindicatos. Alguns destes membros do Partido não só dominavam o Conselho Sindical como também «eram os beneficiários directos da doutrina que advogava a responsabilidade sindical autónoma». ⁶¹ Por outras palavras, já eram, parcialmente, burocratas sindicais. Em parte, foi a partir destes elementos que a Oposição Operária se desenvolveu.

Nesta altura, contudo, o aparelho político-económico dirigente era bastante diferente daquele a cujo aparecimento assistimos em 1918. Apenas em pouco mais de 2 anos o aparelho do Partido tinha conquistado um controle político do Estado incontestado (por intermédio dos soviets burocratizados). Também tinha conquistado um controle quase completo do aparelho económico (por intermédio dos dirigentes sindicais

⁵⁸ V. I. Lenine *Obras Escolhidas*, vol. IX, p. 12. (da ed. inglesa).

⁵⁹ *Ibid.*, p. 53.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 26.

⁶¹ R. V. Daniels, *ob. cit.*, p. 125.

e gerentes industriais nomeados). Os vários grupos tinham adquirido a competência e experiência necessárias para se tornarem numa categoria social com uma função específica: a de gerir a Rússia. A sua fusão era inevitável.

22 A 29 DE DEZEMBRO

Realizou-se em Moscovo o Oitavo Congresso Pan-Russo dos Sovietes. Ele proporcionou a oportunidade para um debate público de pontos de vista divergentes sobre a questão dos sindicatos, que se tinha desenvolvido no seio do Partido e que já não se podia restringir a ele.

Pode-se avaliar o grau da oposição que se tinha desenvolvido à política oficial do Partido pelo discurso de Zinoviev: «Estabeleceremos contactos mais íntimos com as massas trabalhadoras. Realizaremos reuniões nos aquartelamentos, no campo e nas fábricas. As massas trabalhadoras... perceberão, então, que não estamos a brincar quando proclamamos que vai começar uma nova era, que, assim que recuperarmos o fôlego, transferiremos as nossas reuniões políticas para as fábricas... Perguntam-nos o que queremos dizer com democracia operária e campesina. Eu respondo nem mais nem menos do que queríamos dizer com essa frase em 1917. Devemos restabelecer o princípio electivo na democracia operária e campesina... Se privámos dos direitos democráticos mais elementares os operários e camponeses, é altura de acabar com esse estado de coisas».⁰²

⁰² *Vosmoi vsrossiiski s'yezd sovetov: stenograficheski otchet* (Oitavo Congresso Pan-Russo dos Sovietes: relato estenográfico), Moscovo 1921, p. 324.

A preocupação de Zinoviev pela democracia pouco contava, visto ser motivada pelas querelas entre facções (fazia parte da campanha para desacreditar Trotsky). Os oradores públicos da época que quisessem provocar o riso da audiência conseguiam-no facilmente escolhendo cuidadosamente afirmações de Zinoviev sobre os direitos democráticos.⁶³

30 DE DEZEMBRO

Realiza-se uma reunião conjunta da fracção do Partido ao Oitavo Congresso dos Sovietes, de membros do Partido no Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos e de membros do Partido numa série de organizações, no Teatro Bolshoi, Moscovo, para discutir a «questão sindical». Todos os protagonistas principais estavam presentes para defender a sua causa. Podem resumir-se os vários pontos de vista, tal como foram expostos na reunião (ou apresentados em artigos escritos na altura ou nas semanas seguintes), desta maneira:⁶⁴

⁶³ L. Schapiro, *The Origin of the Communist Autocracy* (A Origem da Autocracia Comunista). Praeger, New York, 1965, p. 271.

⁶⁴ Este sumário é baseado no relato detalhado de Deutscher em «Soviet Trade Unions», pp. 42-52. «No decurso das discussões prévias ao Congresso surgiu um grande número de facções e grupos, cada um com o seu ponto de vista e 'teses' sobre os sindicatos. As diferenças entre alguns destes grupos eram tão subtis, e atendendo a que quase todos os grupos se referiam a um sem-número de princípios comuns, que por vezes o objecto do debate parecia irreal». Finalmente só 3 moções foram apresentadas ao Congresso: a de Lenine (A Plataforma dos Dez), a moção de Trotsky-Bukharin e as propostas de Oposição. «Comparando essas moções — observe Deutscher — confunde-se mais do que se esclarece o problema que o Congresso tentava resolver, pois os autores de cada uma das moções tinham, por razões táticas, incorporado passagens das dos adversários, encobrendo assim até alto ponto as verdadeiras divergências».

Trotsky, e sobretudo Bukharin, modificam as suas propostas originais de modo a formarem um bloco no Congresso.

Para **Lenine**, os sindicatos eram «reservatórios do poder estatal». Deviam fornecer uma base social alargada «para a ditadura do proletariado exercida pelo Partido», base essencial tendo em vista a natureza camponesa predominante do país. Os sindicatos deviam ser a «ligação» ou «correia de transmissão» entre o Partido e a massa de trabalhadores sem partido. Os sindicatos não podiam ser autónomos. Não podiam ter um papel independente em iniciativas ou realizações políticas. Tinham que estar fortemente influenciados pelo pensamento do Partido e empreenderiam a educação política das massas segundo linhas determinadas pelo Partido. Assim transformar-se-iam em «escolas de comunismo» para os seus 7 milhões de membros *. O Partido seria o professor. «O Partido Comunista Russo, na pessoa das suas organizações regionais e centrais, guia incondicionalmente, como o tem feito até aqui, todo o aspecto ideológico do trabalho dos sindicatos». ⁹⁵

Lenine sublinha que os sindicatos não podem ser instrumentos do Estado. A premissa de Trotsky, de que os sindicatos já não precisam de defender os operários visto o Estado ser um estado operário, é falsa. «O nosso Estado está de tal maneira organizado que a totalidade do proletariado organizado deve defender-se: nós (sic) devemos usar estas organizações

* Segundo os números dados por Zinoviev no Décimo Congresso do Partido, o número de membros dos sindicatos era, em Julho de 1917, 1 500 000, em Janeiro de 1918, 2 600 000, em 1919, 3 500 000, em 1920, 4 300 000 e em 1921, 7 000 000.

⁹⁵ Décimo Congresso do Partido, *O roli i zadachakh profsoyuzov* (Sobre o papel e tarefa dos sindicatos), Resoluções, I, pp. 436-542.

operárias para defender os operários do seu próprio Estado e também para que os operários defendam o nosso Estado».

(As palavras em negro são muitas vezes omitidas quando se cita esta famosa passagem).

Segundo Lenine não devia considerar-se a militarização como uma característica permanente da política do trabalho socialista. Tinha de se usar a persuasão tanto como a coerção. Se era normal (sic!) a nomeação de dirigentes pelo Estado (entre isto e as afirmações de 20 de Maio de 1917 medeia uma enorme distância — M.B.) seria pouco prático que os sindicatos fizessem o mesmo. Os sindicatos podiam fazer sugestões para certas tarefas económico-administrativas e deviam cooperar no planeamento. Deviam inspeccionar, por intermédio de departamentos especializados, o trabalho da administração económica.

A fixação das remunerações devia ser transferida para o Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos. No que se refere ao salário, tinha que se combater o igualitarismo extremista da Oposição Operária. A política salarial tinha de ser elaborada com o fim de «disciplinar o trabalho e aumentar a produtividade». ⁶⁶ Os membros do Partido «já tinham tido demasiada conversa sobre princípios no (Instituto) Smolny. Agora, 3 anos depois, há decretos que regem todos os aspectos do problema da produção». ⁶⁷ «As decisões sobre a militarização do trabalho, etc., foram incontroversas e de modo algum retirarei os meus sarcasmos a propósito das referências à democracia feitas pelos que contestaram essas decisões... estenderemos a democracia às organizações operárias, mas não faremos dela um ídolo...» ⁶⁸

⁶⁶ I. Deutscher, *Soviet Trade Unions*, p. 51.

⁶⁷ V. I. Lenine *Obras Escolhidas*, vol. IX, p. 6. (ed. inglesa).

⁶⁸ *Ibid.*, p. 76.

Trotsky reafirma a sua crença em que «a transformação dos sindicatos em uniões de produção... constitui a maior tarefa da nossa época». «Os sindicatos deviam sistematicamente avaliar a qualidade dos seus membros segundo o ponto de vista da produção e deviam possuir uma descrição permanente, completa e precisa da produtividade de cada trabalhador». Os corpos dirigentes dos sindicatos e da administração económica deviam ter em comum um terço ou metade dos seus membros de modo a evitar qualquer antagonismo entre eles. Deviam-se autorizar os técnicos e administradores burgueses, que se tinham tornado membros de pleno direito de um sindicato, a exercerem cargos de gerência, sem a supervisão de comissários. Depois de se ter assegurado um salário mínimo real para todos os operários, era necessário estimular a concorrência entre os operários no «trabalho de choque» (udarnichestvo) na produção.

Os pontos de vista de **Bukharin** evoluíram rapidamente. As teses que agora advogava eram uma tentativa de estabelecer uma ponte entre o ponto de vista oficial do Partido e o da Oposição Operária. Tinha que haver «democracia operária na produção». «A governamentalização dos sindicatos» tinha que ser acompanhada pela «sindicalização do Estado». «O fim lógico e histórico» desse processo «não será a absorção dos sindicatos pelo Estado proletário, mas o desaparecimento de ambas as categorias, tanto os sindicatos como o Estado, e a criação de uma terceira: a sociedade organizada em princípios comunistas». ⁶⁹ Lenine atacou a plataforma de Bukharin considerando-a como «uma quebra completa com o comunismo e a transição para uma posição sindicalista». ⁷⁰ «Destrói a

⁶⁹ Bukharin. Décimo Congresso do Partido. *O zadachekh i strukture profesoyuzov* (Sobre as tarefas e estrutura dos sindicatos), Apêndice 16, p. 802.

⁷⁰ V. I. Lenine, *Obras escolhidas*, vol. IX, p. 35. (ed. inglesa).

necessidade do Partido». «Se os sindicatos, em que 9/10 dos membros são trabalhadores que não são do Partido, nomeia os gestores da indústria, para que é que serve o Partido?»⁷¹ «Portanto», acrescentou ameaçadoramente, «de pequenas divergências 'passamos' a um desvio sindicalista, o que significa uma ruptura completa com o comunismo e uma cisão inevitável no Partido». ⁷² Podem encontrar-se outros ataques de Lenine a Bukharin no seu famoso artigo «Novamente os Sindicatos...», que critica as posições de Trotsky. ⁷³

Os pontos de vista da **Oposição Operária** foram explicitados, na reunião de Moscovo, por Chlyapnikov, operário metalúrgico (e mais tarde elaborados de modo mais completo por Kollontai e outros). Explícita ou implicitamente, a Oposição Operária preconizava o domínio do Estado pelos sindicatos. «A Oposição Operária referia-se, evidentemente, ao 'Ponto 5' do Programa de 1919 e acusava os dirigentes do Partido de terem violado as suas promessas aos sindicatos... Nos dois últimos anos, os dirigentes do Partido e dos organismos governamentais restringiram sistematicamente o alcance do trabalho sindical e reduziram quase que a zero a influência da classe operária... O Partido e as autoridades económicas foram invadidos por burgueses e elementos não-proletários, que manifestaram hostilidade aberta para com os sindicatos... O remédio era a concentração da gestão industrial nas mãos dos sindicatos». A transição deveria ser efectuada a partir da base. «Ao nível de fábrica, os Comitês de Fábrica deveriam reconquistar a sua an-

⁷¹ Ibid., p. 36.

⁷² V. I. Lenine *Krisis partii* (A crise no partido), *Pravda*, 21 de Janeiro de 1921.

⁷³ V. I. Lenine, «Novamente sobre os sindicatos, a situação actual e os erros dos camaradas Trotsky e Bukharin», *Obras Escolhidas*, vol. IX, pp. 40-80, (ed. inglesa).

tiga posição dominante». (Os bolcheviques levaram muito tempo para chegar a essa conclusão — M.B.) A Oposição Operária propôs maior número de representantes sindicais nos vários organismos de controle. «Não se devia nomear uma única pessoa para qualquer cargo administrativo ou económico sem o consentimento dos sindicatos... Os dirigentes nomeados pelos sindicatos são responsáveis pela sua conduta perante os sindicatos, que também deviam ter o direito de revogá-los em qualquer altura. O programa culmina com a exigência da convocação de um «Congresso Pan-Russo dos Produtores» para eleger a gerência nacional. De modo semelhante deveriam realizar-se Congressos Nacionais dos vários sindicatos para eleger a gerência dos vários ramos da economia. A gerência local e regional devia ser formada por conferências sindicais, enquanto que a gestão das fábricas individuais pertencia aos Comitês de Fábrica, que deveriam formar uma parte da organização sindical... «Deste modo» afirma Chlyapnikov, «unifica-se a vontade que é um factor essencial na organização da economia, e também a possibilidade real da influência da iniciativa das mais vastas camadas trabalhadoras na organização e desenvolvimento da nossa economia».⁷¹

Last but not least, propunha uma revisão radical da política salarial dentro de um espírito extremamente igualitário: a remuneração monetária devia começar a ser progressivamente substituída por remuneração em géneros. A Oposição Operária representava indiscutivelmente — no interior do Partido — uma tentativa tardia para manter os ideais revolucionários de **O Estado e a Revolução** no campo da participação autónoma e democrática das massas nas funções de direcção da economia.

⁷¹ Chlyapnikov, Décimo Congresso do Partido. *Organizatsiya narodnogo khozyaystva i zadachi soyuzov* (A organização da economia e as tarefas dos sindicatos), Discurso de 30 de Dezembro de 1920, Apêndice 2, pp. 789-793.

JANEIRO

O Comité de Petrogrado do Partido, fortemente leninista (nas mãos de Zinoviev), lança uma campanha «oficial» preparatória do Décimo Congresso. Antes do Congresso foram tomadas numerosas medidas administrativas para assegurar a derrota da Oposição. Algumas dessas medidas eram tão irregulares que o Comité do Partido de Moscovo em determinada altura votou uma resolução censurando **publicamente** a organização de Petrogrado «pela não observação das regras de uma discussão correcta»¹.

13 de JANEIRO

O Comité de Moscovo do Partido denunciou a «tendência da organização de Petrogrado para se transformar num centro especializado na preparação de Congressos do Partido»². Os leninistas estavam a usar a organização de Petrogrado como base de pressão sobre o resto do Partido. O Comité de Moscovo insistiu junto do Comité Central para que este «asse-

¹ L. Trotsky, *Décimo Congresso do Partido, Otvet petrogradskim tovarishcham* (Resposta aos camaradas de Petrogrado). pp. 826-827, nota 1.

² *Ibid.*, p. 779, Apêndice 6.

gurasse uma distribuição equitativa de material e de oradores... de tal maneira que todos os pontos de vista estivessem representados»³. Esta recomendação foi descaradamente violada. No Congresso, Kollontai afirmou que a circulação da sua brochura tinha sido deliberadamente boicotada⁴.

14 DE JANEIRO

Publicação da «**Plataforma dos 10**» (Artem, Kalinin, Kamenev, Lenin, Lozovsky, Petrovsky, Rudzutak, Stalin, Tomsy e Zinoviev). Esse documento apresentou, em forma mais elaborada, as teses de Lenine ao Congresso.

16 DE JANEIRO

A **Pravda** publica a plataforma de Bukharin, descrita por Lenine como o «supra-sumo da desintegração ideológica»⁵.

21 de Janeiro

Num artigo da **Pravda** sobre a crise do Partido, Lenine escreve: «Neste momento acrescentamos à nossa plataforma o seguinte: temos de combater a confusão ideológica dos elementos nocivos da oposição que chegam ao ponto de repudiar toda a «militarização da economia», de repudiar não só o «método da nomeação» que tem sido o método predominante até agora, mas inclusive **todas** as nomea-

³ Ibid.

⁴ A. Kollontai, Décimo Congresso do Partido, p. 103.

⁵ V. I. Lenin, **Obras Escolhidas**, vol. IX, p. 35 (ed. inglesa).

ções. Em última instância, isso significa repudiar o papel dirigente do Partido em relação às massas sem-Partido. Temos de combater o desvio anarco-sindicalista que matará o Partido se este não o eliminar completamente». Pouco depois, Lenine escreveria que «o desvio anarco-sindicalista conduz à queda da ditadura do proletariado»⁶. Por outras palavras, o poder da classe operária («a ditadura do proletariado») é impossível se houver militantes no Partido que pensam que a classe operária deve ter mais poder na produção («o desvio anarco-sindicalista») ⁶.

Reunião da fracção comunista durante o **Segundo Congresso do Sindicato dos Mineiros**. Kiselev, um mineiro, defendeu a plataforma da Oposição Operária, que obteve 62 votos — contra 137 para a plataforma leninista e 8 para a de Trotski ⁷.

25 DE JANEIRO

A **Pravda** publica as «Teses sobre os Sindicatos» da Oposição Operária. Alexandra Kollontai publica «**A Oposição Operária**» * que desenvolve as mesmas ideias mas a um nível mais teórico ⁸.

⁶ Ibid., p. 577.

^a Lenine levanta aqui claramente a questão «poder do Partido» ou «poder da classe». Opta pelo primeiro sem nenhuma ambiguidade (sem deixar, é claro, de racionalizar a sua escolha através de uma amálgama forçada entre Partido e classe). Mas vai mais além. Não se limita a identificar o «poder operário» com o domínio do Partido. Identifica-o ainda com a aceitação das ideias dos dirigentes do Partido!

⁷ Ibid., p. 79.

* Ver **A Oposição Operária**, de Alexandra Kollontai, vol. 1.º da colecção **O Saco de Lacraus**, Afrontamento.

⁸ O texto completo foi publicado na revista **Socialisme ou Barbarie**, n.º 35, e no **Solidarity Pamphlet** N.º 7.

Atendendo à tempestade política desencadeada pela Oposição Operária deveria haver muito mais documentos dignos de confiança sobre essa tendência. A pouca informação que existe é de fontes leninistas⁹. A virulência dos ataques contra a Oposição Operária sugere que esta tinha um apoio considerável dos operários fabris da base e que isso alarmou seriamente os chefes do Partido. Chlyapnikov (que foi o primeiro Comissário do Trabalho), Lutovinov e Medvedev, dirigentes dos operários metalúrgicos, eram os seus porta-vozes mais notáveis.

«Geograficamente parece ter-se concentrado no Sudeste da Rússia Europeia: a bacia do Donets, as regiões do Don e Kuban e em Samara, província do Volga. Na verdade, em Samara, em 1921, a organização do Partido estava sob o controle da Oposição Operária. Antes da crise do Partido da Ucrânia, em fins de 1920, os membros da oposição tinham uma maioria de simpatizantes no conjunto da república. Outros pontos de apoio localizavam-se na Província de Moscovo onde a Oposição Operária recolheu cerca de 1/4 dos votos do Partido e no sindicato dos metalúrgicos, espalhado por todo o país»¹⁰.

Quando Tomsy abandonou os sindicalistas e se juntou ao campo leninista nos fins de 1921, «explicou» a influência da Oposição Operária pela popularidade das ideias de «democracia industrial» e anarco-sindicalistas dos metalúrgicos¹¹. Lembremo-nos que estes mesmos metalúrgicos tinham sido a espinha dorsal dos Comitês de Fábrica em 1917.

⁹ Ver por exemplo K. Shelevin, *Rabochaya oppositsya* (a Oposição Operária), Moscovo 1930.

¹⁰ R. V. Daniels, *ob. cit.*, p. 127.

¹¹ Tomsy, *Décimo Congresso do Partido*, pp. 371-372.

FEVEREIRO

Durante as discussões prévias ao Congresso, a facção leninista utilizou-se a fundo da recém estabelecida Comissão de Controle. Conseguiu a demissão de Preobrazhensky e Dzerzhinsky (considerados demasiado «moles» em relação à Oposição Operária e aos trotsquistas, respectivamente) e a sua substituição por «apparatchiks» como Solts que começou por repreender a chefia do Partido, que estava dividida pela sua fraqueza em reprimir a «ultra-esquerda».

Os leninistas desencadearam uma ruidosa campanha em que focavam insistentemente os temas da unidade e dos perigos internos que a Revolução tinha de enfrentar. E de novo se refugiaram no culto da personalidade de Lenine. Todas as outras tendências foram etiquetadas como «objectivamente contra-revolucionárias». Conseguiram apoderar-se do controle da máquina do Partido, inclusive em zonas com uma longa tradição de apoio à Oposição.

Foram tão «bem sucedidas» algumas dessas «vitórias» que há sérias dúvidas quanto à sua autenticidade e se não terão sido conseguidas por fraude. Por exemplo, diz-se que em 19 de Janeiro uma Conferência do Partido da Frota do Báltico deu 90 % dos votos aos leninistas¹². Contudo, dentro de duas a três semanas vai desenvolver-se uma forte oposição da Frota, a qual distribuirá em profusão panfletos que proclamam: «O Departamento Político da Frota do Báltico perdeu todo o contacto, não só com as massas mas também com todos os operários politicamente activos. Tornou-se num órgão burocrático sem autoridade... Liquidou toda a iniciativa local e

¹² Pravda, 27 de Janeiro de 1921.

reduziu todo o trabalho político ao nível de correspondência entre secretarias»¹³. Fora do Partido ainda se diziam coisas mais acerbas.

2 A 17 DE MARÇO

Revolta de Cronstadt

Esse acontecimento chave, que teve um profundo efeito sobre o Congresso cuja abertura se deu uns dias mais tarde, já foi pormenorizadamente analisado noutra lugar *¹⁴.

8 A 16 DE MARÇO

Décimo Congresso do Partido

Este Congresso veio a revelar-se como uma das assembleias mais dramáticas da história do bolchevismo. No entanto, os argumentos utilizados e as batalhas nele travadas eram um reflexo muito distorcido da crise infinitamente mais profunda que o país atravessava. Nos fins de Fevereiro, estalaram greves na zona de Petrogrado e Cronstadt tinha-se revoltado. Ambos os acontecimentos eram apenas a parte visível de um grande icebergue em que a parte submersa representa o descontentamento e frustração.

¹³ Citado em A. S. Pukhov *Kronshtadtski myatezh v 1921-9*. (A Revolta de Kronstadt de 1921), Leninegrado 1931, p. 52. O panfleto de Ida Mett sobre *A Comuna de Kronstadt* dá uma boa ideia do «descontentamento» crescente na altura em Petrogrado.

* Ver o volume *Cronstadt — Último Soviet Livre*, de Ida Mett, n.º 3 da colecção *O Saco de Lacraus*, Afrontamento.

¹⁴ Ver a seguinte documentação útil: *A Comuna de Kronstadt* de Ida Mett, *Solidarity Pamphlet* N.º 27, ou *Cahiers Spartacus* N.º 11 Série B, e *Kronstadt 1921* de Victor Serge.

Desde o início até ao fim do Congresso este esteve sob o controle do Partido. Pairava uma atmosfera de quase histeria como até então nunca tinha sucedido nas reuniões bolcheviques. Nesta altura tornou-se vital para os chefes do Partido suprimir a Oposição que, quer ela o soubesse ou não, e quer o quisesse ou não, se tinha transformado no porta-voz de todas essas aspirações frustradas. Era necessário, acima de tudo, ocultar a imagem de Cronstadt como um movimento que defendia os princípios da Revolução de Outubro contra os comunistas (a ideia da «terceira revolução»), que era exactamente o que os habitantes de Cronstadt proclamavam: «Nós lutamos», afirmavam os rebeldes, «pelo verdadeiro poder da classe trabalhadora, enquanto que o sanguento Trotski e o voraz Zinoviev e seu bando de sequazes lutam pelo poder do Partido».¹⁵ «Cronstadt levantou, pela primeira vez, a bandeira da Terceira Revolução, a da revolta dos trabalhadores... A autocracia caiu. A Assembleia Constituinte foi para o diabo. Agora é a comissariocracia que se desmantela...»¹⁶.

No Congresso, Trotski atacou a Oposição Operária. «Ela propôs palavras de ordem perigosas. Transformaram em ídolo os princípios democráticos. Colocaram o direito dos trabalhadores de eleger representantes acima do Partido. Como se o Partido não tivesse o direito de exercer a sua ditadura mesmo se essa ditadura entrasse em conflito temporário com os devaneios da democracia operária!» Trotski falou do «direito revolucionário histórico de primogenitura do Partido». «O Partido é obrigado a manter a sua ditadura... sem atender às vacilações temporárias da própria classe operária... A ditadura não se baseia,

¹⁵ *Izvestiya vremennogo revolyutsionnogo komiteta* [Notícias do Comité Revolucionário Provisório], 10 de Março de 1921.

¹⁶ *Ibid.*, 12 de Março de 1921.

em cada instante, no princípio formal da democracia operária ...»).

O ataque físico a Cronstadt, no qual participaram para cima de 200 delegados do Congresso, foi acompanhado por um assalto verbal maciço contra a Oposição Operária e tendências semelhantes. Embora alguns dos membros dirigentes da Oposição tenham lutado contra os habitantes de Cronstadt (porque ainda tinham ilusões acerca do «papel histórico do Partido» e porque ainda estavam amarrados a lealdades organizativas caducas), Lenine e os chefes do Partido perceberam perfeitamente as profundas afinidades entre os dois movimentos. «Ambos atacaram a chefia do Partido por ter violado o espírito da revolução, por ter sacrificado os ideais democrático e igualitário no altar do oportunismo e da «eficácia» e por se deixarem levar por preocupações burocráticas do poder pelo poder»¹⁷. As suas exigências também coincidiam em parte em numerosos pontos concretos. Os habitantes de Cronstadt (entre os quais muitos membros dissidentes do Partido) proclamaram que «a República Socialista Soviética só pode tornar-se forte quando a sua administração pertencer à classe trabalhadora, representada por sindicatos renovados... Graças à política do partido dirigente os sindicatos não tiveram nenhuma oportunidade para se tornarem organizações de classe»¹⁸. A linguagem era a mesma, inclusive no «feiticismo» sindical.

O Congresso abriu com um virulento discurso de Lenine apelando para a lealdade ao Partido e denunciando a Oposição Operária como uma ameaça à Revolução. A Oposição era um refugio «pequeno burguês», «sindicalista», «anarquista», «originado em

¹⁷ R. V. Daniels, ob. cit., pp. 145-146.

¹⁸ Notícias do Comité Revolucionário Provisório, 9 de Março de 1921.

parte pela entrada nas fileiras do Partido de elementos que ainda não tinham adoptado integralmente o ponto de vista comunista»¹⁹. (Na verdade, a Oposição era precisamente o contrário. Era a reacção da base proletária do Partido contra a entrada em massa desses elementos). Os argumentos básicos da Oposição não foram discutidos a nenhum nível. A argumentação não injuriosa era frequentemente confusa. Por exemplo, além de ser: (a) «genuinamente contra-revolucionária», e (b) «objectivamente contra-revolucionária», a Oposição Operária era igualmente «demasiado revolucionária». As suas reivindicações eram «demasiado avançadas» e o Governo Soviético tinha que se concentrar, ainda, em eliminar o atraso cultural das massas²⁰. De acordo com Smilga, as reivindicações exageradas (da Oposição Operária) iam contra os esforços do Partido ao dar esperanças aos operários que teriam que ser contrariadas²¹. Mas, acima de tudo, as reivindicações da Oposição Operária não eram revolucionárias no bom sentido da palavra, elas eram anarco-sindicalistas. Era a maldição final. «Se sucumbirmos» disse Lenine numa conversa particular, «é extremamente importante preservar a nossa linha ideológica e dar o exemplo aos nossos continuadores. Nunca nos devemos esquecer disto, mesmo em circunstâncias desesperadas»²².

Os dias da lua-de-mel de 1917 há muito que tinham passado, assim como a retórica de **O Estado e a Revolução**. Iam ser desenterrados os cadáveres da ruptura da I Internacional. O crime máximo da Opo-

¹⁹ Décimo Congresso do Partido. O *sindikalistskom i anarkhistskom uklone v. nashei partii* (Sobre os desvios sindicalista e anarquista no nosso partido). Resoluções I, p. 530.

²⁰ *Ibid.*, pp. 382-383.

²¹ *Ibid.*, p. 258.

²² Trotsky. *Carte e Amigos na URSS, 1930*. (Arquivo de Trotsky T 3279).

sição era que alguns dos seus elementos (e mais particularmente os seus elementos marginais, tais como Myasnikov e Bogdanov) faziam perguntas bastante embaraçosas. De uma maneira atabalhoada e ainda confusa, alguns punham em causa a primazia do Partido, outros a natureza de classe do Estado russo. Enquanto as críticas se referiam às «deformações ou distorções burocráticas» desta ou daquela instituição, ou mesmo do próprio Partido, este acomodava-se (de facto já tinha bastante prática no assunto!). Mas levantar dúvidas sobre esses outros assuntos básicos é que já não podia ser tolerado. A ameaça, apesar de, na altura, estar apenas implícita nos pensamentos da Oposição, era séria. As teses de Ignatov já tinham chamado a atenção para os possíveis perigos da «entrada maciça nas fileiras do Partido de indivíduos das camadas burguesa e pequeno-burguesa» combinada com «as pesadas perdas suportadas pelo proletariado durante a Guerra Civil»²³. Mas era inevitável que determinadas pessoas extraíssem todas as conclusões dessas teses. Pouco depois do Congresso, Bogdanov e o grupo **Verdade Operária** afirmavam que a revolução se tinha saldado por uma «derrota completa da classe trabalhadora». Declaravam mais tarde que «a burocracia, juntamente com os indivíduos da NEP, tinha-se transformado numa nova burguesia, que vivia da exploração dos trabalhadores e se aproveitava da sua desorganização... Com os sindicatos nas mãos da burocracia, os trabalhadores ficaram indefesos como nunca até então tinham estado». «O Partido Comunista..., depois de se ter tornado no Partido dirigente, o partido dos organizadores e chefes do aparelho estatal e da economia em bases capitalistas... tinha irrevogavelmente perdido o contacto e identidade de interesses com o proletariado»²⁴. Este tipo de raciocínio ameaçava a própria base do regime bolchevique e tinha

²³ Décimo Congresso do Partido (Teses de Ignatov).

de ser energeticamente eliminado da mente dos trabalhadores.

«O marxismo ensina-nos», diz Lenine, «que só o partido político da classe trabalhadora, isto é o Partido Comunista, tem possibilidade de unir, educar, organizar ... e dirigir todas as frentes do movimento proletário e portanto de toda a massa trabalhadora. Sem isso, a ditadura do proletariado não tem significado»²⁶.

Claro que o «marxismo» também ensinava outras coisas. Dizia sem equívoco possível que «a emancipação da classe trabalhadora é uma tarefa da própria classe trabalhadora»²⁶ e que «os comunistas não formam um Partido separado, oposto aos outros partidos da classe operária»²⁷. O que Lenine pregava agora não era na verdade o «marxismo» mas o leninismo puro de «Que Fazer?» (escrito em 1902), o leninismo que afirmava que a classe operária por si só apenas podia desenvolver uma consciência sindicalista e que havia que introduzir-lhe a partir de fora a consciência política através dos «veículos da ciência»: a intelligentsia pequeno-burguesa^b. Para os bolcheviques, o Partido representava os interesses históricos da classe operária, quer ela o percebesse ou não, e quer ela o quisesse ou não. Partindo dessas premissas, qualquer ameaça à hegemonia do Partido, quer em acção ou pensamento, era equivalente a «train» a Revolução, a violar a História.

²⁶ N. Karev, O grupe «Rabochaya Pravda» (Sobre o Grupo «A Verdade Operária»), *Bolshevik*, 15 de Julho de 1924, pp. 31 e seg.

²⁵ Décimo Congresso do Partido, Resoluções I, p. 531.

²⁶ K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista, *Obras Escolhidas*, Moscovo (FLPH), 1958, vol. I, p. 28.

²⁷ *Ibid.*, p. 46.

^b Mas não se deveria confiar muito nesses elementos. A primeira edição russa de «Que fazer?» inclui no frontispício a celebre máxima de Lasalle: «o Partido fortifica-se depurando-se».

«Unidade» foi o tema que permeou todo o Congresso. Devido às ameaças de fora e às «ameaças» de dentro, não foi muito difícil aos dirigentes do Partido fazerem com que o Congresso aceitasse medidas draconianas. Estas vieram a restringir ainda mais os direitos dos membros do Partido. O direito de constituir facções foi abolido. «O Congresso aconselha a dissolução rápida de todos os grupos, sem excepção, que se tenham formado em volta desta ou daquela plataforma ...; o não cumprimento desta decisão do Congresso levará à expulsão imediata e incondicional do Partido»²⁸. Uma cláusula secreta dava ao Comité Central poderes disciplinares ilimitados, incluindo a expulsão do Partido e até do próprio Comité Central (para o efeito era necessária uma maioria de 2/3). Estas medidas, ponto de viragem na história do bolchevismo em assuntos organizativos, foram aprovadas por esmagadora maioria. Não sem certa apreensão, Karl Radek afirma: «Tinha o pressentimento de que se estava a estabelecer uma lei sem que soubéssemos seguramente contra quem podia ser aplicada. Quando o Comité Central foi escolhido, os camaradas da maioria formaram uma lista que lhes dava o controle (do Comité). Todos sabemos que isso se passou no momento em que as dissensões começaram a aparecer no Partido. Não sabíamos ... as complicações que poderiam surgir. Os camaradas que propuseram essa lei julgam que ela é uma arma contra os camaradas que pensam de maneira diferente. Embora vote a favor dessa resolução, pressinto que pode inclusive ser virada contra nós». Sublinhando a perigosa situação em que se encontravam o Partido e o Estado, Radek conclui: «que o Comité Central nos momentos de perigo tome as medidas mais severas contra os melhores camaradas, se tal

²⁸ Décimo Congresso do Partido, «Sobre a unidade do Partido», Resoluções I, pp. 527-530.

considerar necessário»²⁰. Esta atitude, ou por outra esta mentalidade [o Partido não pode estar errado em relação à classe; o Comité Central não pode estar errado em relação ao Partido] viria a explicar muitos acontecimentos posteriores. Veio a provar ser um autêntico nó corredio em volta do pescoço de milhares de revolucionários honestos. Encontramo-la em Trotsky ao negar publicamente em 1927 que Lenine tivesse deixado um testamento político, e nas «confissões» da Velha Guarda bolchevique durante os Julgamentos de Moscovo de 1936-1938. Era a reificação do Partido, como instituição. Representa o resumo da alienação do homem em relação à política revolucionária.

Face a essa transformação política (ou por outra, face à brusca aparição do que tinham sido até então alguns dos elementos básicos subiacentes do bolchevismo) as «discussões» reais na Conferência foram pouco significativas. Foram deliberadamente deixadas para o fim. Argumentando ainda dentro do esquema ideológico do «Partido», Perepechko, membro da Oposição Operária, apontou a burocracia (no Partido) como a origem da clivagem entre a autoridade dos Sovietes (e o aparelho soviético no seu conjunto), e a imensa massa trabalhadora²⁰. Medvedev acusou o Comité Central de «desvio que consistia na desconfiança acerca do poder criador da classe operária e em concessões à casta dos funcionários pequeno-burgueses e burgueses»²¹. Para minimizar essa tendência e preservar o espírito proletário do Partido, a Oposição Operária propôs que «todos os membros do Partido fossem obrigados a viver e tra-

²⁰ Redek, *ibid.*, p. 540.

²⁰ *Ibid.*, p. 93.

²¹ *Ibid.*, p. 140.

balhar 3 meses por ano como proletários ou camponeses vulgares, realizando um trabalho físico»⁸².

As teses de Ignatov exigiam que um mínimo de 2/3 de cada organismo fosse composto por operários. Há muitos anos que não se ouviam críticas tão duras contra os dirigentes. Um delegado causou um tumulto indescritível ao denunciar Lenine como «o maior dos Chinovnik» (arcebispo da burocracia czarista)⁸³.

Os chefes fizeram o seu jogo habitual. Uma extensa resolução sobre os sindicatos apresentada por Zinoviev foi aprovada por 336 votos — contra 50 para a posição de Trotsky, e 18 para a Oposição Operária⁸⁴. «Zinoviev esforçou-se imenso neste documento por reivindicar uma continuidade absoluta com a doutrina sindicalista... estabelecida pelo Primeiro Congresso Sindical e afirmada no programa do Partido de 1919. Era o truque habitual de criar uma barreira de fumo de afirmações ortodoxas para encobrir a mudança de rumo»⁸⁵. O documento, que falava muito de «democracia operária», prosseguia sublinhando em termos inequívocos que o Partido dirigiria todo o trabalho sindical.

No penúltimo dia do Congresso, no fim duma sessão, sem qualquer discussão prévia no Partido e depois de já terem saído alguns delegados, Lenine fez as suas famosas propostas relativas à Nova Política Económica (NEP). Propôs a substituição da requisição forçada de cereais aos camponeses, uma das medidas mais odiadas do «comunismo de guerra»,

⁸² Ibid., «Resolução sobre a organização do Partido proposta pela Oposição Operária», p. 663.

⁸³ Yaroslavsky, *ibid.*, referindo-se a afirmações de Y. K. Milonov.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 828, pouco claro.

⁸⁵ R. V. Daniels, *ob. cit.*, p. 156.

pelo «imposto em géneros». O controle governamental sobre o stock de cereais terminaria e, como consequência, dar-se-ia a liberalização do comércio de cereais. A esta proposta de extrema importância apenas se seguiram quatro intervenções de dez minutos cada. O relatório oficial do Décimo Congresso ocupa trezentas e trinta páginas das quais só 20 são dedicadas à NEPI³⁶. As principais preocupações do Congresso eram obviamente outras!

Foi então que começou o verdadeiro endurecimento interno. Votou-se uma resolução segundo a qual «a tarefa mais imediata do Comité Central era a uniformização estrita da estrutura dos comités do Partido». O número de membros do Comité Central passou de 19 para 25, dos quais 5 devotar-se-iam ao trabalho dentro do Partido (visitando especialmente os comités provinciais e assistindo às Conferências provinciais do Partido)³⁷. O novo Comité Central efectuou imediatamente uma mudança radical na composição do Secretariado. Os trotsquistas (Krestinsky, Preobrazhensky e Serebriakov), demasiado brandos no apoio à linha leninista, foram demitidos do Comité Central. Também se efectuaram mudanças radicais no **Orgburo** e na composição de determinadas organizações regionais do Partido³⁸. Colocaram-se medíocres «disciplinados» e «seguros» a todos os níveis. «As mudanças organizativas de 1921 foram uma vitória decisiva para Lenine, para os leninistas e para a filosofia leninista da vida partidária»³⁹.

O Partido, tendo desejado o fim, começava agora a desejar os meios.

³⁶ L. Schepiro, ob. cit., p. 308.

³⁷ Décimo Congresso do Partido, Resoluções, pp. 522-526.

³⁸ R. V. Daniels, ob. cit., pp. 151-152.

³⁹ Ibid., p. 152.

epílogo

MAIO DE 1921

Congresso Pan-Russo do Sindicato dos Metalúrgicos

Este sindicato foi a espinha dorsal dos acontecimentos de 1905. Foi conquistado pelos bolcheviques logo em 1913. Esteve no centro do movimento dos Comités de Fábrica e preencheu muitos destacamentos de Guardas Vermelhos. Nesta altura estava profundamente influenciado pela Oposição Operária. O seu líder, Medvedev, era membro activo da Oposição. Era preciso acabar com a sua liderança no sindicato.

No Congresso dos Metalúrgicos, o Comité Central do Partido deu à fracção do Partido no sindicato uma lista dos candidatos recomendados para chefia do **sindicato** (sic!). Os delegados dos metalúrgicos, assim como a fracção do Partido no sindicato, recusaram essa lista por 120 votos contra 40. Fizeram-se todos os esforços possíveis para os dominar. A Oposição tinha de ser esmagada. O Comité Central do Partido não tomou em conta a votação e nomeou um Comité de Metalúrgicos da sua lavra¹. Adeus «delegados eleitos e revogáveis»! Eleitos pela base do sindicato e revogados pelos chefes do Partido!

⁴⁰ *Izvestiya Ts. K.*, N.º 32, 1921, pp. 3-4. Ver também Schapiro, ob. cit., pp. 323-324.

17 A 25 DE MAIO

Quarto Congresso Pan-Russo dos Sindicatos

Este Congresso devia discutir o papel dos sindicatos no novo sector privado sancionado pela NEP. Tomsky, como presidente do Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos, foi encarregado pelo Comité Central do Partido da preparação das «teses» apropriadas, e de as fazer aprovar primeiro pela fracção do Partido e mais tarde por todo o Congresso. Tudo correu bem, até que o Congresso aprovou por 1 500 votos contra 30 uma moção de aspecto inofensivo, proposta por Riazanov em nome da fracção do Partido, e que viria a provocar um enorme escândalo. A secção chave da resolução afirmava: «o pessoal dirigente do movimento sindical deve ser escolhido sob a orientação geral do Partido, mas o Partido deve fazer um esforço especial para permitir que os métodos normais de democracia proletária vigorem, em particular nos sindicatos, onde a escolha dos dirigentes deve ser deixada aos próprios sindicalistas»².

O Comité Central ficou furioso. Atirou-se ao Congresso como um leão: retiraram imediatamente a Tomsky, que nem sequer tinha apoiado a proposta, mais ou menos impessoal, o lugar de representante do Comité Central no Congresso. Esse lugar foi ocupado por sindicalistas famosos como Lenine, Staline e Bukharin cuja tarefa era a de dominar a fracção rebelde. Proibiram Ryzanov de voltar alguma vez a participar em trabalho sindical.

Constituiu-se uma comissão especial chefiada por Staline para «investigar o comportamento de Tomsky». Concluída a investigação, decidiu-se prendê-lo seve-

⁴¹ Ryzanov. Undécimo Congresso do Partido, pp. 277-278. Ver também Schapiro, ob. cit., pp. 324-325. o

ramente pela sua «negligência criminosa» (a de permitir que o Congresso exprimisse os seus próprios desejos). Tmsky foi demitido de todas as suas funções no Conselho Central Pan-Russo dos Sindicatos. Quanto à fracção do Partido, «convenceram-na» a voltar atrás na sua decisão do dia anterior. Relativamente às outras centenas de delegados não há documentação sobre a sua reacção. Mas que importa? Tinha-se proclamado em 1917 que «todos os cozinheiros deviam aprender a governar o Estado». Em 1921 o Estado era suficientemente poderoso para mandar em todos os cozinheiros!

conclusão

CONCLUSÃO

Os acontecimentos descritos neste livro mostram que, no campo da «política do trabalho», há uma relação clara e incontroversa entre o que sucedeu sob Lenine e Trotski e a prática posterior de Staline. Sabemos que muitos elementos da esquerda revolucionária dificilmente engulirão esta afirmação. Estamos convencidos, no entanto, que qualquer leitura honesta dos factos conduzirá necessariamente a essa conclusão. Quanto mais pesquisamos este período, mais difícil se torna definir, ou sequer ver, o «abismo» que se diz separar o que sucedeu no tempo de Lenine do que sucedeu mais tarde. O conhecimento real dos factos também torna impossível aceitar, como o fez Deutscher, o curso dos acontecimentos como «historicamente inevitável» e «objectivamente determinado». A ideologia e prática bolcheviques foram **elas mesmas** factores importantes, e algumas vezes decisivos, em todos os estágios críticos deste período crítico. Agora que se conhece maior número de factos deveria ser impossível continuar alguém a automistificar-se. Quem, tendo lido estas páginas, tiver ficado «confuso», é porque o quer ficar, ou porque (como futuro beneficiário duma sociedade semelhante à sociedade russa) é do seu interesse ficá-lo. O facto de tanta gente, que passou toda a sua vida no movimento socialista, saber tão pouco sobre este período não tem nada de surpreendente. Na torrente do entusiasmo inicial pela «vitoriosa revolução socialista» de 1917 era quase inevitável que só o ponto

de vista dos vencedores encontrasse audiência. Durante muitos anos, a única alternativa que se apresentava eram os lamentos hipócritas da social-democracia ou o rosnar da contra-revolução declarada. A voz da oposição revolucionária libertária ao bolchevismo foi eficazmente sufocada.

«Vae victis» disse Irennus, o Gaulês, em 309 AC, quando atirou a sua pesada espada para a balança que pesava o resgate necessário para levantar o cerco de Roma. «Morte aos vencidos» tem sido de facto o veredicto imediato da história através dos tempos. Eis por que se sabe tão pouco acerca dos revolucionários que não esperaram por 1923 para proclamar a sua oposição, mas que viram logo em 1918 em que direcção a sociedade russa caminhava, muitas vezes à custa da própria vida. Eles, e a sua memória, viriam a ser apagados na grande onda burocrática da década seguinte, eufemisticamente descrita como «construção do socialismo».

Só recentemente, quando os frutos da revolução «vitoriosa» começaram a ser colhidos (na Hungria, Checoslováquia, etc.) é que surgiram as dúvidas e se fizeram, finalmente, perguntas objectivas. Só agora é que se começou a trabalhar a sério na verdadeira natureza da decomposição (a atitude bolchevique para com as relações de produção) e a prestar de novo atenção aos avisos proféticos dos «vencidos». Falta ainda restituir ao movimento revolucionário, a quem pertence de direito, uma quantidade enorme de material extremamente valioso sobre esses anos de formação.

Cinquenta anos depois da Revolução russa, percebemos melhor alguns dos problemas tão violentamente discutidos entre 1917 e 1921. Os revolucionários libertários de 1917 foram tão longe quanto podiam. Mas hoje em dia dispomos de experiências muito mais ricas. Os acontecimentos da Hungria em 1956 e da França em 1968 (e, podemos acres-

centar, da Polónia em 1970 — NdT) lançaram luz sobre os problemas das modernas sociedades burocráticas capitalistas e mostraram a natureza da oposição revolucionária a que dão origem, quer no contexto ocidental quer no contexto oriental. O que era irrelevante e contingente foi varrido. Cada vez mais se considera o domínio do homem sobre o que o rodeia e das instituições que cria para resolver as tarefas com que se defronta como as questões chave da nossa época. Manterá o homem o controle das suas criações ou será dominado por elas? Nestas questões estão incluídas questões ainda mais fundamentais: a da própria «falsa consciência» do homem, a sua desmistificação em relação à «complexidade» da gestão, o restabelecimento da sua auto-confiança, a da sua capacidade de assegurar o controle sobre uma autoridade delegada, da sua reapropriação de **tudo** o que o capitalismo lhe tirou. Está também implícita nestas questões a de como libertar a imensa capacidade criativa que todos nós temos e de como usá-la para fins por nós escolhidos.

Na luta por estes objectivos o bolchevismo será eventualmente encarado como uma aberração monstruosa, a última roupagem envergada pela ideologia burguesa que começava a ser atacada nas suas próprias raízes. A ênfase dada pelos bolcheviques à incapacidade das massas para atingirem a consciência socialista através da sua própria experiência da vida sob o capitalismo, a sua preocupação com um «partido de vanguarda» hierarquicamente estruturado e com a «centralização para lutar contra o poder estatal centralizado da burguesia», a sua proclamação dos «direitos históricos» dos que aceitaram uma determinada visão da sociedade (e do seu futuro) e portanto o direito de impor essa visão aos outros, apontando-lhes uma arma se necessário, tudo isto será reconhecido pelo que de facto é: a última tentativa da sociedade burguesa para restabelecer a sua divisão estrita entre dirigentes e dirigidos, e para manter relações sociais autoritárias em todos os aspectos da vida humana.

Para que a revolução do futuro seja significativa terá de ser profundamente libertária. Terá que basear-se numa assimilação real da experiência russa. Recusará a substituição de um tipo de dirigentes por outro, de uma camada de exploradores por outra, de uns padres por outros, de um autoritarismo por outro, ou de uma ortodoxia asfixiante por outra. Deverá eliminar radicalmente todas as falsas soluções que não passam de novas manifestações da alienação contínua do homem. Uma autêntica compreensão do bolchevismo será um ingrediente necessário em qualquer revolução que pretenda transcender todas as formas de alienação e auto-mistificação. A medida que a sociedade antiga se desmorona, quer a burguesia quer a burocracia terão que ser enterradas sob as suas ruínas. Haverá que compreender quais as suas verdadeiras raízes. Nessa tarefa gigantesca, a futura revolução extrairá a sua força e inspiração da experiência real de milhões de pessoas, do Leste e do Oeste. Este pequeno livro pretende contribuir, ainda que minimamente, para essa tarefa.

bibliografia complementar

Além da documentação abundante citada no estudo do grupo *Solidarity*, mencionam-se a seguir alguns textos publicados ou reeditados após 1970, data da edição inglesa de *The Bolsheviks and Workers' Control*.

ANWEILER (Oskar), *Les Soviets en Russie, 1905-1921 (Die Rätebewegung in Russland 1905-1921)*. Tradução francesa de Serge Bricianer, prefácio de Pierre Broué, Paris, Gallimard, 1972, 355 p. (Edição original 1958).

Na sua introdução, Anweiler define com muita precisão o que pretendeu fazer, com estas palavras: «A constituição da Rússia actual, a União das Repúblicas socialistas soviéticas, tem por base formal o sistema dos conselhos (ou soviets). É por isso que se liga vulgarmente a noção de «soviets» à de bolchevismo; seja ou não exacta do ponto de vista político, essa assimilação é, seja como for, indefensável do ponto de vista histórico. Basta com efeito estudar o período de formação do Estado bolchevique para perceber que os conselhos tiveram uma origem autónoma, e que só em determinada etapa do seu desenvolvimento se fundiram num sistema novo, o sistema bolchevique dos conselhos, ligado à teoria leninista do Estado e da Revolução, tanto como à prática do Estado e do Partido Bolcheviques. A presente obra tem por objecto reconstituir a história dos conselhos russos, desde o seu nascimento à sua incorporação ao Estado bolchevique...».

Ora, na perspectiva marxista de auto-emancipação do proletariado, quem não vê a importância decisiva desse facto histórico: a independência original dos conselhos em relação ao partido de Lenine?

SOCIALISME OU BARBARIE (reedições de artigos):

Reconhece-se hoje de comum acordo a importância da função subterrânea desempenhada pelo grupo *Socialisme ou Barbarie* durante 17 anos, de 1949 a 1965. Ora, os

40 números dessa revista são hoje impossíveis de encontrar e as colecções das raras bibliotecas públicas que os conservaram são muitas vezes incompletas. Devemos portanto aplaudir as recentes reedições dos artigos de Lefort e de Castoriadis:

LEFORT (Claude), *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Paris, Genève, 1971, 369 p. Merecem releer-se, particularmente, os textos da primeira parte, intitulada: «O partido revolucionário como órgão burocrático» e o Postácio. A revista *Autogestion* (12, av. du Maine, Paris 15ème) publicou sobre o livro de Lefort uma análise de Lourau (N.º 16-17, pp. 217-219).

CASTORIADIS (Cornélius), *La société bureaucratique I, Les rapports de production en Russie, II, La révolution contre la bureaucratie*, Paris, 10/18, 2 vol., 1973.

Trata-se dos dois primeiros tomos de uma série* (foram anunciados doze volumes) que reunirá os artigos publicados na revista *Socialisme ou Barbarie* sob os pseudónimos de Pierre Chaulieu e de Paul Cardan. Esta reimpressão é acompanhada de inéditos e de textos complementares (advertências, postácios, rectificações diversas) dos dois primeiros tomos. O primeiro volume distingue-se particularmente por uma longa introdução na qual Castoriadis descreve o seu itinerário intelectual em ligação com a evolução política deste último quarto de século. Entre os textos reeditados, o mais célebre tem por título: «As relações de produção na Rússia», que desenvolve uma crítica radical de esquerda do regime soviético, estabelecida de um ponto de vista marxista.

ROCKER (Rudolf), *Les soviets trahis par les bolchéviques (La faillite du communisme d'État)*, Paris, Spartacus, 1973, 108 p., 12 F. [Tradução de *Die Bankrotte des russischen Staatskommunismus* (Berlim, 1921)], do anarco-sindicalista alemão R. Rocker. Lembremos que os *Cahiers Spartacus* tinham já publicado um texto de Arthur Lehring (do qual se conhece em França o contributo para a publicação dos *Archives Bakounine*) escrito em 1929 e publicado em 1929-31 em *l'ère Internationale: Anarchisme et marxisme dans la révolution russe*, Paris, 1971, 112 p., 7 F].

* Posteriormente à organização desta bibliografia vieram já a público outros volumes da série.

SCHWARZ (Salomon), *Lénine et le mouvement syndical*, Paris, Spartacus, 1972, 85 p., 6 F. [Pelo autor de *Les Ouvriers en Union-Soviétique* (Paris, Rivière, 1956)]. Este estudo do dirigente menchevique foi publicado pela primeira vez em França em 1935. «No decorrer da presente obra, o autor esforçou-se por mostrar, segundo as fontes, a evolução da doutrina sindical de Lénine e as modificações que teve que sofrer sob influência das experiências feitas. O exame crítico desta evolução só em segundo plano podia contar, e apenas lhe concedemos um lugar restrito. Importava-nos sobretudo dar ao leitor uma documentação autêntica tão completa quanto possível para facilitar o seu próprio exame da doutrina sindical de Lénine» (p. 10)].

Die Russische Arbeitopposition. Die Gewerkschaften in der Revolution. Herausgegeben und eingeleitet von G. Mergner, Hambourg, Rowohlt, 1972. [Conjunto de documentos sobre a «questão sindical» na Rússia. Encontramos aí um texto de Varga de 1921, «Socialismo e capitalismo na Rússia soviética»: o estudo de G. Maximoff sobre «o movimento sindicalista revolucionário na Rússia» (1926); um artigo do socialista-revolucionário de esquerda Kamkov (B.) sobre as relações entre a cidade e o campo publicado em 1920 na revista *Die Aktion* de Pfemfert; outro de Lozovski sobre «o desenvolvimento dos Comités de fábrica na Rússia» (1929); o discurso de Trotski no IX Congresso do P.C.R. (1920) sobre a «militarização do trabalho», e três textos da «discussão sindical» do X Congresso de 1921: «As tarefas dos sindicatos (Teses da Oposição Operária), «A Oposição Operária» de Kollontai, e a resolução «leninista» sobre «A função e as tarefas dos sindicatos». Como em todas as outras antologias desta colecção, os textos são abundantemente anotados. Lembremos que, na mesma colecção., G. Hillman tinha já publicado uma antologia em 2 volumes sobre o movimento dos Conselhos: *Die Rätebewegung*, vol. 1 (1971), vol. 2 (1972). Se o primeiro era exclusivamente consagrado aos conselhos da revolução alemã, o segundo continha vários textos sobre a revolução russa: alguns bem conhecidos, como os de A. Berkman (sobre Kronstadt), de P. Archinoff (sobre Makhno) e de I. Steinberg (sobre o terror), mas outro igualmente de A. Souchy, sobre «o movimento socialista na Ucrânia» (1920), que o é muito menos].

AVRICH (Paul), ed., *The Anarchists in the Russian Revolution*, London, Thames and Hudson, 1973, 179 p., L 1.35 [54 documentos traduzidos do russo, agrupados em 9 capítulos, com uma introdução geral e uma curta apresentação para cada capítulo: 1) a revolução de Fevereiro

(em particular um texto de Voline in *Goloss Trouda* (New York) de 23 de Março de 1917; 2) aspectos do anarquismo (praticamente todas as correntes estão representadas, incluindo as correntes «individualistas»); 3) o controle operário (v. concretamente a «Declaração da Associação de propaganda anarquista de Petrograd» de Junho de 1917 publicada em *Goloss Trouda* de 11 de Agosto de 1917, e «Acerca dos sindicatos e dos Comitês de fábrica de G. P. Maximoff em *Goloss Trouda*); 4) a revolução social; 5) a insurreição de Outubro; 6) a guerra civil (v. em particular um texto de 1920 no qual os «anarquistas-soviéticos» Chatov e Roshchin defendem a sua posição); 7) Makhno; 8) os anarquistas presos (Maximoff, Kropotkine — a «mensagem aos trabalhadores de Ocidente» e cartas a Lenine — etc.); 9) Kronstadt (Berkman, Goldman, panfletos anarquistas). Excelente complemento aos últimos capítulos de *The Russian Anarchists*, do mesmo autor].

SKIRDA (Alexandre), *Kronstadt, 1921, Proletariat contre bolchévisme*, Paris, Éditions de la Tête de Feuilles, 1972, 271 p., 32 F. [Um ponto de vista libertário, apresentado por A. Skirda. Tradução de «Kronstadt dans la révolution russe» de Elim Yartchouk (1921) e «Les causes de l'insurrection de Kronstadt» (1926) do presidente do Comité Revolucionário Provisório de Kronstadt durante a insurreição, Stéphan Pétritchenko. Excelente bibliografia. Devia-se já a A. Skirda outro conjunto de documentos, *L'Insurrection de Kronstadt la Rouge* (brochura editada pelo Mouvement Communiste Libertaire — M.C.L., B.P. 20-37 — Tours Rives-du-Cher), que reproduz concretamente artigos de Anton Ciliga e de Victor Serge sobre Kronstadt publicados em 1938 em *La Révolution prolétarienne*, bem como textos publicados na revista anarco-comunista *Diéto Trouda* (1925-31). Acrescentemos que os textos do n.º 18-19 de *Autogestion* sobre os anarquistas russos acabam de ser reeditados numa brochura dos *Cahiers Spartacus (Les Anarchistes russes et les Soviets*, 1973, 7.50 F).

SKIRDA (Alexandre), *Les anarchistes dans la révolution russe*, Paris, 1973, 186 p., [Textos de A. Skirda (L'octobre libertaire)], de Anatole Gorélik («Les anarchistes dans la révolution russe», 1922); várias «Resoluções» anarco-sindicalistas (no primeiro congresso pan-russo dos sindicatos, na primeira e na segunda conferência anarco-sindicalistas de 1918, no segundo congresso pan-russo dos trabalhadores da alimentação em Março de 1920); um artigo de A. Berkman, outro de Emma Goldman, e

um longo texto de Victor Serge (1920), em que ele explica as razões da sua evolução do anarquismo para o bolchevismo].

KORSCH (Karl); MATTICK (Paul); PANNEKOEK (Anton); RUHLE (Otto); WAGNER (Helmut), *La contre-révolution bureaucratique*, Paris, U.G.E., col. 10/18, 1973, 307 p., 9F. [Textos extraídos das revistas *International Council Correspondence* e *Living Marxism* publicados de 1934 a 1941 por «Comunistas de conselhos» europeus emigrados nos Estados Unidos. Indispensável para compreender as posições de uma corrente que é ainda muito mal conhecida em França, apesar de algumas traduções recentes. Notícias bio-bibliográficas].

EM PORTUGUÊS

KOLLONTAI, Alexandra. *A Oposição Operária*. Coleção *O Saco de Lacraus*, AFRONTAMENTO, Porto.
METT, Ida. *Cronstadt, último soviet livre*. Coleção *O Saco de Lacraus*, AFRONTAMENTO, Porto.
BARROT, Jean. *Notas para uma análise da Revolução Russa*. Lisboa.

DE PRÓXIMA PUBLICAÇÃO

CASTORIADIS, Cornelius. *A Sociedade Burocrática*. AFRONTAMENTO (O Saco de Lacraus)
LEFORT, Claude. *Elementos para uma crítica da burocracia*. AFRONTAMENTO (O Saco de Lacraus).

INDICE

5	O QUE NÓS SOMOS, O QUE NÓS QUEREMOS
	OS BOLCHEVIQUES E O CONTROLE OPERÁRIO
11	INTRODUÇÃO
37	1917
91	1918
131	1919
145	1920
175	1921
193	EPÍLOGO
199	CONCLUSÃO
205	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR